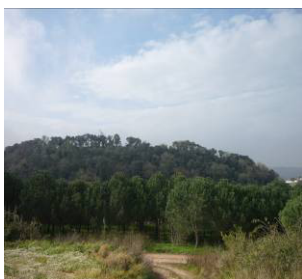
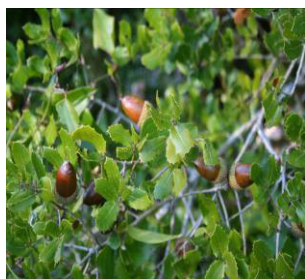


Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

Caderno II Plano de Ação



Torres Vedras
.....
Câmara Municipal



INTRODUÇÃO

A definição do Plano de Ação (Caderno II) é sustentada nas características específicas do território do concelho de Torres Vedras, apresentadas e analisadas no diagnóstico (Caderno I). O Plano de Ação concretiza-se com a avaliação das ações realizadas nos últimos anos, dos recursos existentes e dos comportamentos de risco e com o planeamento das ações, que sustentam a estratégia municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), definindo metas, indicadores, responsáveis e estimativa orçamental, de acordo com os eixos estratégicos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e com o respetivo Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI).

ÍNDICE:

INTRODUÇÃO.....	1
ÍNDICE:	2
ÍNDICE DE FIGURAS:	5
ÍNDICE DE QUADROS:	5
ÍNDICE DE MAPAS:.....	7
ACRÓNIMOS:.....	8
1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.....	10
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS	18
2.1 MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS	19
2.2 CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL.....	23
2.2.1 PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL	24
2.2.2 RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL	30
2.3 PRIORIDADES DE DEFESA	33
3. OBJETIVOS E METAS MUNICIPAIS DE DFCI	34
3.1 IDENTIFICAÇÃO DA TIPOLOGIA DO CONCELHO	34
3.2 OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI.....	35
4. 1º EIXO ESTRATÉGICO - AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	37
4.1 LEVANTAMENTO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.....	37
4.1.1 REDES DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL E MOSAICO DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL	38
4.1.2 REDE VIÁRIA FLORESTAL.....	41
4.1.3 REDE DE PONTOS DE ÁGUA	44
4.1.4 SILVICULTURA NO ÂMBITO DA DFCI.....	46
4.2 PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 1º EIXO ESTRATÉGICO	47
4.2.1 REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) E MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS (MPGC) ..	51
4.2.2 REDE VIÁRIA FLORESTAL.....	53
4.2.3 REDE DE PONTOS DE ÁGUA	54

4.2.4	METAS E INDICADORES	55
4.2.5	ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS.....	56
5.	2º EIXO ESTRATÉGICO - REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS	57
5.1	COMPORTAMENTOS DE RISCO	58
5.2	FISCALIZAÇÃO	59
5.3	PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 2º EIXO ESTRATÉGICO	61
5.3.1	SENSIBILIZAÇÃO.....	61
5.3.2	FISCALIZAÇÃO	63
5.3.3	METAS E INDICADORES	65
5.3.4	ORÇAMENTOS E RESPONSÁVEIS.....	67
6.	3º EIXO ESTRATÉGICO - MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS ..	69
6.1	VIGILÂNCIA E DETECÇÃO	70
6.2	1ª INTERVENÇÃO.....	72
6.3	RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS- INCÊNDIO.....	74
6.4	PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 3º EIXO ESTRATÉGICO	76
6.4.1	METAS E INDICADORES	76
6.4.2	ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS	76
7.	4º EIXO ESTRATÉGICO - RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS.....	78
7.1	AVALIAÇÃO	80
7.1.1	ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	80
7.1.2	REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E HABITATS FLORESTAIS	80
7.2	PLANEAMENTO.....	81
7.2.1	ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	82
7.2.2	REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E HABITATS FLORESTAIS	82
8.	5º EIXO ESTRATÉGICO - ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ	83
8.1	AVALIAÇÃO	84
8.1.1	NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DOS AGENTES LOCAIS DO SFDCI	84
8.2	PLANEAMENTO DAS AÇÕES	85
8.2.1	PROGRAMA DE FORMAÇÃO E ESTIMATIVA DE CUSTOS.....	85
8.2.2	ORGANIZAÇÃO DO SDFCI.....	85
9.	ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI.....	89

Anexo I - CARTOGRAFIA

Anexo II - QUADROS DE APOIO

Anexo III - METODOLOGIA UTILIZADA PARA A ELABORAÇÃO DA CARTOGRAFIA DE RISCO, PASSO A PASSO

Anexo IV - NORMAS À EDIFICAÇÃO EM ESPAÇO RURAL

Anexo V - PONTOS DE ÁGUA PARA MEIOS AÉREOS

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1. Componentes da cartografia de risco.....	23
Figura 2. Valor médio do tempo de chegada para a 1ª intervenção, por freguesia, para o período 2008 a 2010 no concelho de Torres Vedras	74

ÍNDICE DE QUADROS:

Quadro 1. Descrição dos modelos de combustível	20
Quadro 2. Distribuição dos Modelos de Combustíveis Florestais, por freguesia, no concelho de Torres Vedras.....	22
Quadro 3. Distribuição da Perigosidade de Incêndio do concelho de Torres Vedras.....	29
Quadro 4. Distribuição do Risco de Incêndio no concelho de Torres Vedras.	32
Quadro 5. Objetivos, Indicadores e Metas anuais para o PMDFCI de Torres Vedras 2015-2019. .	36
Quadro 6. Intervenções nas FGC, para 2015 a 2019, no concelho de Torres Vedras	52
Quadro 7. Intervenções na Rede Viária, para 2015 a 2019, no concelho de Torres Vedras.	53
Quadro 8. Intervenções na Rede de Pontos de Água, para 2015 a 2019, no concelho de Torres Vedras	54
Quadro 9. Metas e Indicadores - 1º Eixo Estratégico, no concelho de Torres Vedras.....	55
Quadro 10. Estimativa de orçamento e responsáveis - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, por ano, no Concelho de Torres Vedras	56
Quadro 11. Comportamentos de risco- Diagnóstico.	58
Quadro 12. Fiscalização - Autos e Processos de Contra - Ordenação.....	60
Quadro 13. Resumo das ações de sensibilização a desenvolver para o período 2015 - 2019.	62
Quadro 14. Sensibilização da população - Metas e indicadores	65

Quadro 15. Fiscalização - Metas e indicadores.	66
Quadro 16. Sensibilização da população - Estimativa de orçamento e responsáveis.	67
Quadro 17. Fiscalização - Estimativa de orçamento e responsáveis	68
Quadro 18. Índice entre o número de incêndios florestais e equipas de vigilância e deteção para 2011 a 2013.....	72
Quadro 19. Índice entre o número de incêndios florestais e equipas e número de elementos para a 1ª intervenção para 2013.....	73
Quadro 20. Número de Reacendimentos por ano, para o período 2002 a 2013, no concelho de Torres Vedras.....	75
Quadro 21. Metas e Indicadores - 3º eixo estratégico.....	76
Quadro 22. Orçamento e responsáveis - 3º eixo estratégico	76
Quadro 23 - Tipologia das ações a desenvolver.....	81
Quadro 24 -Procedimentos a adotar por tipologia de intervenção, entidades responsáveis e participantes e fontes de financiamento.....	82
Quadro 25- Identificação das necessidades de formação e do n.º de elementos para os diferentes agentes de DFCI.....	84
Quadro 26 -Programa de formação para os diferentes agentes de DFCI e orçamento.....	85
Quadro 27- Entidades intervenientes no SDFCI, competências de coordenação e implementação das diferentes ações.	86
Quadro 28 - Cronograma de reuniões da CMDF	87
Quadro 29- Orçamento do PMDFCI (2015-2019).....	89

ÍNDICE DE MAPAS:

Mapa 1 - Mapa síntese do PROF Oeste, no concelho de Torres Vedras.....	14
Mapa 2 - Mapa de Combustíveis Florestais no concelho de Torres Vedras	22
Mapa 3 - Mapa de Perigosidade de Incêndio no concelho de Torres Vedras	28
Mapa 3 A - Mapa de Perigosidade de Incêndio em Áreas não Abrangidas por Condicionais à Edificação no concelho de Torres Vedras	28
Mapa 4 - Mapa de Risco de Incêndio Florestal no concelho de Torres Vedras	32
Mapa 5 - Mapa de Prioridades de Defesa no concelho de Torres Vedras.....	33
Mapa 6 - Mapa de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível do concelho de Torres Vedras..	40
Mapa 6 A - Mapa de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível com intervenção, no concelho de Torres Vedras.....	40
Mapa 7 - Mapa da Rede Viária Florestal no concelho de Torres Vedras	43
Mapa 8 - Mapa da Rede de Pontos de Água no concelho de Torres Vedras.....	45
Mapa 9 - Mapa da Silvicultura no Âmbito da DFCI, no concelho de Torres Vedras.....	47
Mapa 10 - Mapa do Planeamento das Ações na Rede de Faixas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, em 2015, no concelho de Torres Vedras	48
Mapa 11 - Mapa do Planeamento das Ações na Rede de Faixas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, em 2016, no concelho de Torres Vedras	48
Mapa 12 - Mapa do Planeamento das Ações na Rede de Faixas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, em 2017, no concelho de Torres Vedras	49
Mapa 13 - Mapa de Rede FGC, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, a intervencionar em 2018, no concelho de Torres Vedras	49
Mapa 14 - Mapa de Rede FGC, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, a intervencionar em 2019, no concelho de Torres Vedras	50
Mapa 15 - Mapa de fiscalização do concelho de Torres Vedras para o período 2015-2019.....	64
Mapa 16 - Mapa da rede de vigilância e deteção no concelho de Torres Vedras.....	71
Mapa 17 - Mapa do Tempo de Chegada para a 1ª Intervenção, no concelho de Torres Vedras...	73

ACRÓNIMOS:

AML - Área Metropolitana de Lisboa
ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil
APPSSA - Área de Paisagem Protegida das Serras do Socorro e Archeira
BVTV - Bombeiros Voluntários de Torres Vedras
CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal
CDOS - Centro Distrital de Operações de Socorro
CEP - Convenção Europeia da Paisagem
CMDF - Comissão Municipal de Defesa da Floresta
CMTV - Câmara Municipal de Torres Vedras
CNR - Conselho Nacional de Reflorestação
COS - Cartografia da Ocupação do Solo
DFCI - Defesa da Floresta Contra Incêndios
DGT - Direção Geral do Território
EDP - Energias de Portugal
EP - Estradas de Portugal
FLOREST - Associação de Produtores Agrícolas e Florestais da Estremadura
FGC - .Faixas de Gestão de Combustível
GNR - Guarda Nacional Republicana
GTF - Gabinete Técnico Florestal
HAB - Habitantes
ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
IGT - Instrumento de Gestão Territorial
LEE - Local Estratégico de Estacionamento
NFFL - Northern Forest Fire Laboratory
NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PDDFCI - Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PDM - Plano Diretor Municipal
PEIF - Plano de Intervenção Florestal
PGF - Plano de Gestão Florestal
POM - Plano Operacional Municipal
POOC - Plano de Ordenamento da Orla Costeira
PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PMOT- Plano Municipal de Ordenamento do Território

PNDFCI - Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PROF - Plano Regional de Ordenamento Florestal

PROTOVT - Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

PSRN2000 - Plano Sectorial da Rede Natura 2000

TO - Teatro de Operações

SGIF - Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais

SNDFCI - Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios

RDFCI - Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

REN - Rede Elétrica Nacional

UF - União de Freguesias

ZIF - Zonas de Intervenção Florestal

ZCA - Zonas de Caça Associativa

ZCM - Zonas de Caça Municipal

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Em Portugal, a evolução da floresta está intimamente relacionada com a atividade humana, sendo que constitui um dos recursos mais importante do nosso país. No território de Portugal Continental existem 6 milhões de hectares de espaços florestais, dos quais 3 milhões de hectares correspondem a povoamentos florestais, o que equivale a uma das taxas de arborização mais elevadas da União Europeia.

Tradicionalmente centrada na produção de recursos lenhosos, a floresta é hoje entendida como um sistema complexo, fornecedor de diversos bens e serviços e desempenha funções socioeconómicas, ambientais, ecológicas e culturais.

A dimensão e o potencial destrutivo dos incêndios, verificados no ano de 2003, colocaram a problemática dos incêndios florestais em Portugal na agenda política, social, económica e ambiental. E foi neste contexto que, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006 se aprovou o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI).

O Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, define a necessidade de elaboração de um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) como forma de implementação do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI), seguindo a estrutura tipo definida pelo Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março, enquadrando-o também com os instrumentos de planeamento e gestão territorial, nomeadamente os planos regionais de ordenamento do território e de ordenamento florestal, planos setoriais da Rede Natura 2000, planos de ordenamento da orla costeira, entre outros.

Estratégia Nacional para as Florestas

A gestão florestal prevista no âmbito do PROF Oeste, deve estar em consonância com os objetivos definidos na Estratégia Nacional para as Florestas (Resolução de Conselho de Ministros n.º 114/2006 de 17 de agosto): Gestão do combustível através do pastoreio; Aumento do valor dos produtos florestais através da produção de biomassa para a energia, Proteção

contra agentes bióticos nocivos e Recuperação e reabilitação de ecossistemas florestais afetados.

Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas

No concelho de Torres Vedras, tendo em consideração o histórico dos incêndios da última década nunca se verificou a necessidade de proceder à recuperação de áreas ardidas tendo em consideração a estabilização de emergência, no entanto sempre que se verifiquem situações que o justifiquem, deve recorrer-se às “Orientações estratégicas para a recuperação das áreas ardidas em 2003 e 2004” definidas através da Resolução de Conselho de Ministros n.º5/2006 de 18 de janeiro, que visam dar cumprimento à alínea a) do n.º 8 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 17/2004, que determina que cabe ao Conselho Nacional de Reflorestação (CNR) “Definir as orientações estratégicas de carácter geral para a recuperação das áreas afetadas pelo fogo, com respeito pelos objetivos e funções dominantes dos espaços florestais”.

Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)

O PNDPCI visa concretizar determinados objetivos, assentes em cinco eixos estratégicos de atuação:

- 1º Eixo - Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2º Eixo - Reduzir a incidência dos incêndios;
- 3º Eixo - Melhorar a eficácia e eficiência do ataque e da gestão dos incêndios
- 4º Eixo - Recuperar e reabilitar os ecossistemas e comunidades;
- 5º Eixo - Adotar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

Através da reforma do setor florestal, estes objetivos abrangem propósitos mais amplos, entre os quais:

- Garantir o envolvimento ativo dos cidadãos na defesa dos espaços florestais;
- Promoção do ordenamento dos espaços florestais e a sua gestão sustentável;
- Consolidação do sistema de prevenção, deteção e primeira intervenção na DFCI;
- Aproximação dos serviços das populações;
- Partilha de responsabilidades com as organizações do setor.

O PNDFCI define também o reforço da organização municipal, onde serão integradas as diferentes ações de prevenção e proteção da floresta, através da elaboração e execução do PMDFCI, considerando-o como “um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré supressão e reabilitação de áreas ardidas”.

A operacionalização do PMDFCI, em particular para as ações de vigilância, deteção, fiscalização, 1ª Intervenção e combate, é concretizada através de um "Plano Operacional Municipal (POM) ", que particulariza a execução destas ações de acordo com o previsto na carta de síntese e no programa operacional do PMDFCI, e regula a articulação entre entidades e organismos, com vista ao cumprimento dos seguintes objetivos:

- Desenvolver um sistema de deteção e vigilância articulado e eficaz;
- Mobilizar rapidamente os meios de combate;
- Extinguir os incêndios na sua fase inicial;
- Diminuir o número de reacendimentos;
- Evitar o risco para a população, seus bens e atividades.

Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Oeste

O concelho de Torres Vedras está integrado no PROF do Oeste (Decreto Regulamentar nº 14/2006, de 17 de outubro). De acordo com este plano, o concelho de Torres Vedras comporta uma zona crítica, que abrange a maior área contínua florestada do Concelho, englobando parcialmente a UF de Campelos e Outeiro da Cabeça, UF Maxial e Monte Redondo, UF Torres Vedras e Matacães e Freguesia de Ramalhal.

O concelho integra quatro sub - regiões homogéneas: Arribas, Floresta Oeste Interior, Floresta Oeste Litoral e Oeste Sul.

A sub - região homogénea Arribas abrange toda a faixa costeira do concelho, desde o limite norte até à Assenta. Como zona de interesse que representa, uma vez que inclui um sítio classificado (ZEC Peniche / Santa Cruz), para esta sub - região o PROF Oeste estabeleceu como função primordial a conservação e como segunda a proteção, devido ao facto de tratar-se de uma faixa litoral. Para a terceira função, não só pelo seu valor paisagístico mas também pelo valor apelativo do mar, foi definido o recreio. Face a estas funções, os objetivos específicos para esta sub - região passam pela conservação da biodiversidade e riqueza

paisagística, preservação dos valores fundamentais do solo e da água e o ordenamento dos espaços florestais de recreio (PROF Oeste, 2006).

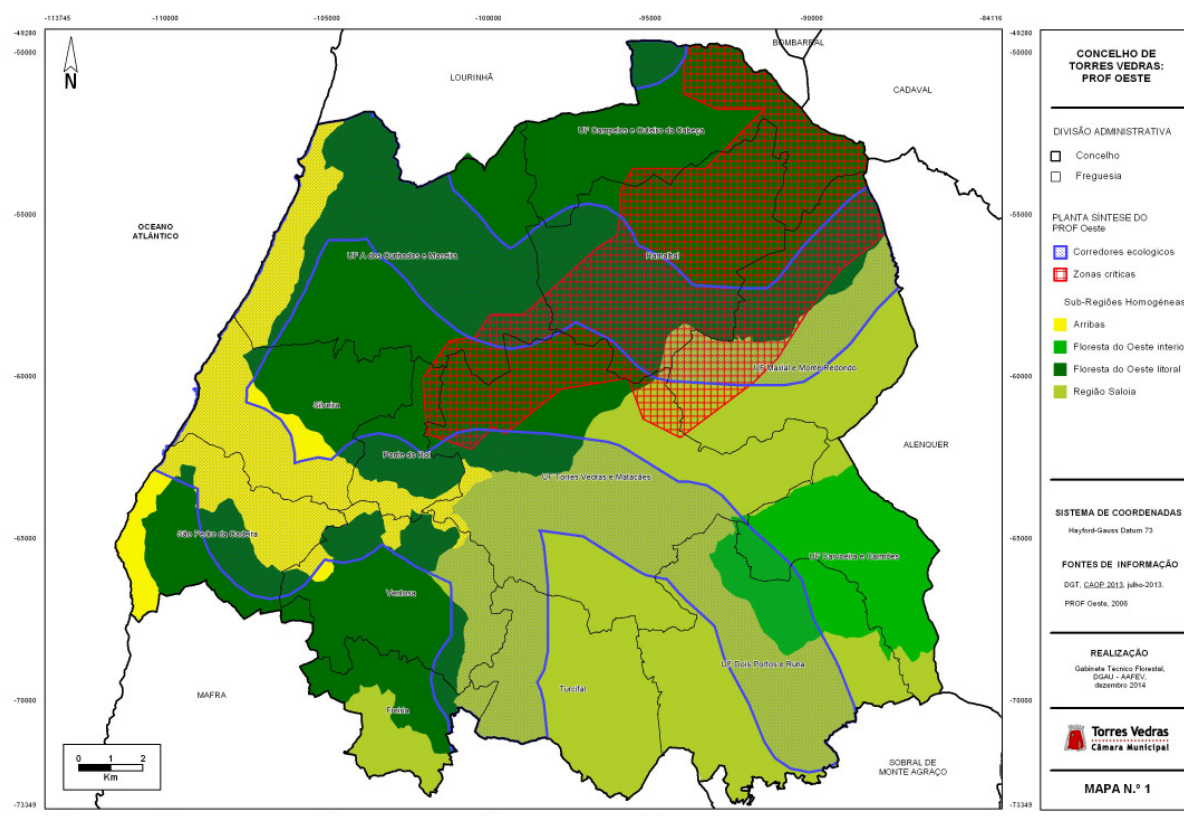
Na sub - região Floresta Oeste Interior, devido ao alto potencial produtivo, a função prioritária estabelecida é a produção. Corresponde também a uma área de relevo bastante acidentado, pelo que a função proteção se assume como segunda função. Como a atividade e tradição cinegética têm elevado peso na região Oeste, a terceira função é a silvo pastorícia, caça e pesca. Os objetivos específicos passam pela diminuição do número de incêndios, da área ardida e minimização dos danos, pela preservação dos valores fundamentais do solo e da água, melhoria da qualidade técnica e genética dos povoamentos existentes, da gestão dos terrenos de caça, harmonizando-a com outros usos de solo e melhoria das condições para a silvo pastorícia (PROF Oeste, 2006).

No que diz respeito à sub - região Floresta Oeste Litoral, devido ao seu elevado potencial produtivo do ponto de vista florestal o PROF Oeste definiu, para esta sub - região, como primeira função a produção. Tratando-se de uma zona de acentuada tradição cinegética, foi estabelecida como segunda função a silvo pastorícia, caça e pesca. Num panorama agrícola, como o desta sub - região, em que pequenos núcleos florestais assumem um papel fundamental na compartimentação e diversificação da paisagem, este plano estabeleceu como terceira função o recreio, enquadramento e estética da paisagem. Os objetivos específicos passam pela diminuição do número de incêndios, da área ardida e minimização dos danos, pela preservação dos valores fundamentais do solo e da água, melhoria da qualidade técnica e genética dos povoamentos existentes, da gestão dos terrenos de caça, harmonizando-a com outros usos de solo, melhoria das condições para a silvo pastorícia e melhoria e racionalização da oferta dos espaços florestais, na área do turismo e do lazer.

Relativamente à Sub-região Oeste Sul, sendo mais rural e montanhosa, merece especial atenção do ponto de vista da erosão. Nesse sentido, ficou estabelecida como função prioritária a proteção. Em relação à segunda função, por corresponder ao início de uma área onde a atividade cinegética tem elevado peso, o PROF Oeste estabeleceu a silvo pastorícia, caça e pesca. Como terceira função foi definida a produção, pelo potencial produtivo que apresenta. Os objetivos específicos passam pela diminuição do número de incêndios, da área ardida e minimização dos danos, preservação dos valores fundamentais do solo e da água, melhoria da gestão dos terrenos de caça, harmonizando-a com outros usos de solo, melhoria

da qualidade técnica e genética dos povoamentos existentes e melhoria das condições para a silvo pastorícia.

Em seguida apresenta-se o Mapa síntese das sub-regiões homogêneas definidas, para o concelho de Torres Vedras, pelo PROF Oeste:



Mapa 1 - Mapa síntese do PROF Oeste, no concelho de Torres Vedras

Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Lisboa (PDDFCI)

O PDDFCI de Lisboa pretende estabelecer a estratégia distrital de DFCI, através de medidas de planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades e de acordo com os objetivos resultantes do PNDFCI e em concordância com o PROF Oeste. O planeamento distrital, através do PDDFCI, desempenha a função intermédia de planeamento, apresenta um enquadramento estratégico e caracteriza-se pela ordenação e organização das ações e dos objetivos definidos no PNDFCI a uma escala distrital e, em consonância com os PMDFCI dos vários municípios que o compõem.

O presente PMDFCI deve ter em consideração os PMDFCI dos concelhos limítrofes, nomeadamente Alenquer, Cadaval, Lourinhã, Mafra e Sobral Monte Agraço. Porém apenas foi consultado o PMDFCI do Cadaval em virtude de os restantes estarem em revisão.

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

O PMDFCI tem por objetivo constituir uma ferramenta, a nível do Concelho, que permita a implementação das disposições presentes no PNDFCI. O PMDFCI assenta em 5 eixos estratégicos de atuação: aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, redução da incidência dos incêndios, melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios, recuperar e reabilitar os ecossistemas e adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz. Este Plano define a política e as medidas para a DFCI, a médio e a longo prazo, particularmente através de planos de prevenção, de sensibilização, de vigilância, de deteção, de supressão, e de coordenação de meios e agentes envolvidos, para os quais define objetivos e metas, a sua calendarização, orçamentação, e respetivos indicadores de execução e desempenho.

A implementação do PMDFCI, com um horizonte de planeamento de 5 anos, irá permitir desenvolver um conjunto de ações com o objetivo claro de diminuir o número de ocorrências, bem como a área afetada pelos incêndios florestais. Trata-se de um plano de caráter obrigatório, conforme o disposto no número 4 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro e constitui um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas, que visam concretizar os objetivos definidos no PNDFCI.

A elaboração do PMDFCI é sustentada nas características específicas do território, nomeadamente as decorrentes da sua natureza urbana, periurbana ou rural e das funções dominantes desempenhadas pelos espaços florestais. É neste contexto que é operacionalizada e implementada a estratégia de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a nível do município, com os vários instrumentos de gestão a nível local, regional e nacional.

O PMDFCI de Torres Vedras foi produzido por uma equipa técnica do Município de Torres Vedras, sob a coordenação do Gabinete Técnico Florestal e supervisão e orientação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF).

O PMDFCI é constituído por 3 partes: Caderno I - Diagnóstico (informação de base), Caderno II - Plano de Ação e Caderno III - Plano Operacional Municipal. A sua elaboração, execução e atualização tem carácter obrigatório, conforme indicado no Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação e uma vigência de 5 anos, sendo que pode ser revisto sempre que justifique. De salientar que o Caderno III - Plano Operacional Municipal tem de ser elaborado anualmente.

Plano Setorial da Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves) - revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro - e da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 constitui um instrumento das políticas de ordenamento do território e de ambiente, que visa a salvaguarda e valorização das Zonas de Proteção Especiais e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.

A área de intervenção do Município de Torres Vedras encontra-se abrangida pelo Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) - Sítio Peniche / Santa Cruz (fase 2) e Sítio Sintra / Cascais (fase 1).

Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Alcobaça - Mafra

A faixa litoral do Concelho insere-se no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Alcobaça - Mafra. O POOC de Alcobaça-Mafra visa, entre outros objetivos, o ordenamento dos diferentes usos e atividades específicas da orla costeira, a defesa e a conservação da natureza e a classificação das praias e a regulamentação do uso balnear.

Plano Diretor Municipal (PDM)

O Plano Diretor Municipal estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra

e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal. O modelo de organização espacial do território municipal assenta na classificação do solo e desenvolve-se através da qualificação do mesmo.

O PDM de Torres Vedras foi aprovado pela Assembleia Municipal em 22 de março e 13 de setembro de 1995 e ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 159/95, de 30 de novembro. A 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras foi aprovada pela Assembleia Municipal de Torres Vedras, em 28 de abril de 2006, encontrando-se esta versão atualmente em vigor.

2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

A ignição e propagação dos incêndios florestais estão dependentes de um conjunto de fatores: uns de natureza física, tais como a topografia, o clima e a vegetação são relativamente estáveis em função do local e outros, associados à atividade humana e às condições climáticas, que variam consideravelmente no tempo (DGF, 2002).

A complexidade do conjunto de fatores que influenciam a ignição e propagação dos incêndios florestais explicam porque os incêndios não ocorrem em igual número e intensidade nos diversos dias e locais e, justifica a necessidade do conhecimento da caracterização biofísica, fisiográfica, social e histórica dos incêndios, uma vez que está altamente correlacionada com a vulnerabilidade do território aos incêndios florestais (traduzida no potencial de um determinado combustível se inflamar e de suportar a propagação de um fogo, com base nas características estruturais, no seu estado vegetativo e localização) e com o risco de incêndio (DGF, 2002).

As cartografias dos Combustíveis Florestais, Risco de Incêndio e Prioridades de Defesa, constituem um valioso instrumento de apoio à decisão na gestão do território municipal pelas diferentes entidades com competências na Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), tais como: Município de Torres Vedras (MTV), Bombeiros Voluntários de Torres Vedras (BVTV), Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), Guarda Nacional Republicana (GNR), Energias de Portugal (EDP), Rede Elétrica Nacional (REN), Estradas de Portugal (EP), entre outras.

Esta cartografia permite definir uma estratégia de atuação no sentido de se minimizar as perdas aquando da ocorrência de incêndios e de se garantir a adoção de medidas de prevenção adequadas e eficazes.

2.1 MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

A caracterização e cartografia das estruturas da vegetação (carta dos combustíveis florestais) foram realizadas com base na classificação criada pelo NORTHERN FOREST FIRE LABORATORY (NFFL), com a descrição de cada modelo, à qual foi adicionada uma orientação da aplicabilidade ao território continental desenvolvida por Fernandes, P.M. (Quadro 1).

Esta classificação caracteriza as estruturas de vegetação com base no seu comportamento em caso de incêndio florestal (ICNF, 2012) isto é, os modelos de combustível dependem da quantidade e das características da carga combustível e da sua distribuição espacial, o que se reflete no comportamento do fogo sobretudo no que diz respeito à intensidade, comprimento da chama e velocidade de propagação.

A elaboração da cartografia de Modelos de Combustíveis Florestais foi produzida tendo por base a cartografia da ocupação do solo (COS 2007 - nível V), correlacionando-se o modelo de combustível com cada uma das manchas homogêneas de vegetação de acordo com o Quadro 1. Dado a classificação criada por NFFL não integrar nenhum modelo referente à ausência de combustível, optou-se por classificar essas situações como modelo 0.

No Quadro 1 do Anexo II está sistematizada a reclassificação dos Modelos de Combustíveis Florestais em função da COS 2007 - nível V.

A utilização desta peça cartográfica é especialmente útil para apoio à decisão na definição da localização das infra - estruturas de DFCI, nomeadamente da rede secundária das Faixas de Gestão de Combustível (FGC), e de áreas prioritárias de silvicultura no âmbito da DFCI.

Quadro 1. Descrição dos modelos de combustível

GRUPO	MODELO	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO
HERBÁCEO	1	Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.	Montado. Pastagens anuais ou perenes. Restolhos.
	2	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.	Matrizes Mato/herbáceas resultantes de fogo frequente (e.g. giestal). Formações lenhosas diversas (e.g. pinhais, zimbrais, montado). Plantações florestais em fase de instalação e nascedio.
	3	Pasto contínuo, espesso e (> =1m) 1/3 ou mais do pasto deverá estar seco. Os incêndios são mais rápidos e de maior intensidade.	Campos cerealíferos (antes da ceifa). Pastagens altas. Feteiras. Junciais.
ARBUSTIVO	4	Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.	Qualquer formação que inclua um estrato arbustivo e contínuo (horizontal e verticalmente), especialmente com % elevadas de combustível morto: carrascal, tojal, urzal, esteval, acacial. Formações arbóreas jovens e densas (fase de novédio) e não caducifólias.
	5	Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.	Qualquer formação arbustiva jovem ou com pouco combustível morto. Sub-bosque florestal dominado por silvas, fetos ou outra vegetação sub-lenhosa verde. Eucaliptal (> 4 anos de idade) com sub-bosque arbustivo baixo e disperso, cobrindo entre 1/3 e 1/2 da superfície.
	6	Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.	Situações de dominância arbustiva não enquadráveis nos modelos 4 e 5. Regeneração de <i>Quercus pyrenaica</i> (antes da queda da folha)
	7	Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2 metros de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores. O incêndio desenvolve-se com teores mais altos de humidade do combustível morto do que nos outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.	
MANTA MORTA	8	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas (sem mato). A folhada forma uma capa compacta ao estar formada de agulhas pequenas (5cm ou menos) ou por folhas planas não muito grandes. Os fogos são de fraca intensidade, com chamas curtas e que avançam lentamente. Apenas condições meteorológicas desfavoráveis (temperaturas altas, humidade relativa baixa e ventos fortes) podem tornar este modelo perigoso.	Formações florestais ou pré - florestais sem sub - bosque: <i>Quercus mediterrânica</i> , medronhal, vidoal, folhosas riícolas, choupal, eucaliptal jovem, <i>Pinus sylvestris</i> , cupressal e restantes resinosas de agulha curta.
	9	Floresta em bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do <i>Pinus pinaster</i> , ou por folhas grandes e frisadas como as do <i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Castanea sativa</i> , etc. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8	Formações florestais sem sub-bosque; pinhais (<i>Pinus pinaster</i> , <i>P. pinea</i> , <i>P. nigra</i> , <i>P. radiata</i> , <i>P. halepensis</i>), carvalhais (<i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Q. rubor</i> , <i>Q. rubra</i>) e castanheiro no Inverno, eucaliptal (> 4 anos de idade).
	10	Restos lenhosos originados naturalmente, incluindo lenha grossa caída como consequência de vendavais, pragas intensas ou excessiva maturação da massa, com presença de vegetação herbácea que cresce entre os restos lenhosos.	
RESÍDUOS LENHOSOS	11	Resíduos ligeiros ($\emptyset < 7,5$ cm) recentes, de tratamentos silvícolas ou de aproveitamentos, formando uma capa pouco compacta de escassa altura (por volta de 30 cm). A folhada e o mato existentes ajudarão à propagação do fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar fagulhas incandescentes.	Formações florestais sujeitas a operações de desramação e desbaste, selecção de toijas (eucaliptal), ou a cortes parciais ligeiros.
	12	Resíduos de exploração mais pesados do que no modelo 11, formando uma capa contínua de maior altura (até 60 cm). Mais de metade das folhas estão ainda presas aos ramos sem terem secado completamente. Não existem combustíveis vivos que influenciem no fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar fagulhas incandescentes.	Formações florestais sujeitas a desbaste ou corte parcial intensos, ou a corte raso.
	13	Grandes acumulações de resíduos de exploração grossos ($\emptyset < 7,5$ cm) e pesados, cobrindo todo o solo.	

Fonte: ICNF, 2012

No Mapa 2 e Quadro 2 apresenta-se a distribuição dos Modelos de Combustíveis Florestais no concelho de Torres Vedras. Pela sua análise, verifica-se um predomínio no território do **Modelo 1** (14.381,56ha), inserido no grupo de vegetação herbácea, o que é facilmente justificável pela predominância da agricultura na região, nomeadamente hortícolas de regadio, vinhas e pomares. Ainda no estrato herbáceo, destaca-se pela sua área o **Modelo 2** (6.485,03ha), referente essencialmente a terrenos onde se pratica agricultura de sequeiro. Nos modelos referidos anteriormente, a velocidade de propagação do fogo esperada é moderada a alta e a intensidade é baixa a moderada.

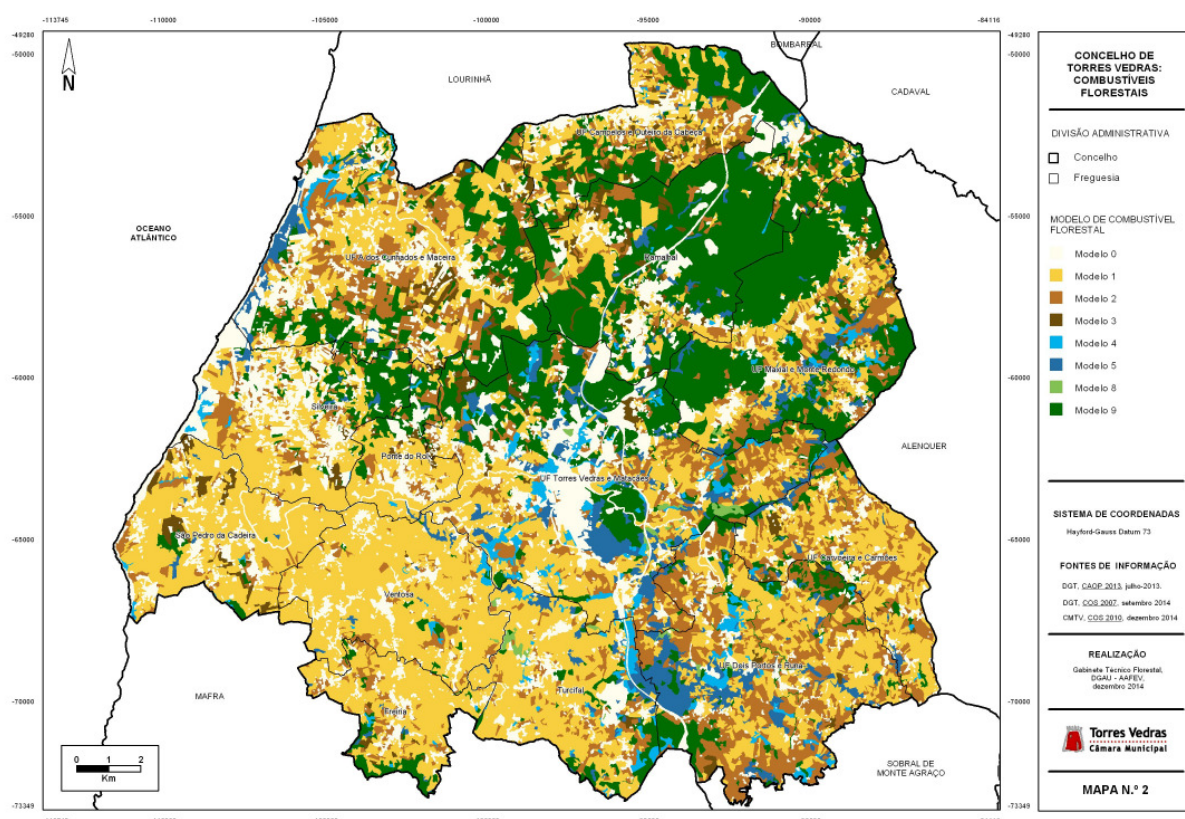
O **Modelo 9** é o segundo mais representativo do concelho (9.672,23ha) com 23,7%, referentes à maioria dos povoamentos florestais sujeitos a exploração sendo que correspondem, maioritariamente, a eucaliptais e pinhais. Os incêndios associados a este tipo de modelo de combustível, inserido no grupo manta morta, são geralmente moderados a rápidos e com alta intensidade, principalmente quando atingem as copas. Como na sua maioria correspondem a eucaliptal, têm também associadas grandes projeções de fagulhas incandescentes.

Salienta-se ainda pela sua área o **Modelo 0** (5997,38ha) onde se incluíram as superfícies em que se considera existir ausência de combustível, correspondendo na COS 2007 a territórios artificializados impermeabilizados.

Relativamente aos modelos de combustível em que predomina o estrato arbustivo, verifica-se a existência do **Modelo 4** e do **Modelo 5**, que equivalem à presença de matos sendo que, no caso do modelo 4 são bastante altos e inflamáveis, pelo que requerem especial atenção, nomeadamente na realização de fogueiras e queimadas. Neste grupo, a velocidade de propagação e intensidade do fogo são moderadas a altas.

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

TORRES VEDRAS



Mapa 2 - Mapa de Combustíveis Florestais no concelho de Torres Vedras

Quadro 2. Distribuição dos Modelos de Combustíveis Florestais, por freguesia, no concelho de Torres Vedras

FREGUESIA	COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS (ha)							
	Sem Combustível	Herbáceo			Arbustivo		Manta Morta	
	Modelo 0	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 8	Modelo 9
Freiria	141,63	845,99	161,64	24,38	11,08	13,96	0,00	144,62
Ponte do Rol	200,04	467,57	95,33	35,44	6,68	8,14	0,00	154,10
Ramalhal	519,08	434,75	217,46	156,50	12,88	97,33	6,80	2241,61
São Pedro da Cadeira	369,82	1585,52	166,44	162,23	22,39	19,81	0,00	59,02
Silveira	759,17	920,45	305,28	46,46	30,34	47,65	0,00	387,51
Turcifal	307,74	1341,47	287,23	7,92	142,07	137,65	33,38	212,60
Ventosa	303,00	1991,47	177,66	3,94	35,75	36,59	2,18	47,56
UF A dos Cunhados e Maceira	976,36	1491,71	1050,04	242,24	95,58	151,92	1,00	1264,02
UF Campelos e Outeiro da Cabeça	420,47	713,97	423,18	178,87	12,41	54,35	0,00	1193,63
UF Carvoeira e Carmões	193,34	988,75	628,79	36,21	16,10	92,99	0,00	140,59
UF Dois Portos e Runa	286,44	1337,61	1485,72	78,33	173,84	488,60	18,76	453,75
UF Maxial e Monte Redondo	274,03	750,27	532,46	77,17	66,91	163,44	3,82	1970,60
UF Torres Vedras e Matações	1246,26	1512,02	953,80	108,37	359,00	603,43	58,65	1402,63
Município	5997,38	14381,56	6485,03	1158,05	985,01	1915,88	124,59	9672,23

2.2 CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

A Cartografia de Risco de Incêndio Florestal tem como objetivo apoiar o planeamento de medidas de prevenção aos incêndios florestais, assim como otimizar os recursos e infraestruturas disponíveis para a DFCI.

O modelo de risco de incêndio florestal adotado pelo ICNF integra dois Mapas:

- Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal, que resulta do produto da probabilidade com a suscetibilidade, apresentando o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno. Este Mapa é particularmente indicado para ações de prevenção;
- Mapa do Risco de Incêndio, que expressa o potencial de perda face a um fenómeno, conjugando a perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor). Este Mapa serve de suporte à orientação das ações de prevenção quando lido em conjunto com o Mapa de Perigosidade e, para o planeamento de ações de supressão.

Para a elaboração da Cartografia de Risco de Incêndio constante no presente plano, optou-se por utilizar a metodologia proposta pelo ICNF e descrita no apêndice 4 do Guia Técnico para a Elaboração do PMDFCI (constante no Anexo III, passo a passo), uma vez que estabelece uma base comum de trabalho para a sua produção. Esta cartografia define um zonamento municipal, não permitindo comparações intermunicipais nem generalizações a nível regional.

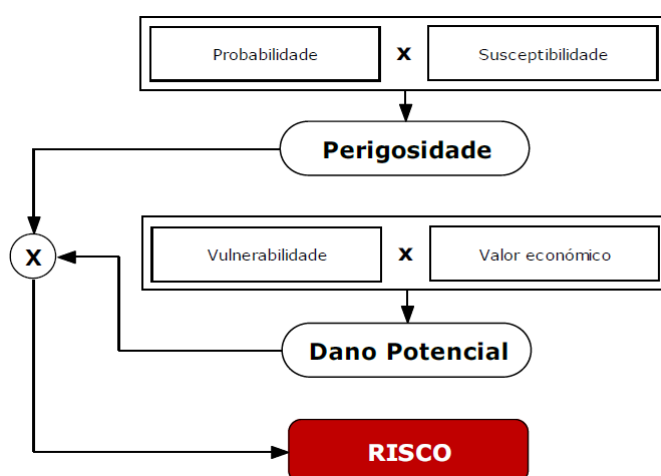


Figura 1. Componentes da cartografia de risco.

Fonte: Guia Técnico do PMDFCI, AFN 2012.

Ao nível operacional, a Cartografia de Risco de Incêndio Florestal permite, entre outras aplicações:

- Identificar os locais onde é necessário proceder à mitigação do risco, atuando nas quadrículas de risco alto e muito alto, optando por ações de redução da suscetibilidade (prevenção);
- Atribuir prioridades de prevenção e/ou supressão, conforme o valor dos elementos;
- Condicionar a edificação de novos elementos em áreas com risco elevado e muito elevado, evitando colocar valor adicional nos locais onde este já existe e/ou onde existe perigosidade elevada.

2.2.1 PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

A Probabilidade traduz-se pela verosimilhança de ocorrência de um fenómeno num determinado local em determinadas condições. Para o cálculo da probabilidade teve-se em consideração o histórico dos incêndios florestais em cada *pixel*, calculando-se a percentagem média anual para um período de 14 anos (2000 a 2013), permitindo avaliar a perigosidade no tempo.

A Suscetibilidade de um território (ou de um *pixel*) expressa as condições que este apresenta para a ocorrência de um fenómeno danoso e seu potencial. A topografia e ocupação do solo, entre outras variáveis lentas, definem o grau de suscetibilidade de um território a um fenómeno. Para o cálculo da suscetibilidade foram tidos em conta os declives e a ocupação do solo, multiplicando-se estas duas variáveis.

A Perigosidade conjuga a probabilidade e a suscetibilidade. Assim, a perigosidade é a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso (Varnes, 1984). A perigosidade reflete a componente estrutural do risco de incêndio.

No Quadro 2 do Anexo II, são apresentados os valores de reclassificação da COS - nível V por valor de suscetibilidade. De salientar que foi atribuído o valor 0 aos territórios artificializados, zonas húmidas e massas de água, uma vez que se considera que esses tipos de

território não são suscetíveis aos incêndios florestais, não devendo por isso ser contabilizados para o cálculo da perigosidade e risco de incêndio. Ao atribuir-se uma suscetibilidade nula e, dado o modelo ser multiplicativo, funciona como absorvente deixando de serem contabilizados estes tipos de ocupação, evitando que funcionem como elementos de filtro qualitativo do produto final.

A obtenção do Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal (Mapa 2 do Anexo I) resultou da multiplicação dos *raster* de probabilidades pelos de suscetibilidade. A definição das cinco classes de perigosidade resultou da reclassificação da perigosidade pelo método dos *quintis*.

No Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal apresentado não foi efetuada a agregação de pixels isolados rodeados por outras classes de perigosidade mais representativas, no entanto para análise e interpretação da referida carta deve ser tida em consideração a agregação de pixels isolados nas classes adjacentes, respeitando a dimensão estipulada nos critérios do Manual Técnico de Inventário Florestal Nacional, ou seja nas manchas de perigosidade com áreas inferiores a 5000m² ou com área maior que 5000m² mas com largura em toda a dimensão inferior a 20metros deve ser utilizado o valor mais frequente e mais alto das classes adjacentes.

A Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal caracteriza o território em função do maior ou menor risco de ocorrência de incêndio florestal, classificando-o de acordo com 5 níveis, que vão da muito baixa à muito alta perigosidade. Esta carta constitui-se como um instrumento muito relevante na organização do sistema municipal de prevenção e combate a incêndios. Por esta razão, importa que a carta de perigosidade reflita a realidade física existente (ocupação do solo) tão correta e atualizada quanto possível, condição que determinou e justificou o esforço de correção e atualização da informação cartográfica de base.

O Mapa de Perigosidade de Incêndio corresponde ao risco espacial de incêndio descrito no artigo 5.º do Decreto-lei 124/2006, na sua atual redação, sendo que é a perigosidade de incêndio que condiciona a edificação, conforme o artigo 16º do mesmo Decreto-lei. Assim de acordo com o referido artigo, a classificação e qualificação do solo definida no âmbito dos instrumentos de gestão territorial vinculativos, deve refletir a cartografia de risco, que respeita a zonagem do continente e as zonas críticas definidas respetivamente nos artigos 5.º

e 6.º. Deste modo, a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas é proibida nos terrenos classificados no PMDFCI com perigosidade de incêndio das classes alta ou muito alta, sem prejuízo das infra-estruturas definidas nas RDFCI.

Dado que a Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal tem como ponto de partida a realidade existente não tem em conta, todavia, a classificação e a qualificação do solo (e as opções de ordenamento que delas decorrem) constantes do PDM e dos restantes Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) em vigor ou em elaboração. Ou seja, ela apresenta naturalmente áreas que, não obstante estarem legítima e legalmente afetas a usos urbanos, industriais, turísticos, etc., apresentam, ao dia de hoje, utilizações agrícolas, florestais ou silvo-pastoris, circunstância que as pode classificar na referida carta com alta ou muito alta perigosidade de incêndio.

A legislação da defesa da floresta contra incêndios e a legislação dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) utilizam conceitos e vocabulários distintos em matéria de identificação e classificação da realidade física, facto que dificulta a compreensão do real alcance das interdições referidas no artigo nº 16º do Decreto-Lei 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação e, por essa via, a compatibilização entre os instrumentos de planeamento em causa.

O conceito de áreas edificadas consolidadas, determinante para a definição do âmbito de aplicação da Carta de Perigosidade, no que concerne aos condicionalismos à edificação, é definido nos termos da legislação da DFCI, como as *“áreas que possuem uma estrutura consolidada ou compactação de edifícios, onde se incluem as áreas urbanas consolidadas e outras áreas edificadas em solo rural classificadas deste modo pelos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares”*. De acordo com a Instrução de Serviço nº13410/2013, de 17 de Setembro, do ICNF, considera-se que nas áreas edificadas consolidadas se incluem não apenas os solos urbanizados mas também os solos urbanizáveis.

Conforme o ponto 3 do artigo 16º, do Decreto-lei citado anteriormente, as novas edificações no espaço florestal ou rural fora das áreas edificadas consolidadas têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, as regras definidas no PMDFCI respetivo ou, se este não existir, a garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50

metros e a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos.

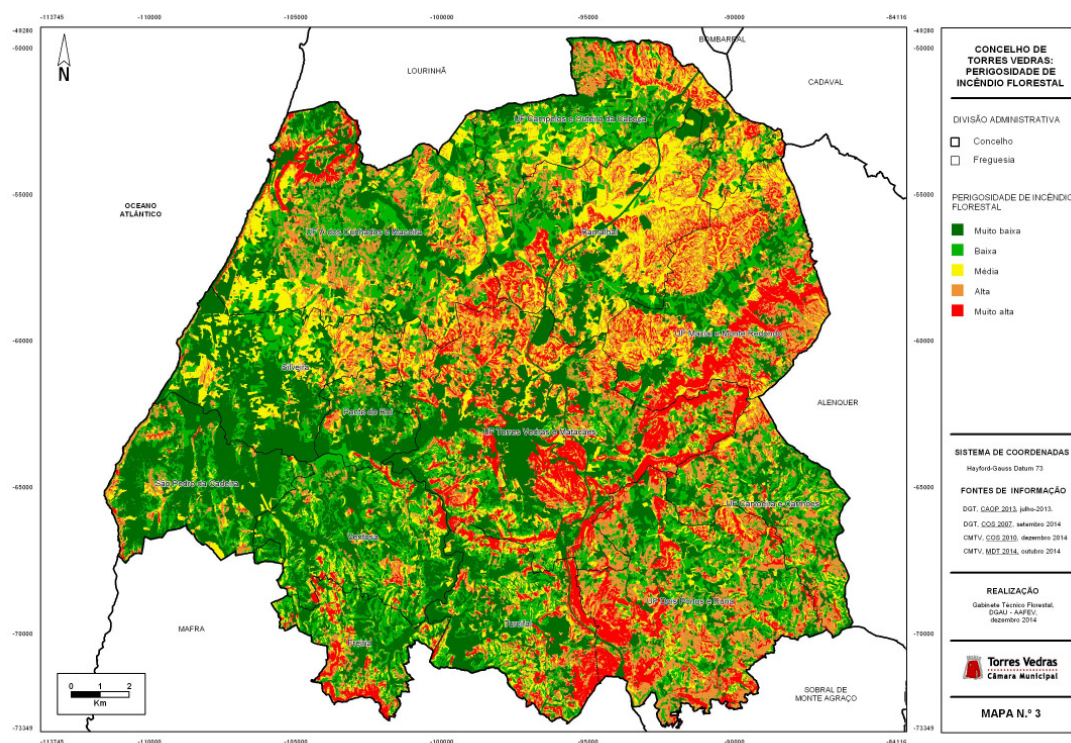
No Anexo IV apresentam-se as normas à edificação em espaço rural, conforme previsto no artigo 16º, do Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, para o concelho de Torres Vedras.

Partindo dos princípios descritos anteriormente e, de forma a facilitar a interpretação da Carta de Perigosidade ao nível dos condicionalismos à edificação, representou-se no Mapa 3 A do Anexo I, a Carta de Perigosidade com a sobreposição das áreas abrangidas por Planos de Urbanização e Planos de Pormenor em vigor e, pela exclusão de aplicação prevista no ponto 1 do artigo 2º, do Anexo IV.

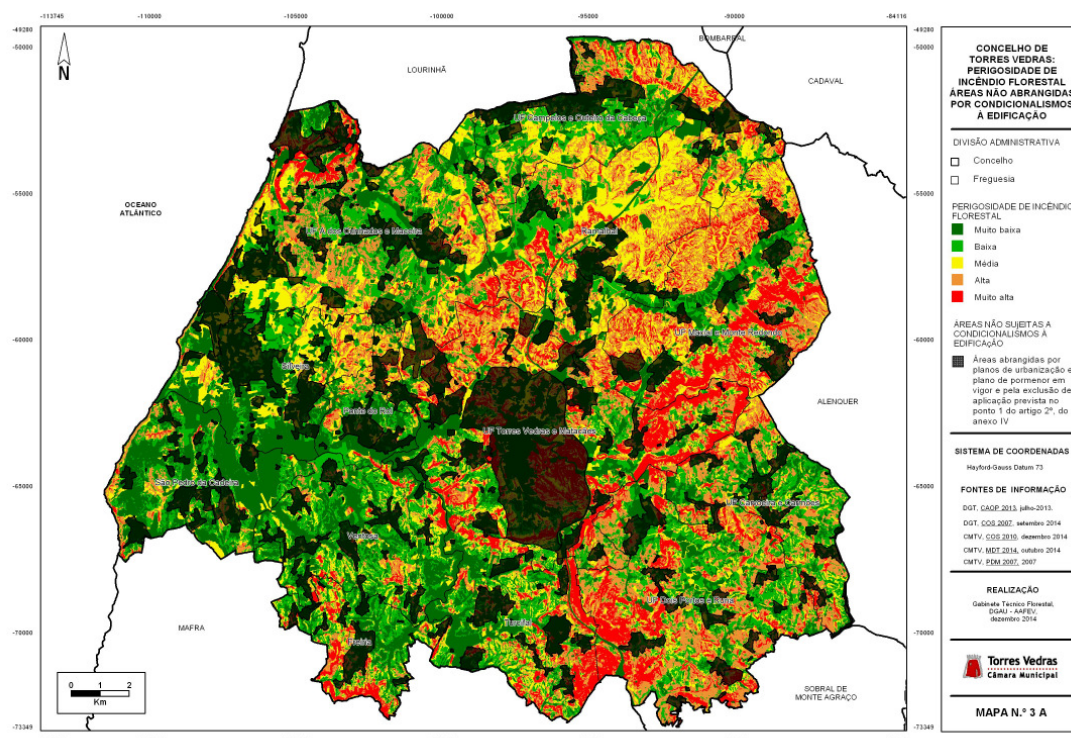
Da análise da Carta de Perigosidade (Mapa 3 do Anexo I) é evidente a sua relação proporcional com as variáveis: declive e ocupação do solo (classe de suscetibilidade). Assim, as zonas classificadas com perigosidade alta e muito alta coincidem, em geral, com as áreas mais declivosas do concelho e com um coberto vegetal dominado por sistemas florestais, matos e terrenos incultos, de que são exemplo as escarpas da UF A dos Cunhados e Maceira, a Serra do Socorro (freguesia do Turcifal) e os dois eixos contínuos que unem as freguesias do Turcifal, UF Dois Portos e Runa, UF Torres Vedras e Matacães, UF Maxial e Monte Redondo e a freguesia de Ventosa. Deste modo, nestas zonas do concelho, a velocidade de propagação dos incêndios é maior e o seu combate é geralmente dificultado, sendo por isso primordial a definição de estratégias mais eficientes DFCI, nomeadamente na prevenção e combate. Nas zonas mais planas os riscos e dificuldades são geralmente menores, à exceção de algumas áreas específicas (freguesias com mancha florestal extensa e continua).

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

TORRES VEDRAS



Mapa 3 - Mapa de Perigosidade de Incêndio no concelho de Torres Vedras



Mapa 3 A - Mapa de Perigosidade de Incêndio em Áreas não Abrangidas por Condicionalismos à Edificação no concelho de Torres Vedras

Quadro 3. Distribuição da Perigosidade de Incêndio do concelho de Torres Vedras.

FREGUESIA	PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO									
	Muito Baixa		Baixa		Média		Alta		Muito Alta	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
Freiria	361,91	26,94	358,18	26,66	198,60	14,78	206,74	15,39	217,88	16,22
Ponte do Rol	433,21	44,79	193,59	20,01	119,35	12,34	156,54	16,18	64,61	6,68
Ramalhal	674,29	18,31	435,61	11,83	966,16	26,23	1025,60	27,84	581,96	15,80
São Pedro da Cadeira	1308,01	54,84	559,53	23,46	210,54	8,83	245,73	10,30	61,43	2,58
Silveira	1222,73	48,97	446,23	17,87	510,95	20,46	249,95	10,01	66,99	2,68
Turcifal	715,60	28,97	486,79	19,71	363,77	14,73	401,90	16,27	502,00	20,32
Ventosa	949,12	36,53	852,27	32,80	379,84	14,62	284,55	10,95	132,39	5,10
UF A dos Cunhados e Maceira	1247,86	23,67	1211,33	22,97	888,54	16,85	1382,41	26,22	542,27	10,29
UF Campelos e Outeiro da Cabeça	581,05	19,39	713,77	23,82	558,55	18,64	810,22	27,04	332,80	11,11
UF Carvoeira e Carmões	413,52	19,72	567,84	27,08	259,07	12,36	657,28	31,35	199,09	9,49
UF Dois Portos e Runa	575,88	13,32	834,82	19,31	433,11	10,02	1415,84	32,75	1063,02	24,59
UF Maxial e Monte Redondo	496,73	12,94	431,36	11,24	545,04	14,20	1163,01	30,30	1202,60	31,33
UF Torres Vedras e Matações	1717,73	27,51	715,80	11,46	761,27	12,19	1345,14	21,54	1704,27	27,29
Município	10697,64	26,27	7807,11	19,17	6194,80	15,21	9344,92	22,95	6671,31	16,39

Da análise do Quadro 3, constata-se que 4 freguesias do concelho têm mais de 40% da sua área ocupada pelas classes de perigosidade de incêndio alta e muito alta: UF Maxial e Monte Redondo, UF Dois Portos e Runa, UF Torres Vedras e Matações e Ramalhal, sendo que as duas primeiras tem aproximadamente 60% da sua área ocupada com as classes descritas.

As ações de prevenção integradas nos diferentes eixos devem ter em consideração a análise do Mapa de Perigosidade.

2.2.2 RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

O Dano Potencial é o produto da vulnerabilidade pelo valor económico de um elemento. Um valor que tenha elevado valor económico mas seja totalmente invulnerável, terá um dano potencial nulo, pelo que não será afetado pelo fenómeno. Inversamente, o dano potencial será tanto maior quanto a vulnerabilidade seja próxima de 1 e o seu valor económico elevado.

A Vulnerabilidade designa a capacidade de resistência de um elemento a um fenómeno e sua capacidade de recuperação. A vulnerabilidade varia entre zero e um, sendo que zero corresponde a um elemento que não é afetado, e um representa a perda total ou seja o elemento é afetado de forma irreversível necessitando de reconstrução ou substituição.

O Valor Económico corresponde ao valor de mercado em euros dos elementos em risco. Permite quantificar o investimento necessário para recuperar um elemento, em função da sua vulnerabilidade, após destruição ou perda de performance por exposição a um fenómeno danoso.

O Risco é o produto da perigosidade pelo dano potencial (vulnerabilidade e valor) e expressa o potencial de perda face a um fenómeno. O risco de incêndio florestal corresponde à probabilidade de um incêndio florestal ocorrer num local específico, sob determinadas circunstâncias e, as consequências esperadas são caracterizadas pelos impactes nos objetivos afetados (Bachmann e Algower, 1998). Para o cálculo do risco são necessárias as seguintes variáveis: probabilidade, suscetibilidade, vulnerabilidade e valor económico.

Os valores de reclassificação da COS - nível V por classe de vulnerabilidade e valor económico encontram-se no Anexo II, Quadro 2. Os valores de reclassificação atribuídos foram baseados no guia técnico e nos conhecimentos técnicos sendo que, nas várias classes de ocupação agrícola se utilizou apenas 10% do valor económico correspondente à perda total da cultura, uma vez que nesse tipo de ocupação normalmente os incêndios florestais apenas destroem as bordaduras na zona de interface agrícola/florestal. De referir ainda que, aos territórios artificializados, zonas húmidas e massas de água foi atribuído o valor zero em termos de vulnerabilidade e valor económico, dado terem sido excluídas do modelo aquando do cálculo da perigosidade de incêndio florestal.

Recorrendo-se à fórmula apresentada na Figura 1, para o cálculo do Mapa de Risco foram considerados os *raster* da Perigosidade e do Dano Potencial.

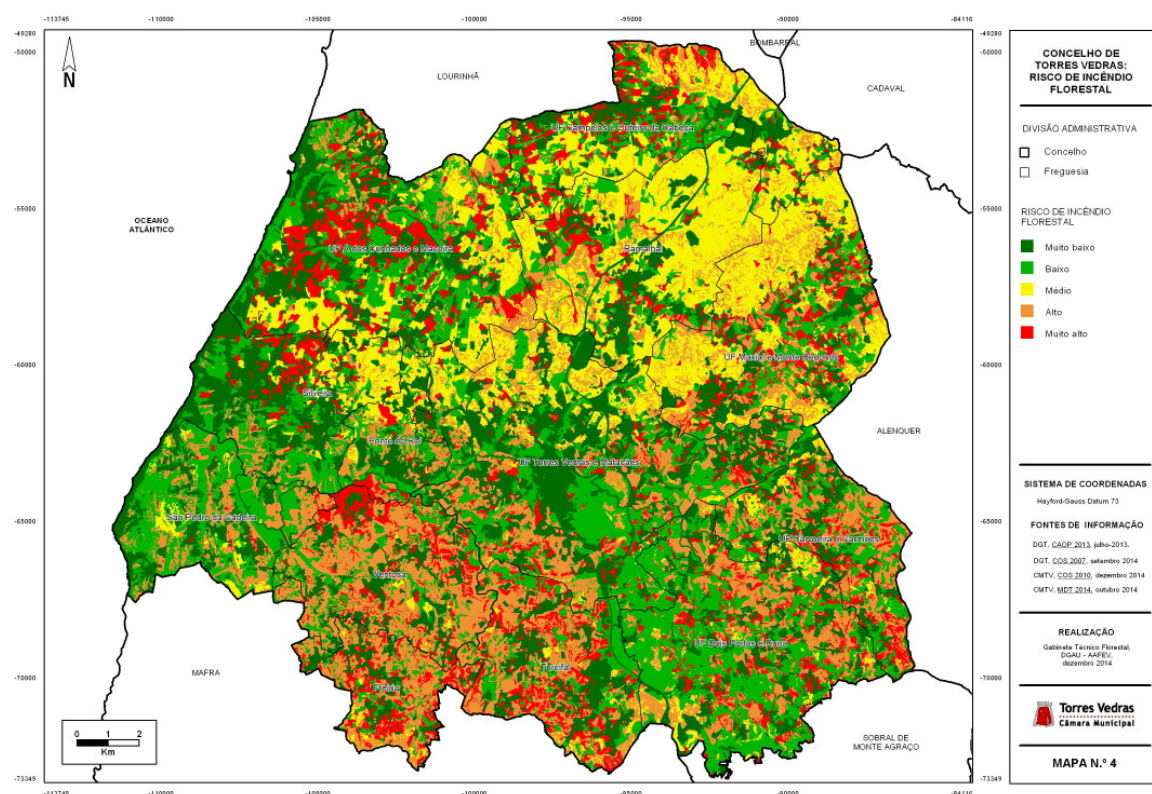
O Mapa de Risco permite auxiliar as autarquias na tomada de decisões de implementação das propostas de ação ao nível da silvicultura preventiva, da construção/beneficiação de infraestruturas e dos seus investimentos. Em domínio de risco de incêndio florestal, torna-se necessário responder adequadamente à questão de onde se encontram os maiores potenciais de perda.

O risco de incêndio florestal contabiliza, para além do risco estrutural e do histórico de incêndios, o valor económico e a vulnerabilidade; assim, o risco é tanto maior quanto mais elevado o valor da perigosidade e do dano potencial.

Da análise do Mapa 4 do Anexo I e do Quadro 4 verifica-se que, em caso de ocorrência de incêndio, este teria efeitos mais danosos nas freguesias de Freiria, Ventosa, Turcifal e UF Carvoeira e Carmões, pois apresentam mais de 50% da sua área nas classes de risco de incêndio alto e muito alto. Esta situação resulta da maioria da área dessas freguesias se encontrar com ocupação agrícola. Este tipo de ocupação tem associado um valor económico de perda mais elevado, situação que não se reflete ao nível das medidas de prevenção e combate a incêndios florestais uma vez que, nestas freguesias, a área de espaços florestais é muito reduzida, apresentando descontinuidades ao nível dos combustíveis, com exceção da Serra do Socorro, na freguesia do Turcifal.

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

TORRES VEDRAS



Mapa 4 - Mapa de Risco de Incêndio Florestal no concelho de Torres Vedras

Quadro 4. Distribuição do Risco de Incêndio no concelho de Torres Vedras.

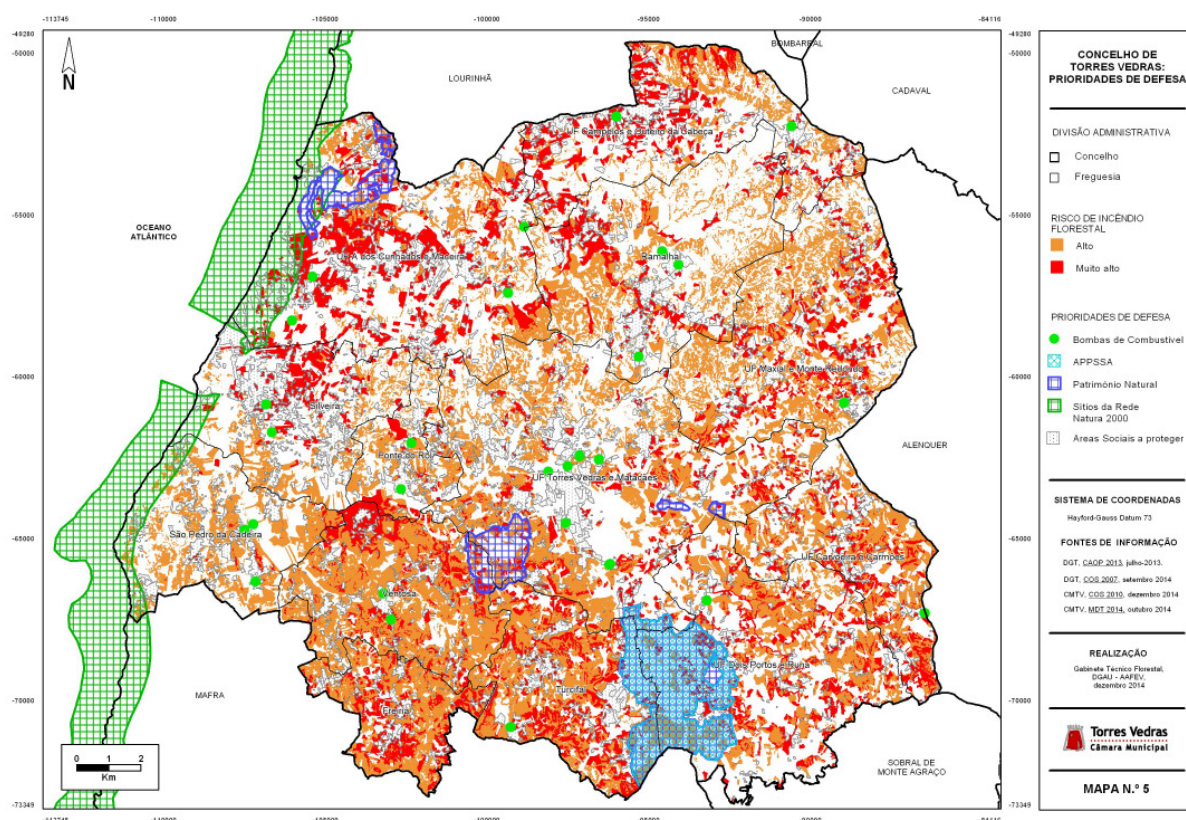
FREGUESIA	RISCO DE INCÊNDIO									
	Muito Baixo		Baixo		Médio		Alto		Muito Alto	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
Freiria	218,96	16,30	123,75	9,21	43,69	3,25	569,59	42,40	387,31	28,83
Ponte do Rol	262,41	27,13	216,91	22,42	129,49	13,39	269,43	27,85	89,07	9,21
Ramalhal	563,58	15,30	397,85	10,80	1684,77	45,74	709,83	19,27	327,54	8,89
São Pedro da Cadeira	527,84	22,13	957,18	40,13	121,65	5,10	728,03	30,52	50,53	2,12
Silveira	916,31	36,70	657,19	26,32	328,64	13,16	311,87	12,49	282,84	11,33
Turcifal	530,04	21,46	428,62	17,35	63,61	2,58	812,60	32,90	635,20	25,72
Ventosa	468,54	18,03	312,23	12,02	26,14	1,01	1265,17	48,69	526,08	20,25
UF A dos Cunhados e Maceira	1232,68	23,38	1336,99	25,36	1065,22	20,20	619,90	11,76	1017,58	19,30
UF Campelos e Outeiro da Cabeça	490,01	16,35	569,63	19,01	922,20	30,78	427,53	14,27	586,99	19,59
UF Carvoeira e Carmões	409,68	19,54	528,23	25,19	99,79	4,76	653,47	31,17	405,61	19,34
UF Dois Portos e Runa	712,02	16,47	1699,45	39,31	254,13	5,88	1001,70	23,17	655,35	15,16
UF Maxial e Monte Redondo	494,51	12,88	564,27	14,70	1135,02	29,57	1093,19	28,48	551,70	14,37
UF Torres Vedras e Matações	1867,35	29,91	1609,26	25,77	670,42	10,74	1534,03	24,57	563,11	9,02
Município	8693,93	21,35	9401,55	23,09	6544,78	16,07	9996,33	24,55	6078,90	14,93

2.3 PRIORIDADES DE DEFESA

A cartografia de prioridades de defesa é constituída pela aposição aos polígonos de risco de incêndio florestal (alto e muito alto) de outros elementos não considerados no modelo de risco, com reconhecido valor ou interesse social, cultural, ecológico ou outros (DGRF, 2006).

O objetivo do Mapa de Prioridades de Defesa é identificar claramente quais os elementos que interessa proteger, constituindo para esse fim prioridades de defesa.

No concelho de Torres Vedras consideraram-se como elementos com reconhecido valor e interesse de proteção as áreas sociais (com exceção da rede viária), a Rede Natura 2000, a Área de Paisagem Protegida das Serras do Socorro e Archeira (APPSSA), o património natural (identificado no Plano Municipal de Recursos Naturais) e as bombas de combustível.



Mapa 5 - Mapa de Prioridades de Defesa no concelho de Torres Vedras

3. OBJETIVOS E METAS MUNICIPAIS DE DFCI

3.1 IDENTIFICAÇÃO DA TIPOLOGIA DO CONCELHO

A tipologia dos concelhos resulta da necessidade de classificar os concelhos do país em relação ao histórico de incêndios, e estratificar geograficamente o território de forma adequada para distinguir os grandes tipos de problemas/soluções associados à incidência do fogo. Com esse objetivo, o ICNF definiu uma tipificação do território, na qual se pondera o número de ocorrências e a área ardida por área florestal dos respetivos concelhos. Deste modo, os municípios do território Continental podem ser divididos nas seguintes 4 tipologias:

- Poucas ocorrências e Pouca área ardida (T1);
- Poucas ocorrências e Muita área ardida (T2);
- Muitas ocorrências e Pouca área ardida (T3);
- Muitas ocorrências e Muita área ardida (T4).

De acordo com a tipologia apresentada, **o concelho de Torres Vedras está classificado como T3, pois apresenta muitas ocorrências e pouca área ardida.**

A tipologia do concelho é extremamente relevante para a definição dos objetivos e prioridades de intervenção ao nível da DFCI.

3.2 OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

O PMDFCI de Torres Vedras contém as ações essenciais à DFCI e, para além das ações de prevenção, inclui a previsão e a programação das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

A definição dos objetivos estratégicos para os próximos cinco anos, período no qual se pretende desenvolver todas as ações que assentam na Política Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios resultam da integração e compatibilização deste documento com os restantes instrumentos de planeamento florestal de nível superior, designadamente o PNDFCI, o PROF Oeste e o PDM.

Deste modo é possível definir claramente as metas a atingir e, qual o papel dos vários intervenientes locais na DFCI para maximização da sua eficácia.

Os objetivos do presente plano estão centrados nos cinco eixos estratégicos de atuação, assentes no PNDFCI:

- 1º Eixo Estratégico** - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
- 2º Eixo Estratégico** - Redução da incidência de incêndios
- 3º Eixo Estratégico** - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão aos incêndios
- 4º Eixo Estratégico** - Recuperar e reabilitar os ecossistemas
- 5º Eixo Estratégico** - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

No quadro seguinte estão sistematizados os objetivos, indicadores e metas para o PMDFCI de Torres Vedras.

Quadro 5. Objetivos, Indicadores e Metas anuais para o PMDFCI de Torres Vedras 2015-2019.

Objetivos	Indicador	Metas				
		2015	2016	2017	2018	2019
Eliminar incêndios com áreas superiores a 100ha	Nº de ocorrências superiores a 100ha	0	0	0	0	0
Redução do nº de ocorrências	Nº de ocorrências por ano	290	270	250	230	200
Redução área ardida (em 2018, verificar área ardida anual < 0,8% da superfície florestal constituída por povoamentos)	Área ardida por ano	160ha	130ha	100ha	78ha	78ha
Redução do nº de ocorrências com tempo de intervenção superior a 12 horas	Nº de ocorrências com tempo de intervenção superior a 12 horas	2	2	2	1	1
Reduzir para menos de 0,5% do número de reacendimentos	Nº de reacendimentos	2	2	2	1	1
1ª Intervenção <20min	Ocorrências com tempo de chegada para 1ª intervenção <20min	80%	80%	80%	90%	90%

O êxito dos objetivos e metas propostos está diretamente relacionado com o alcance de aplicação que este PMDFCI consiga ter, e mais concretamente, com o grau de sucesso obtido nas atividades preconizadas nos cinco eixos estratégicos definidos no PNDPCI, apresentados nos próximos capítulos. De realçar neste âmbito que, a concretização das ações preconizadas neste plano só será possível através da integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na defesa da floresta.

4. 1º EIXO ESTRATÉGICO - AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Neste eixo estratégico de atuação pretendem-se implementar sistemas de gestão de combustível, desenvolver procedimentos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo. Assim, o 1º. Eixo Estratégico vem dar cumprimento ao disposto no nº1 do artigo 15º do Decreto - lei nº124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, definindo os espaços florestais onde é obrigatório a gestão de combustíveis junto das várias infraestruturas existentes e se operacionaliza ao nível municipal as FGC previstas nos níveis de planificação regional e nacional.

O **objetivo estratégico** para o aumento da resiliência do território aos incêndios é definido como a promoção da gestão florestal e a intervenção, preventivamente, em áreas estratégicas. Os **objetivos operacionais** passam pela proteção das zonas de interface Urbano/Floresta e a implementação do programa de redução de combustíveis (AFN, 2012).

Com vista à concretização destes objetivos no concelho de Torres Vedras, deverão desenvolver-se diversas **ações**, nomeadamente: a criação e manutenção de Redes de FGC, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios; Outra ação passa pela implementação de mosaicos de parcelas de gestão de combustível, criando deste modo descontinuidades, e promovendo a plantação de espécies mais resistentes ao fogo. Para a concretização destas ações é extremamente importante o desenvolvimento de atividades de sensibilização junto da população rural, para a dinamização de ações de silvicultura preventiva. A criação e manutenção das redes de infra - estruturas (rede viária e de pontos de água) é outra das ações a desenvolver.

4.1 LEVANTAMENTO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

A avaliação e caracterização das infraestruturas existentes constituem a primeira fase do processo de planeamento de um sistema integrado de infraestruturas de prevenção e de apoio ao combate aos incêndios florestais.

4.1.1 REDES DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL E MOSAICO DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

O Decreto-Lei nº 124 / 2006 de 28 de junho, na sua atual redação, refere que a gestão dos combustíveis é realizada através de faixas e de parcelas, situadas em locais estratégicos para a prossecução de determinadas funções, onde se procede à modificação e/ou remoção total ou parcial da biomassa. Assim, a gestão de combustível corresponde à criação e manutenção da descontinuidade horizontal e vertical da carga de combustível nos espaços florestais, através da modificação ou da remoção parcial ou total da biomassa vegetal.

O principal objetivo da Rede de FGC, que constituem as redes primárias, secundárias e terciárias e os Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível, é a redução do risco de incêndio através da diminuição da carga de combustível, o que possibilita a salvaguarda de pessoas e bens e o combate aos incêndios florestais. As FGC, em função da sua dimensão e localização, podem desempenhar funções de: diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo; redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial e, isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

No distrito de Lisboa não está definida a Rede Primária de FGC.

A Rede Secundária de FGC do concelho de Torres Vedras, planeada ao nível municipal, é composta por faixas em torno de:

- Edificações isoladas em espaço rural (50 metros);
- Aglomerados populacionais (100 metros);
- Parques de Campismo, Parques de Polígonos Industriais (100 metros);
- Rede Viária Florestal (A8, EN, EM e CM) (10 metros);
- Rede Ferroviária (REFER) (10 metros);
- Rede de transporte de gás (Lisboa Gás) (10 metros);
- Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica de muita alta tensão (REN), (22,5 metros);

- Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica de média tensão (EDP e ENEL) (7,5 metros);
- Pontos de Água para meios aéreos (30 metros)
- Linhas de transporte e distribuição de energia elétrica de alta tensão (EDP) (12,5 metros);

A responsabilidade de constituição das FGC será executada de forma hierárquica decrescente, ou seja, de acordo com a natureza das infraestruturas, nacional, regional, distrital e municipal. Nas situações em que há sobreposição de vários tipos de FGC e entidades responsáveis, foi definida a sua hierarquização em sede de CMDF, já transposta na delimitação das FGC apresentada nos mapas seguintes. Deste modo, a responsabilidade de execução hierarquiza-se da seguinte forma: Rede Elétrica Nacional (REN), ENEL Green Power, Lisboa Gás, Autoestradas do Atlântico, REFER, EDP, EP Estradas de Portugal SA., Entidades Gestoras de Parque de Campismo e Polígonos Industriais, Município de Torres Vedras (Rede Viária Municipal), proprietários ou arrendatários (aglomerados populacionais), proprietários ou arrendatários (edificações integradas em espaço rural) e proprietários de pontos de água, mediante financiamento para o efeito.

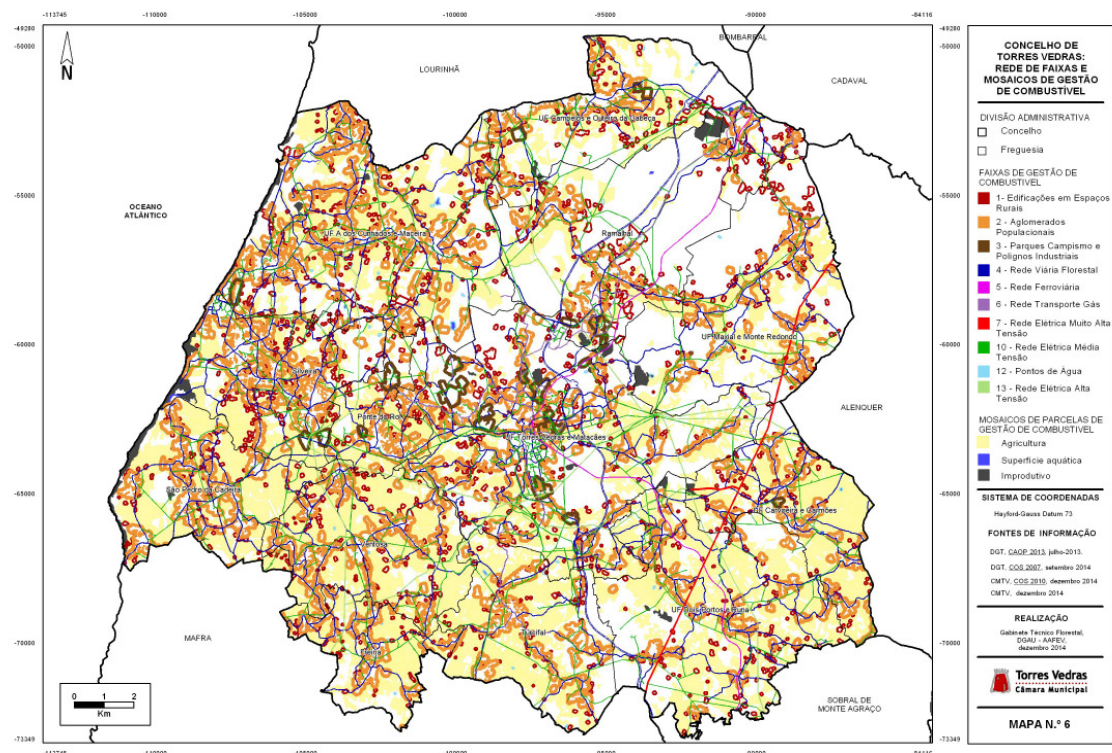
Os meios de financiamento necessários à execução das FGC e Mosaicos são da responsabilidade da respetiva entidade proprietária ou gestora. Não se prevêem, para a proposta de concretização de planeamento apresentado, meios de financiamento adicionais, com exceção das FGC em torno pontos de água que só serão executadas se houver financiamentos para o efeito.

A divulgação/notificação dos proprietários dos terrenos inseridos nas FGC é da responsabilidade do Município e deverá ser feita através de notificação, sempre que o número de proprietários seja reduzido e de fácil identificação. Nas restantes situações, poderá ser necessária a elaboração de edital, a afixar nos locais usuais (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Associações, jornais locais ou regionais, etc.).

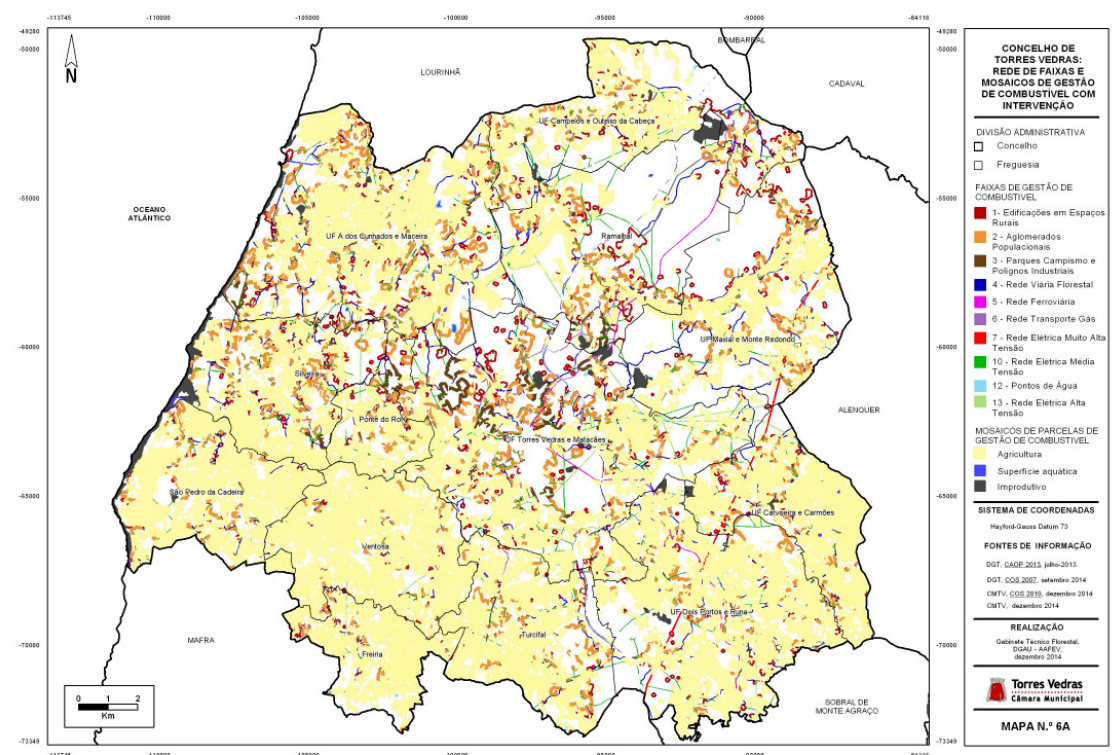
O Mapa 6 apresenta as FGC aplicáveis ao concelho de Torres Vedras, bem como as áreas agrícolas, massas de água e improdutivos que funcionam como mosaicos de interrupção de combustíveis. No Mapa 6A são apresentadas as FGC a intervir.

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

TORRES VEDRAS



Mapa 6 - Mapa de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível do concelho de Torres Vedras



Mapa 6 A - Mapa de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível com intervenção, no concelho de Torres Vedras

As zonas a intervir correspondem às FGC e mosaicos de parcelas ocupadas com espaços florestais nomeadamente floresta e incultos.

A necessidade da constituição de FGC é dinâmica, uma vez que há uma associação direta com a carga de combustível decorrente da ocupação do solo. Como tal, a demarcação das FGC a intervir e a calendarização para a sua execução é meramente indicativa. Porém, ressalva-se que todas as FGC devem estar constituídas, independentemente de estarem ou não previstas no PMDFCI e do ano para o qual estão programadas.

Analisando as diversas faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível no concelho de Torres Vedras, destaca-se o seguinte:

Foram estabelecidos no total 12.283,6 ha de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, divididos pelas 13 freguesias do concelho, sendo que 4.166,3 ha têm necessidade de intervenção.

Em termos de DFCI, é fundamental a intervenção em todas as FGC. No entanto, a prioridade é dada às FGC em torno dos aglomerados populacionais e edificações isoladas, de forma a proteger pessoas e bens, e às FGC em torno da rede viária, uma vez que é nestas zonas que existe maior suscetibilidade em termos de ignição.

4.1.2 REDE VIÁRIA FLORESTAL

A acessibilidade aos espaços florestais constitui um elemento relevante para o ordenamento florestal e determinante no escoamento dos produtos florestais, no combate a incêndios florestais e na oferta do recreio e lazer às populações.

A rede viária é um dos elementos estruturantes da RDFCI, desempenhando funções tanto a nível da prevenção como no apoio ao combate. É, assim, importante deter uma informação sistematizada e atualizada da rede viária.

Relativamente à DFCl, a rede viária permite o rápido acesso dos meios de combate à área do incêndio e ao reabastecimento de água e combustível; bem como a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento à rede de vigilância fixa.

A rede viária permite também a constituição de zonas de descontinuidade horizontal e vertical da vegetação, podendo contribuir para minimizar o avanço dos incêndios florestais.

Quantitativamente, a rede viária pode ser avaliada através da sua densidade. A densidade da rede viária para uma determinada área é determinada pela razão do comprimento da rede viária por unidade de área. A unidade normalmente utilizada é m/ha e o valor de referência, abaixo do qual se considera existir deficiência da rede viária, é de 40m/ha.

No entanto, a densidade da rede viária não é um indicador seguro da acessibilidade. Aspectos como o ser transitável pelos diferentes tipos de veículos, a existência de saídas e locais de cruzamento e viragem são muito importantes, particularmente quando nos referimos a situações de emergência e garantia das condições de segurança para os vários intervenientes no combate a incêndios.

A distribuição e densidade da rede viária florestal deve ser adaptadas às condições topográficas locais, perigosidade de incêndio florestal, valor potencial das perdas e aos custos de construção e de manutenção.

Os invernos rigorosos, associados à falta de valetas para o escoamento das águas pluviais e ao declive, levam à erosão e deterioração de muitos dos caminhos representados. Assim, quando não existe capacidade para manter toda a rede viária operacional, deverá pelo menos ser intervencionada regularmente a rede viária prioritária do ponto de vista da DFCl. As intervenções de manutenção da rede viária serão definidas anualmente após levantamentos de campo das situações mais críticas, antes do período estival.

O mapa 7 representa a classificação da rede viária, em função da sua hierarquia na RDFCl - 1ª ordem com uma extensão de 1.156,3 km (35,3%), 2ª ordem com 70,4 km (2,2%) e 3ª ordem (ou complementar) com 2.046,4 km (62,5%), para o concelho de Torres Vedras. Esta classificação baseia-se nas características de dimensão, declive, zonas de cruzamento e inversão de marcha, pavimento, etc, definidas no Guia Metodológico. A densidade da rede viária para o concelho de Torres Vedras é muito elevada com 80,4m/ha.



Relativamente à rede viária florestal, predomina a rede complementar (3ª ordem), adequada na sua maioria aos veículos de gestão florestal e de combate a incêndios, que se encontra muito bem distribuída por todo o território concelhio. No entanto, existem alguns caminhos que carecem de beneficiação nomeadamente: alargamento, melhoria do piso; construção e/ou limpeza de valetas, sistemas de drenagem, construção de zonas de viragem e de cruzamento de viaturas e sinalização, sendo que intervenções mais profundas estão dependentes de medidas de financiamento.

CADERNO II- PLANO DE AÇÃO

4.1.3 REDE DE PONTOS DE ÁGUA

A água é o produto mais utilizado na extinção de fogos, em virtude da sua capacidade de retenção de calor e da sua fluidez, que permite fácil transporte e, ainda, da sua relativa abundância embora, nas épocas críticas aos incêndios, possa escassear junto aos locais de incêndio.

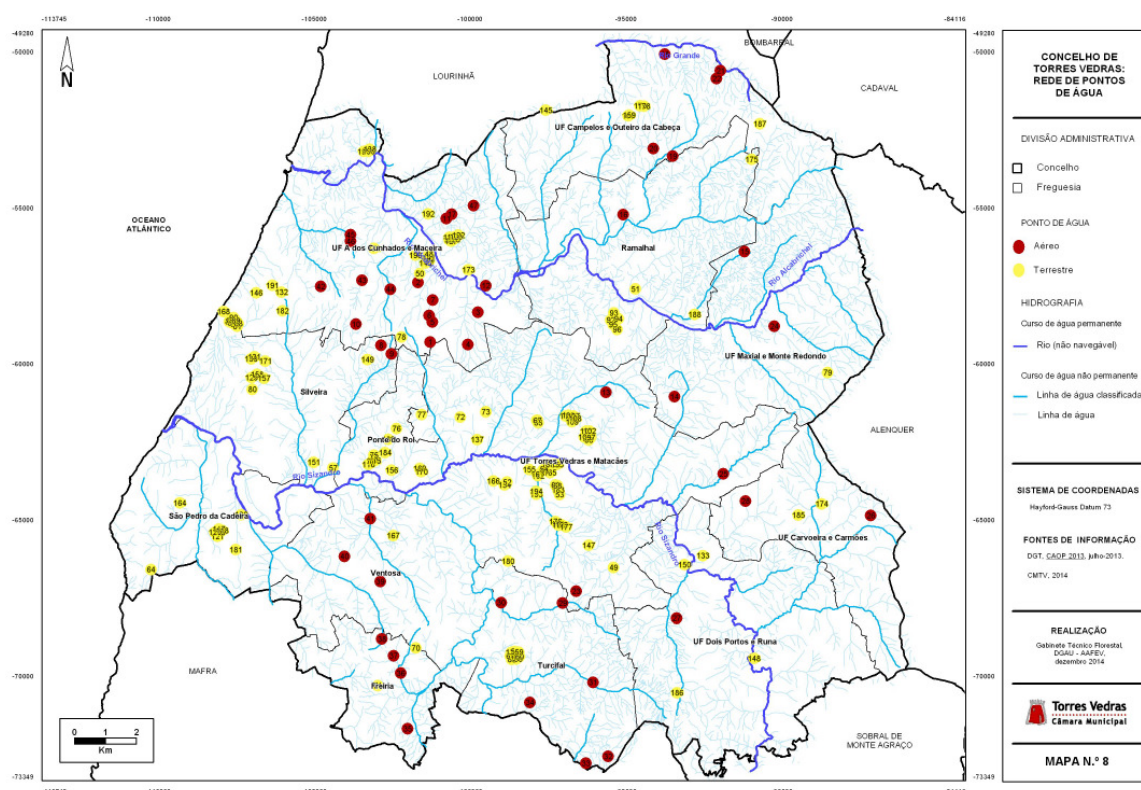
Os pontos de água constituem elementos importantes no apoio às ações de combate a incêndios florestais e a sua proximidade permite diminuir os tempos de deslocação das viaturas para reabastecimento, bem como os custos associados ao transporte de água.

A rede de pontos de água é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, planos de água acessíveis e tomadas de água. Deve ser garantida a existência de uma rede bem dimensionada de pontos de água, sempre que possível com fins múltiplos e acessíveis aos diferentes meios de combate, designadamente para meios aéreos. O seu planeamento deve ter em linha de conta, ainda, as diferentes táticas de combate a incêndios florestais e as logísticas (CNR, 2005)

Como pontos de água de utilização múltipla podem considerar-se: os rios, canais de rega e charcas e, como pontos de água para utilização exclusiva dos meios de combate a incêndios, podem considerar-se: os tanques ou reservatórios móveis e cisternas.

No Mapa 8 do Anexo I está representada a rede de pontos de água de DFCI obtida através de levantamento de campo, por parte do Serviço Municipal de Proteção Civil e informação geográfica fornecida pelos SMAS de Torres Vedras, de acordo com as normas técnicas de classificação dos pontos de água constantes no guia metodológico para a elaboração do PMDFCI e tendo em conta os pontos de água mais suscetíveis de virem a ser utilizados pelos BVTV e meios aéreos.

No Anexo V apresenta-se as fichas individuais dos pontos de água para meios aéreos nas quais se apresenta as diferentes características e a respetiva foto.



Mapa 8 - Mapa da Rede de Pontos de Água no concelho de Torres Vedras

A Rede de Pontos de Água do Município de Torres Vedras é constituída por 196 pontos de água distribuídos por 3 tipos: 28 charcas, construídas essencialmente para a rega de campos agrícolas; 19 lagos, sendo que a maioria são resultantes de zonas de extração de inertes desativadas e 166 marcos de incêndio (tomadas de água da rede pública) construídos em locais estratégicos, associados a condutas com diâmetro $\geq 90\text{mm}$, com vista ao rápido abastecimento de água dos meios terrestres para combate a incêndios. Do total de pontos de água, apenas 16 são de 1ª ordem. Os pontos de água para os meios aéreos são maioritariamente charcas privadas, que servem de apoio à atividade agrícola. A sua distribuição é, essencialmente, na zona noroeste do concelho, sendo que a UF A-dos-Cunhados e Macieira é a que apresenta mais pontos de água.

Tendo em conta a Rede de Pontos de Água e distribuição da Ocupação do Solo constata-se que, apesar da distribuição dos mesmos não ser uniforme, a sua localização permite cobrir as zonas mais arborizadas na generalidade do concelho, facilitando o reabastecimento dos meios de combate num curto período de tempo.

4.1.4 SILVICULTURA NO ÂMBITO DA DFCI

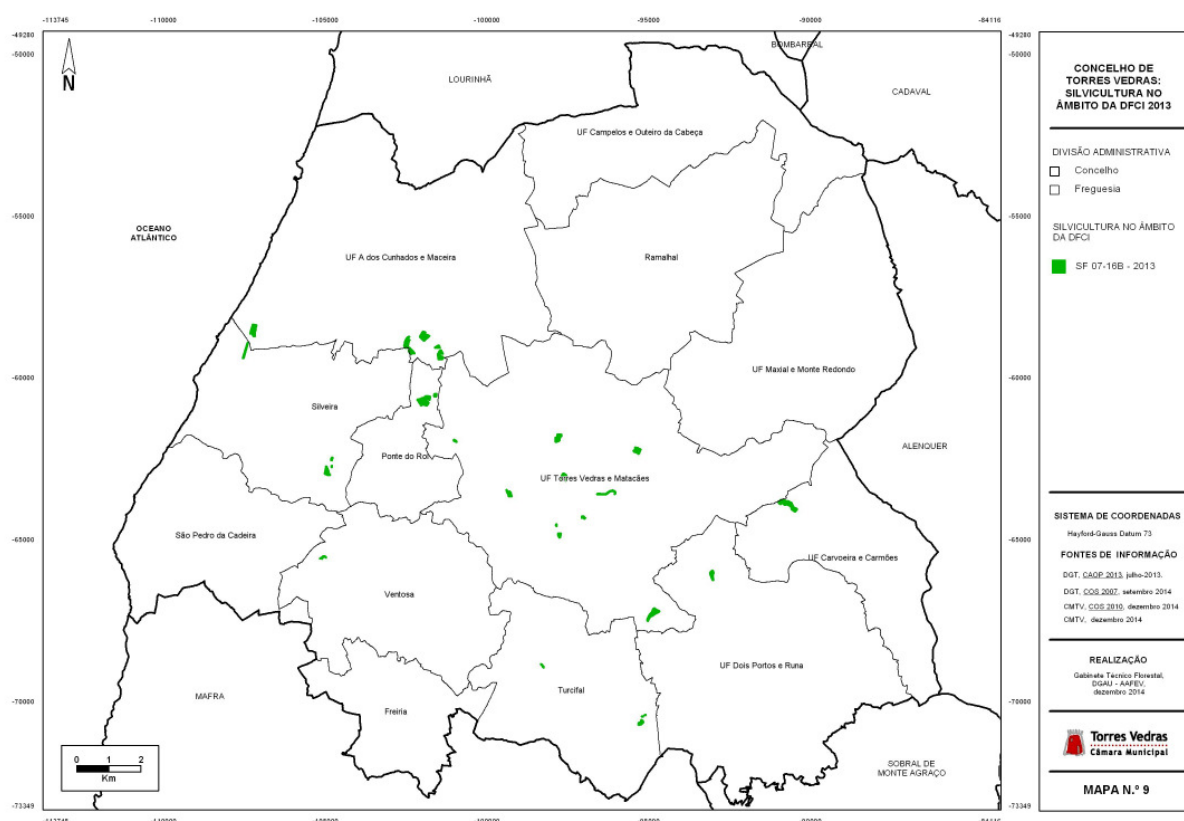
As ações de silvicultura preventiva no âmbito da DFCI contempladas no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei nº 124 / 2006 de 28 de junho, na sua atual redação, abrangem o conjunto de medidas aplicadas aos espaços florestais, ao nível da sua composição e arranjo estrutural, com o objetivo de reduzir a perigosidade incêndio e acautelar a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo.

Estas ações têm uma localização estratégica pré-determinada, em função do regime do fogo e das estratégias de combate, sendo distintas das executadas nas FGC da rede secundária uma vez que, estas últimas, têm como objetivo específico a proteção de bens e infraestruturas existentes, ao invés das parcelas de gestão de combustível, cujo objetivo é aumentar a resistência dos povoamentos à passagem do fogo, sendo aplicadas em quase toda a superfície do território (DGRF, 2007).

A silvicultura preventiva engloba uma vasta gama de medidas que visam dificultar a progressão dos incêndios e diminuir a intensidade do fogo nos povoamentos florestais e, consequentemente reduzir quaisquer danos causados nas árvores em virtude da passagem do fogo. Os povoamentos florestais deverão possuir a maior resistência possível à passagem do fogo reduzindo, desta forma, os meios de combate exigidos para a sua proteção.

A silvicultura preventiva, para além da floresta, deverá ter em conta os incultos, pois são muitas vezes nestas zonas que ocorrem incêndios. Nesse sentido, existem 2 Planos de Fogo Controlado no concelho: um para a Serra do Socorro e outro para o restante território, tendo ambos como objetivo a queima em terrenos essencialmente ocupados com mato, com vista à redução carga de combustível e consequentemente da perigosidade de incêndio.

Dado que a maioria dos espaços florestais são privados, desconhece-se se foram efetuadas ações de silvicultura preventiva nessas propriedades no último ano. Assim, no mapa 9 do Anexo I apresentam-se apenas as áreas sujeitas a silvicultura preventiva pela Equipa de Sapadores Florestais (SF 07-16B), em 2014.

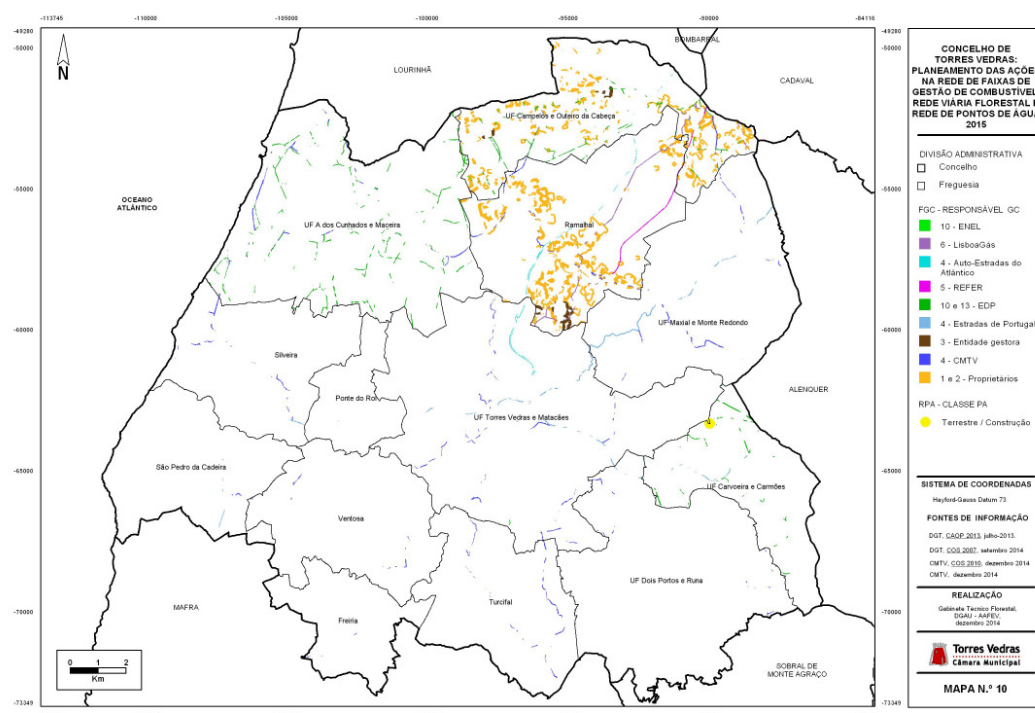


Mapa 9 - Mapa da Silvicultura no Âmbito da DFCI, no concelho de Torres Vedras

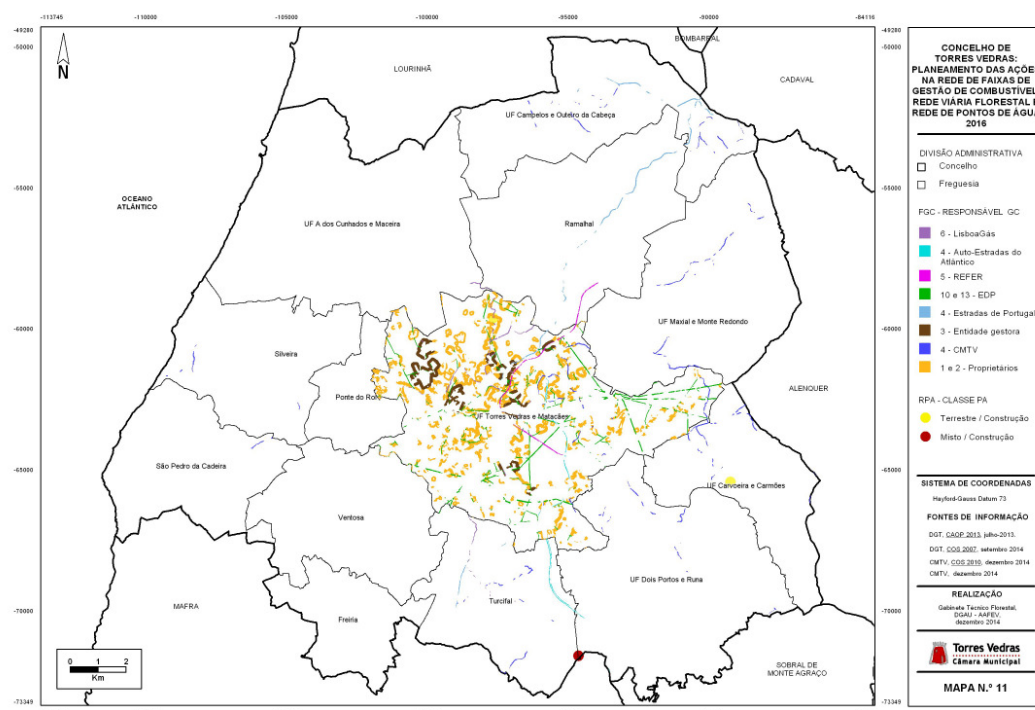
4.2 PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 1º EIXO ESTRATÉGICO

Os mapas 10 a 14 do anexo I apresentam o planeamento anual, para o período de vigência do presente PMDFCI (2015 a 2019) das ações sujeitas a intervenção, no âmbito do 1º eixo estratégico, nomeadamente Rede de FGC e MPGC, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água.

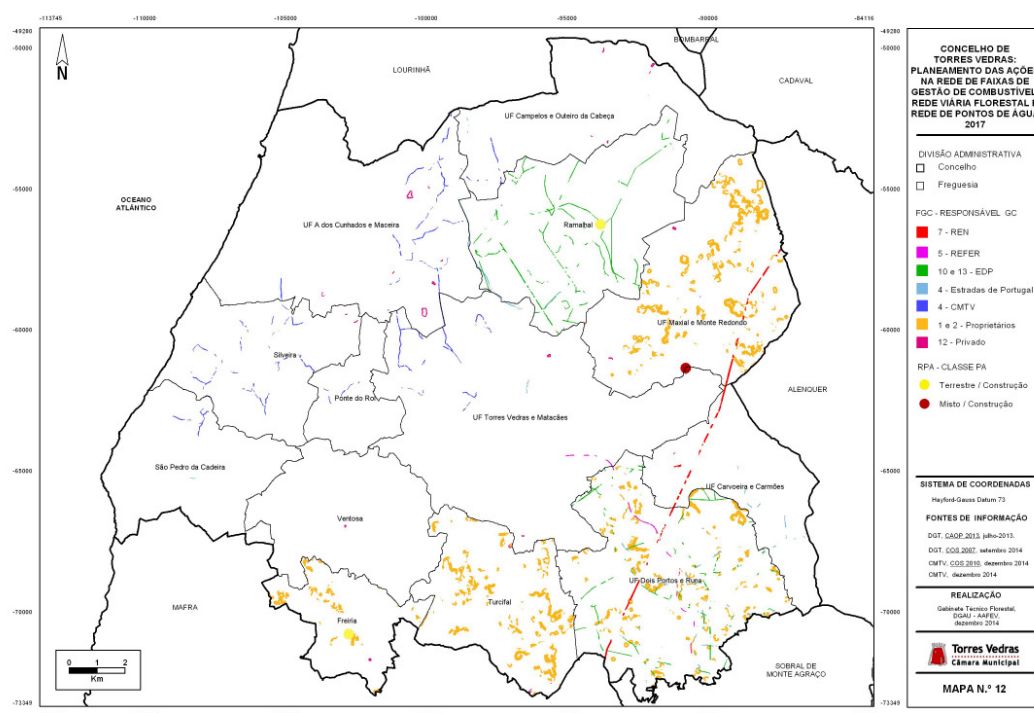
A Rede de FGC prevista tem os responsáveis pela sua gestão bem identificados no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho na sua atual redação, sendo que os meios de financiamento necessários à sua execução decorrem da respetiva entidade proprietária ou gestora. Não se preveem, para a proposta de concretização de planeamento das FGC apresentadas, meios de financiamento adicionais, com exceção das FGC em torno pontos de água que só serão executadas se houver financiamentos para o efeito.



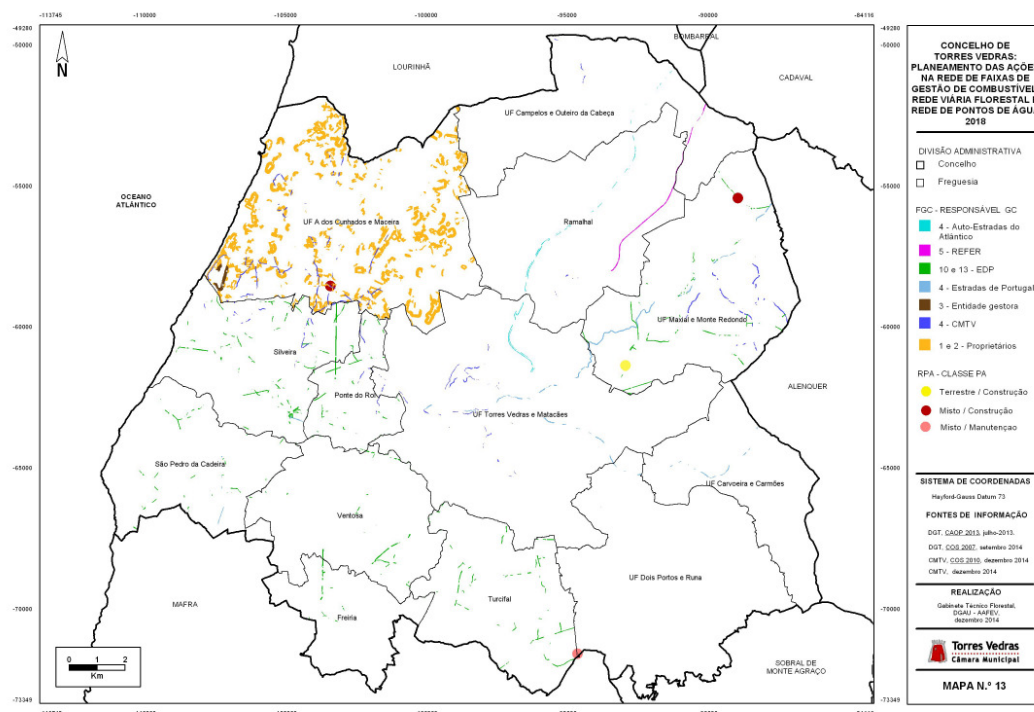
Mapa 10 - Mapa do Planeamento das Ações na Rede de Faixas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, em 2015, no concelho de Torres Vedras



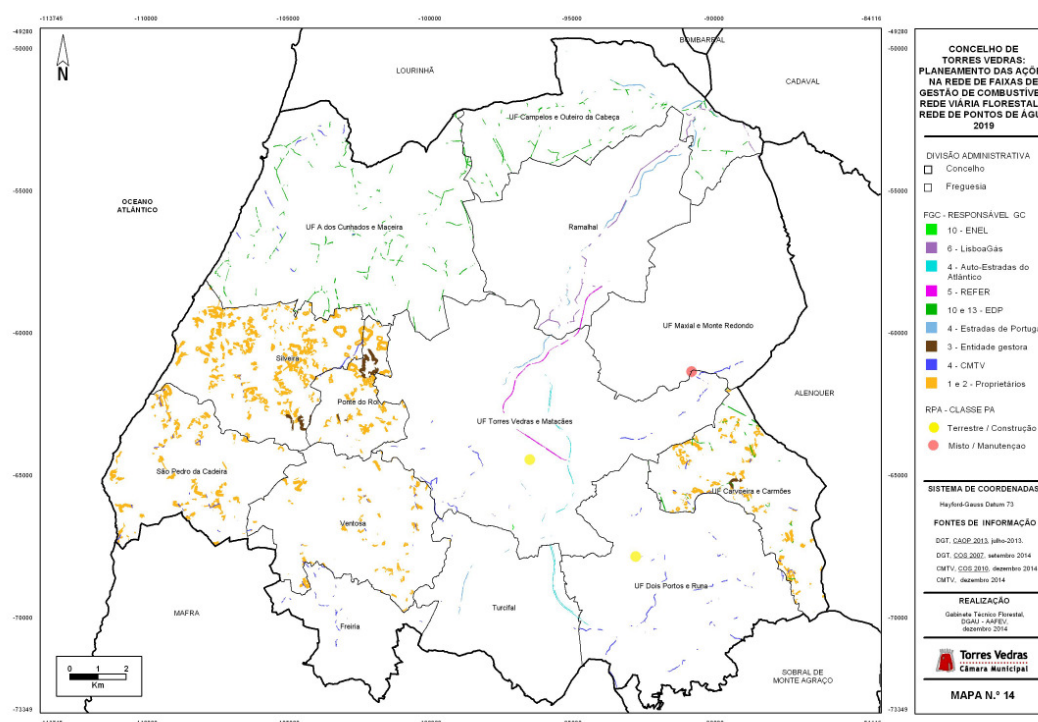
Mapa 11 - Mapa do Planeamento das Ações na Rede de Faixas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, em 2016, no concelho de Torres Vedras



Mapa 12 - Mapa do Planeamento das Ações na Rede de Faixas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, em 2017, no concelho de Torres Vedras



Mapa 13 - Mapa de Rede FGC, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, a intervir em 2018, no concelho de Torres Vedras



Mapa 14 - Mapa de Rede FGC, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, a intervencionar em 2019, no concelho de Torres Vedras

De salientar que, no se refere à execução das FGC da responsabilidade do município e nas que o município tenha de substituir aos proprietários de forma coerciva, por incumprimento dos mesmos, a execução desses trabalhos será assegurada essencialmente com meios próprios, nomeadamente recorrendo à Equipa de Sapadores Florestais (SF 07-16B) e ao destroçador florestal.

Relativamente às ações da Rede Viária Florestal e da Rede de Pontos de Água programadas, sempre que possível a Câmara Municipal procederá à sua execução com meios próprios. Contudo, o desejável seria que, através de algum programa de financiamento, existissem medidas que permitissem candidatar estas ações, devido aos incombortáveis custos que apresentam. No caso de não virem a ser criados estes programas, o município não se compromete à execução da globalidade das ações propostas.

4.2.1 REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC) E MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS (MPGC)

A calendarização da execução das FGC foi definida tendo em consideração a continuidade dos espaços florestais, a perigosidade de incêndio e continuidade da infraestrutura.

A gestão dos combustíveis deve estar sempre garantida em todas as FGC, independentemente do ano em que estão previstas as intervenções em determinada FGC. As áreas sujeitas a intervenção, podem ser ajustadas anualmente, em função de levantamentos de campo conjuntos pela entidade responsável pela execução da faixa e o Gabinete Técnico Florestal.

Tendo em consideração a área elevada ocupada pelas FGC em torno dos aglomerados populacionais e de edificações isoladas, prevê-se a execução da globalidade destas faixas apenas uma vez durante o período de vigência do PMDFCI. No entanto, caso existam reclamações ou, no decorrer dos levantamentos de campo, se verificarem situações de necessidade de execução das FGC, podem a qualquer momento os proprietários serem notificados para o efeito.

No próximo quadro é apresentada a distribuição da área ocupada por tipo de FGC, com e sem intervenção, para o período 2015 a 2019, por responsável de execução. De salientar que está prevista a constituição de FGC em 4.166,30ha, sendo que existem áreas em que estão programadas mais de que uma intervenção durante o período de vigência do plano.

Conforme previsto no ponto 3 do artigo 16º, do Decreto-lei 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, as novas edificações no espaço florestal ou rural fora das áreas edificadas consolidadas têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, as regras definidas no PMDFCI respetivo. Assim no Anexo IV, apresentam-se as normas à edificação em espaço rural, para o concelho de Torres Vedras.

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

TORRES VEDRAS

Quadro 6. Intervenções nas FGC, para 2015 a 2019, no concelho de Torres Vedras

						DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL COM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO POR ANO (ha)									
CÓDIGO DA DESCRIÇÃO DA FAIXA/MOSAICO	DESCRIÇÃO DA FAIXA/MOSAICO	RESPONSÁVEIS	ÁREA TOTAL COM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO (ha)	ÁREA TOTAL SEM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO (ha)	ÁREA TOTAL DA FGC (ha)	2015		2016		2017		2018		2019	
						ÁREA COM INTERVENÇÃO	ÁREA SEM INTERVENÇÃO	ÁREA COM INTERVENÇÃO	ÁREA SEM INTERVENÇÃO	ÁREA COM INTERVENÇÃO	ÁREA SEM INTERVENÇÃO	ÁREA COM INTERVENÇÃO	ÁREA SEM INTERVENÇÃO	ÁREA COM INTERVENÇÃO	ÁREA SEM INTERVENÇÃO
001	Edifícios integrados em espaços rurais	Proprietários	839,0	1.447,7	2.286,7	194,5	644,5	192,8	646,2	169,7	669,3	124,9	714,1	157,1	681,9
002	Aglomerados populacionais	Proprietários	2.336,6	4.698,4	7.035,0	313,9	6.721,1	454,5	6.580,5	498,3	6.536,7	522,3	6.512,7	547,5	6.487,4
003	Parques de campismo e parques e polígonos industriais	Entidade Gestora	221,5	172,6	394,0	30,5	363,6	138,1	255,9	0,0	394,0	12,7	381,4	40,2	353,9
004	Rede viária - Autoestradas	Auto-estradas do Atlântico	11,2	43,1	54,2	5,4	48,8	5,7	48,5	0,0	54,2	5,4	48,8	5,7	48,5
	Rede viária - Nacional	Estradas de Portugal	61,5	139,4	200,9	22,5	178,4	21,1	179,9	17,9	183,0	22,5	178,4	21,1	179,9
	Rede viária - Municipal	CMTV	252,9	728,5	981,4	59,7	921,7	44,9	936,6	50,7	930,7	48,4	933,0	49,2	932,2
	Rede viária - Total		325,6	911,0	1.236,6	87,7	1.148,9	71,6	1.164,9	68,6	1.168,0	76,4	1.160,1	76,0	1.160,6
005	Rede ferroviária	REFER	29,8	24,1	53,9	11,3	42,6	11,6	42,3	6,8	47,0	11,3	42,6	11,6	42,3
006	Rede de transporte de gás	Lisboa Gás	34,8	60,4	95,2	19,7	75,4	15,1	80,1	0,0	95,2	0,0	95,2	19,7	75,4
007	Rede elétrica de muito alta tensão	REN	38,6	43,3	81,9	0,0	81,9	0,0	81,9	38,6	43,3	0,0	81,9	0,0	81,9
010	Rede elétrica de média tensão - EDP	EDP	245,8	620,2	866,0	63,6	802,4	58,8	807,2	65,6	800,5	57,9	808,2	63,6	802,4
	Rede elétrica de média tensão - ENEL	ENEL	0,3	3,0	3,4	0,3	3,0	0,0	3,4	0,0	3,4	0,0	3,4	0,3	3,0
	Rede elétrica de média tensão - Total		246,2	623,2	869,4	63,9	805,5	58,8	810,6	65,6	803,8	57,9	811,5	63,9	805,5
012	Rede de Pontos de água (para meios aéreos)	Privados	13,0	21,9	34,9	0,0	34,9	0,0	34,9	13,0	21,9	0,0	34,9	0,0	34,9
013	Rede elétrica de alta tensão	EDP	81,3	114,8	196,1	11,1	184,9	37,1	158,9	16,3	179,8	16,8	179,3	11,1	184,9
Total			4.166,3	8.117,3	12.283,6	732,7	10.103,2	979,8	9.856,1	876,8	9.959,1	822,3	10.013,6	927,1	9.908,8

4.2.2 REDE VIÁRIA FLORESTAL

No quadro 7 apresenta-se a estimativa do comprimento da rede viária sujeita a intervenção, durante o período de vigência do presente PMDFCI.

Quadro 7. Intervenções na Rede Viária, para 2015 a 2019, no concelho de Torres Vedras.

Tipo de Rede Viária	DISTRIBUIÇÃO DA REDE VIÁRIA FLORESTAL (km)									
	2015		2016		2017		2018		2019	
	COM INTERVENÇÃO	SEM INTERVENÇÃO	COM INTERVENÇÃO	SEM INTERVENÇÃO	COM INTERVENÇÃO	SEM INTERVENÇÃO	COM INTERVENÇÃO	SEM INTERVENÇÃO	COM INTERVENÇÃO	SEM INTERVENÇÃO
RVF 1ª ordem	35	1.121,3	35	1.121,3	35	1.121,3	35	1.121,3	35	1.121,3
RVF 2ª ordem	10	60,4	10	60,4	10	60,4	10	60,4	10	60,4
RVF 3ª ordem	55	1.991,4	55	1.991,4	55	1.991,4	55	1.991,4	55	1.991,4
Total	100	3.173,1	100	3.173,1	100	3.173,1	100	3.173,1	100	3.173,1

Os valores apresentados são estimados, dado desconhcerem-se as intervenções previstas por ano pelas Estradas de Portugal - EP. Relativamente à restante Rede Viária Florestal, cuja responsabilidade pela sua gestão é o município, os dados não estão cartografados porque os mesmos serão definidos anualmente de acordo com as necessidades mais prementes sendo que a autarquia suportará, em cada ano, os custos de manutenção/beneficiação de cerca de 100 km. Caso surja alguma medida de financiamento para este efeito, será efetuada candidatura para a construção / manutenção da Rede Viária Florestal numa extensão mais alargada e de forma mais profunda, sendo que as áreas a definir para o efeito serão sujeitas a validação pela CMDF.

O PDM de Torres Vedras contempla, para a sua vigência, as intervenções de construção a levar a cabo na Rede Viária Municipal. Porém, estas intervenções não estão diferenciadas por ano, sendo efetuadas de acordo com o orçamento de cada ano e com possíveis medidas de financiamento.

Na beneficiação e abertura de novos caminhos florestais, ter-se-á em conta a largura dos mesmos de forma a garantir a circulação de qualquer tipo de veículo, locais que possibilitem o cruzamento de veículos e a realização de inversão de marcha, drenagem (valetas e aquedutos) e a interligação dos caminhos com a restante rede viária existente na região.

4.2.3 REDE DE PONTOS DE ÁGUA

Relativamente à Rede de Pontos de Água está prevista para o período 2015 a 2019, a construção de 9 marcos de incêndio e 3 reservatórios de DFCI. O local de instalação de todos estes pontos de água teve em conta o conhecimento de campo do Comandante dos BVTV. A construção destes marcos de incêndio, de grande caudal, evitará a necessidade dos bombeiros se deslocarem ao quartel para abastecer os tanques dos veículos de combate, diminuindo assim os tempos de reabastecimento de água.

Periodicamente, será efetuada a verificação do estado dos pontos de água e consequentemente da sua operacionalidade, de forma a serem identificados os pontos de água que não estão operacionais e/ou que necessitam de intervenções de beneficiação.

No próximo quadro, encontra-se a distribuição das intervenções na rede de pontos de água para o período 2015 a 2019.

Quadro 8. Intervenções na Rede de Pontos de Água, para 2015 a 2019, no concelho de Torres Vedras

ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do PA	Classe	Volume máximo (m3)	Tipo de Intervenção (C - Construção / M - Manutenção)				
					2015	2016	2017	2018	2019
1	310	TOMADAS ÁGUA-REDES PÚBLICAS	Terrestre	2000 l/min	C				
2						C			
3						C			
4							C		
5							C		
6								C	
7								C	
8									C
9									C
10	111	RESERVATÓRIO DFCI	Misto	250.000 m ³		C		M	
11				250.000 m ³			C		M
12				250.000 m ³				C	

As intervenções nos reservatórios de DFCI (beneficiação e construção) só poderão ser realizadas mediante recurso a aprovação de financiamento externo ao orçamento da CMTV. Relativamente à construção dos marcos de incêndio, a autarquia irá assegurar a sua construção em função da localização das condutas de abastecimento de água.

4.2.4 METAS E INDICADORES

No quadro seguinte apresentam-se as metas e os indicadores definidos para o período de 2015-2019, referentes ao 1.º eixo estratégico - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.

As ações previstas baseiam-se na redução da carga combustível através da construção e manutenção das FGC, bem como na beneficiação da rede viária florestal e construção e manutenção de pontos de água, tendo em conta a DFCI e a salvaguarda de pessoas e bens.

Quadro 9. Metas e Indicadores - 1º Eixo Estratégico, no concelho de Torres Vedras

Ação	Metas	Responsáveis	Indicadores	Unidades	Data					Total
					2015	2016	2017	2018	2019	
Implementação da Rede Secundária de Gestão de Combustível	Edifícios integrados em espaços rurais	Proprietários	80% da área prevista a ser intervencionada (ha)	ha	155,6	154,3	135,7	99,9	125,7	671,2
	Aglomerados populacionais	Proprietários		ha	251,1	363,6	398,7	417,8	438,0	1.869,3
	Parques de campismo e parques e polígonos industriais	Entidade Gestora		ha	24,4	110,5	0,0	10,1	32,1	177,2
	Rede viária - Autoestradas	Autoestradas do Atlântico		ha	4,4	4,6	0,0	4,4	4,6	17,9
	Rede viária - Nacional	Estradas de Portugal		ha	18,0	16,8	14,3	18,0	16,8	84,1
	Rede viária - Municipal	CMTV		ha	47,8	35,9	40,6	38,8	39,4	202,4
	Rede ferroviária	REFER		ha	9,1	9,3	5,5	9,1	9,3	42,2
	Rede de transporte de gás	Lisboa Gás		ha	15,8	12,0	0,0	0,0	15,8	43,6
	Rede elétrica de muito alta tensão	REN		ha	0,0	0,0	30,9	0,0	0,0	30,9
	Rede elétrica de média tensão - EDP	EDP		ha	50,9	47,1	52,4	46,3	50,9	247,6
	Rede elétrica de média tensão - ENEL	ENEL		ha	0,3	0,0	0,0	0,0	0,3	0,5
	Rede de Pontos de água (para meios aéreos)	Proprietários		ha	0,0	0,0	10,4	0,0	0,0	10,4
	Rede elétrica de alta tensão	EDP		ha	8,9	29,7	13,0	13,4	8,9	73,9
	Total			ha	586,2	783,8	701,5	657,8	701,5	3.430,8
Manutenção da Rede Viária Florestal		CMTV	Total de km beneficiados	km	100	100	100	100	100	500
Construção da Rede de Pontos de Água			Total de pontos de água construídos	Nº	1	3	3	3	2	12
Beneficiação da Rede de Pontos de Água			Total de pontos de água beneficiados	Nº	0	0	0	1	1	2

4.2.5 ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

No quadro 10 encontra-se a estimativa de orçamento para o cumprimento das metas estabelecidas no 1.º eixo estratégico - aumento da resiliência do território aos incêndios para o período de 2015-2019.

Quadro 10. Estimativa de orçamento e responsáveis - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, por ano, no Concelho de Torres Vedras

Ação	Metas	Responsáveis	Orçamento (€)					Total (€)
			2015	2016	2017	2018	2019	
Implementação da Rede Secundária de Gestão de Combustível	Edifícios integrados em espaços rurais	Proprietários	124.468,9	123.418,8	108.598,4	79.946,4	100.524,3	536.956,8
	Aglomerados populacionais	Proprietários	200.911,6	290.896,4	318.928,2	250.707,1	350.431,6	1.411.874,9
	Parques de campismo e parques e polígonos industriais	Entidade Gestora	19.507,3	88.414,5	0,0	6.078,0	25.709,3	139.709,1
	Rede viária - Autoestradas	Autoestradas do Atlântico	3.487,9	3.655,5	0,0	2.615,9	3.655,5	13.414,7
	Rede viária - Nacional	Estradas de Portugal	14.430,7	13.472,4	11.441,3	10.823,0	13.472,4	63.639,8
	Rede viária - Municipal	CMTV	38.207,7	28.720,6	32.453,1	23.254,4	31.496,6	154.132,4
	Rede ferroviária	REFER	7.257,2	7.419,1	4.382,9	5.442,9	7.419,1	31.921,3
	Rede de transporte de gás	Lisboa Gás	12.639,5	9.639,7	0,0	0,0	12.639,5	34.918,6
	Rede elétrica de muito alta tensão	REN	0,0	0,0	24.698,5	0,0	0,0	24.698,5
	Rede elétrica de média tensão - EDP	EDP	40.699,4	37.649,5	41.954,7	27.778,7	40.699,4	188.781,7
	Rede elétrica de média tensão - ENEL	ENEL	208,9	0,0	0,0	0,0	208,9	417,8
	Rede de Pontos de água (para meios aéreos)	Proprietários	0,0	0,0	8.302,5	0,0	0,0	8.302,5
	Rede elétrica de alta tensão	EDP	7.110,8	23.765,0	10.423,7	8.046,8	7.110,8	56.457,1
	Total		468.929,9	627.051,5	561.183,1	394.706,6	561.183,1	2.613.054,2
	Manutenção da Rede Viária Florestal		CMTV	150.000,0	150.000,0	150.000,0	150.000,0	150.000,0
Construção da Rede de Pontos de Água		800,0		2.400,0	2.400,0	11.500,0	1.500,0	18.600,0
Beneficiação da Rede de Pontos de Água		0,0		0,0	0,0	750,0	750,0	1.500,0
Total			619.729,9	779.451,5	713.583,1	556.956,6	713.433,1	3.383.154,2

5. 2º EIXO ESTRATÉGICO - REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção. A prevenção deve ser entendida como um conjunto das atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar. Atua em duas vertentes: o controlo das ignições e o controlo da propagação.

Tendo em consideração que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, deverá privilegiar-se a alteração dos comportamentos humanos face ao uso do fogo, com o objetivo de controlar as ignições ou seja, evitar que se dê início a um incêndio. Torna-se imperativo educar/sensibilizar as diferentes faixas etárias da população no sentido de reconhecerem na floresta um património coletivo, evidenciando o seu valor económico, social e ambiental, como um património comum a defender e preservar, eliminando comportamentos de risco.

Para definir as metas para as ações que concretizam o Eixo Estratégico - “Redução da Incidência dos Incêndios”, deve-se ter em conta a informação base relativa à caracterização da população e análise do histórico e causalidade dos incêndios (caderno I), bem como a cartografia de risco de incêndio florestal do presente Plano da Ação.

Para a concretização deste Eixo Estratégico são definidos como **objetivos estratégicos**: educar e sensibilizar as populações e melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações e, como **objetivos operacionais**, sensibilizar e educar a população em geral e grupos específicos e fiscalizar o cumprimento da legislação. Com vista à concretização dos objetivos definidos anteriormente, deverão desenvolver-se as seguintes **ações**: implementação de campanhas de sensibilização de acordo com os segmentos populacionais e definição de áreas críticas e prioritárias de fiscalização.

5.1 COMPORTAMENTOS DE RISCO

O concelho de Torres Vedras não possui elementos factuais que permitam dar informações das principais causas de incêndio. Porém, dado o conhecimento dos intervenientes nas ações de DFCI, as principais causas encontradas são a negligência e o dolo.

Torna-se importante atuar junto da população na consciencialização e alerta para os reais perigos de alguns comportamentos, principalmente quando adotados durante os períodos do ano mais propensos à ocorrência de incêndios.

Apesar de poucas informações disponíveis para elaborar o correto diagnóstico, o quadro seguinte explica, de forma resumida, onde estão implícitos os grupos alvo e os comportamentos de risco.

Quadro 11. Comportamentos de risco- Diagnóstico.

Grupo - alvo	Comportamento de Risco			
	O quê?	Como?	Onde? Freguesia/ lugar	Quando? (mês e dia da semana)
População Urbana	Realização de fogueiras para confeção de alimentos	Realização de churrasco fora dos locais apropriados para o efeito	Zonas urbanas/rurais	Primavera e Verão
Automobilista	Negligência	Mandar cigarro incandescente para a via		Período crítico
Campista/Turista	Realização de fogueiras para confeção de alimentos	Realização de churrasco fora dos locais apropriados para o efeito		Primavera e Verão
Proprietário Florestal	Queimas de resíduos florestais	Sem licença	Espaços Florestais	Todo ano
Agricultor	Queimadas e queimas de resíduos agrícolas		Zonas rurais	Todo ano (agravando-se em Setembro e Outubro)
Caçador	Queimadas			Setembro a Dezembro
Operador de Maquinas agrícolas/florestais	Utilização de maquinaria e equipamento florestal	Lançamento de fálhas devido ao equipamento não possuir dispositivo de retenção de fálhas e tapa-chamas		Período crítico
População escolar	Uso incorreto do fogo (brincadeiras)	Falta de conhecimento	Zonas urbanas/rurais	Todo ano

5.2 FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e a vigilância dissuasora, a par com a sensibilização, são uma peça-chave para a alteração de comportamentos na população.

A eficácia da fiscalização está diretamente relacionada com a disponibilização de meios humanos e materiais, a sua capacidade técnica bem como a coordenação entre as entidades competentes em todas as vertentes de fiscalização, nomeadamente a GNR e a Câmara Municipal, que têm uma estreita ligação com a comunidade local.

A fiscalização das ações de DFCI é uma responsabilidade da GNR/SEPNA, embora localmente seja também partilhada com a Câmara Municipal e as restantes forças policiais.

No quadro seguinte são apresentados os autos e processos de contra - ordenação por tipologia de situações previstas na legislação, durante os anos de 2012 a 2014.

O município de Torres Vedras tem vindo a fazer um grande esforço na implementação das FGC, essencialmente em torno dos aglomerados populacionais e habitações isoladas, o que justifica o elevado n.º de notificações. Na sua grande maioria, os proprietários procedem ao cumprimento das mesmas, justificando-se assim a diferença entre o n.º de autos levantados e as notificações realizadas.

Nas situações críticas em que se verifica o incumprimento na execução das FGC por parte dos proprietários, o município tem-se vindo a substituir aos mesmos, conforme previsto na legislação em vigor, sendo os custos imputados aos proprietários. Esta situação tem um forte impacto dissuasor.

O conjunto destas políticas tem tido um impacto bastante positivo no território, verificando-se uma crescente consciencialização dos proprietários para a necessidade da redução da carga de combustível sendo que, independentemente de serem notificados, muitos procedem à constituição das FGC. As próprias populações, ao terem conhecimento destas medidas, alertam a autarquia para as situações mais críticas.

Quadro 12. Fiscalização - Autos e Processos de Contra - Ordenação

Ano	Tipologia	N.º de Notificações	N.º Autos levantados	N.º Processos instruídos	N.º de FGC executadas pela CMTV por incumprimento do proprietário	N.º de Processos não enquadrados	% n.º de Processos de contra - ordenação relativamente ao n.º de processos instruídos
2012	Queima de Sobrantes	-	6	6	-	0	100%
	Queimadas	-	3	3	-	0	100%
	Gestão de combustíveis	955	7	7	2	0	100%
2013	Queima de Sobrantes	-	2	2	-	0	100%
	Queimadas	-	3	3	-	0	100%
	Gestão de combustíveis	575	7	7	2	0	100%
2014	Queima de Sobrantes	-	8	8	-	0	100%
	Queimadas	-	3	3	-	0	100%
	Gestão de combustíveis	207	9	9	3	0	100%

5.3 PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 2º EIXO ESTRATÉGICO

5.3.1 SENSIBILIZAÇÃO

A prevenção e a vigilância dos espaços rurais são duas intervenções de extrema importância para a preservação do património florestal. A prevenção está relacionada com a informação, formação e educação de cada um, dado que grande parte dos fogos florestais resultam de negligência. Torna-se, assim, importante alertar, informar e consciencializar a população para os perigos que representam, em determinada altura do ano, algumas das práticas aliadas ao uso do fogo.

A educação e a sensibilização das populações aos níveis: nacional, regional e local assentam em três grandes vetores de atuação que têm como principal objetivo reduzir o número de ocorrências de incêndio:

1. Sensibilização do público generalista (eminentemente urbano);
2. Sensibilização de grupos específicos da população (vocacionado para a população rural);
3. Sensibilização da população escolar.

Quadro 13. Resumo das ações de sensibilização a desenvolver para o período 2015 - 2019.

Grupo-Alvo	Problema diagnosticado	Objetivos	Ações a desenvolver	Responsáveis	Data				
					2015	2016	2017	2018	2019
Público generalista	Falta de conhecimento da legislação em vigor e dos condicionalismos para DFCI	Disponibilizar informação atualizada na internet sobre a legislação em vigor e os condicionalismos para DFCI	Atualizar na página da Internet do município na secção “Floresta”	CMTV (GTF)	Todo o ano	Todo o ano	Todo o ano	Todo o ano	Todo o ano
	Ausência de FGC em torno de habitações isoladas e aglomerados populacionais e Uso indevido do fogo	Divulgar as medidas de DFCI e de alerta do risco de incêndio	Publicar no Boletim Municipal		Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro
			Divulgar em jornais de âmbito local		Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro
	Falta de conhecimento da legislação em vigor e dos condicionalismos para DFCI	Promover a importância da floresta no país e no concelho e divulgar as medidas de DFCI e o período crítico	Ações de sensibilização sobre a importância da floresta no país e no concelho, medidas de DFCI e o período crítico	CMTV (GTF) / ICNF / BVTV / FLOREST/ GNR	Anualmente	Anualmente	Anualmente	Anualmente	Anualmente
		Divulgar as medidas de DFCI e de alerta do risco de incêndio	Divulgar em rádios de âmbito local	CMTV (GTF)	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro
	Ausência de FGC em torno de habitações isoladas e aglomerados populacionais e Uso indevido do fogo	Promover a necessidade e procedimentos de FGC, medidas de prevenção aos incêndios e como realizar queimas	Distribuir folhetos e cartazes informativos nas juntas de freguesia e coletividades, com a necessidade e procedimentos de FGC, medidas de prevenção aos incêndios e como realizar queimas						
Promover a plantação de espécies florestais		Distribuir plantas e realizar visitas guiadas aos BVTV e aos Viveiros municipais no Dia Mundial da Floresta	CMTV (GTF/ AAFEV)	21 Março	21 Março	21 Março	21 Março	21 Março	
Grupos Específicos da População	Falta de conhecimento da legislação em vigor e dos condicionalismos para DFCI	Promover o cumprimento das medidas de DFCI, nomeadamente defesa de pessoas e bens e uso do fogo	Realizar sessões de esclarecimento para agricultores, caçadores, proprietários florestais, trabalhadores e moradores das zonas rurais	CMTV (GTF) / ICNF / BVTV / FLOREST / GNR	Junho a Outubro	Junho a Outubro	Junho a Outubro	Junho a Outubro	Junho a Outubro
	Ausência de FGC em torno de habitações isoladas e aglomerados populacionais e Uso indevido do fogo	Promover a necessidade e procedimentos de FGC, medidas de prevenção aos incêndios e como realizar queimas	Distribuição de folhetos e cartazes nformativos com as medidas de DFCI nas associações de agricultores e caçadores	CMTV (GTF)	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro
	Ausência de FGC em torno de habitações isoladas e aglomerados populacionais	Divulgar a necessidade e procedimentos de FGC	Publicação de editais para a execução das FGC		Outubro a Março	Outubro a Março	Outubro a Março	Outubro a Março	Outubro a Março
População escolar	Falta de conhecimento do setor florestal e dos condicionalismos para DFCI	Sensibilizar a população escolar do 1º ciclo para a preservação das árvores e da floresta e da importância dos recursos hídricos	Quinzena da Floresta e da Água	CMTV (GTF/CEA/ AAFEV)	2ª quinzena de Março	2ª quinzena de Março	2ª quinzena de Março	2ª quinzena de Março	2ª quinzena de Março
		Realizar ações de sensibilização florestal	Articular com o PROSEP - Projecto de sensibilização da População Escolar, a realização de atividades lúdico-pedagógicas de sensibilização florestal: Clube da	CMTV (CEA)/PROSEP	Anualmente	Anualmente	Anualmente	Anualmente	Anualmente
		Realizar ações de sensibilização sobre as árvores e a floresta	Sessões de sensibilização sobre a “Floresta” - 1º ciclo	CMTV (CEA)	Setembro a Junho	Setembro a Junho	Setembro a Junho	Setembro a Junho	Setembro a Junho
		Realizar Concursos anuais sobre a floresta	Realizar Concursos anuais sobre a floresta						
		Sensibilizar a população escolar do secundário para a importância da floresta no país e no concelho, medidas de DFCI e o período crítico	Ações de sensibilização sobre a importância da floresta no país e no concelho, medidas de DFCI e o período crítico para alunos do ensino secundário	CMTV (GTF)	Anualmente	Anualmente	Anualmente	Anualmente	Anualmente
	Preservação das espécies autóctones	Incentivar o uso de espécies florestais autóctones	Plantar e doar espécies autóctones na Semana da Reflorestação Nacional	CMTV (GTF, AAFEV)	3ª semana de Novembro	3ª semana de Novembro	3ª semana de Novembro	3ª semana de Novembro	3ª semana de Novembro

5.3.2 FISCALIZAÇÃO

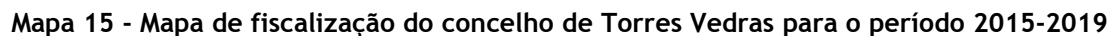
A fiscalização é tanto mais eficaz quanto maior for o conhecimento das áreas, períodos de atuação e grupos alvo, associada ao desenvolvimento de atividades em função dos comportamentos de risco presentes no concelho, como definidos no Quadro 17.

As áreas prioritárias de fiscalização devem ser definidas tendo em conta a distribuição do número de ocorrências, da identificação das principais causas e motivações de incêndio e da ocupação florestal no território. Assim, é importante dar-se prioridade às UF de Campelos e Outeiro da Cabeça, Maxial e Monte Redondo, Torres Vedras e Matacães e à freguesia do Ramalhal, devido ao facto de serem consideradas zonas críticas por serem zonas - sombra (não avistadas dos postos de vigia) e/ou com grande superfície florestal. O grupo alvo de fiscalização deverá ser a população em geral, durante todo o ano.

O município tem afeto à fiscalização, da área ambiental, uma equipa de dois fiscais municipais sendo que, em conjunto com a técnica do GTF, fiscalizam o cumprimento das medidas de DFCI.

As áreas assinaladas no Mapa 15 foram identificadas como prioritárias:

TORRES VEDRAS



5.3.3 METAS E INDICADORES

Quadro 14. Sensibilização da população - Metas e indicadores

Grupo-Alvo	Problema diagnosticado	Objetivos	Ações a desenvolver	Responsáveis	Data				
					2015	2016	2017	2018	2019
Público generalista	Falta de conhecimento da legislação em vigor e dos condicionalismos para DFCI	Disponibilizar informação atualizada na internet sobre a legislação em vigor e os condicionalismos para DFCI	Atualizar na página da Internet do município na secção "Floresta"	CMTV (GTF)	Todo o ano	Todo o ano	Todo o ano	Todo o ano	Todo o ano
	Ausência de FGC em torno de habitações isoladas e aglomerados populacionais e Uso indevido do fogo	Divulgar as medidas de DFCI e de alerta do risco de incêndio	Publicar no Boletim Municipal		Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro
			Divulgar em jornais de âmbito local		Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro
	Falta de conhecimento da legislação em vigor e dos condicionalismos para DFCI	Promover a importância da floresta no país e no concelho e divulgar as medidas de DFCI e o período crítico	Ações de sensibilização sobre a importância da floresta no país e no concelho, medidas de DFCI e o período crítico	CMTV (GTF) / ICNF / BVT / FLOREST / GNR	Anualmente	Anualmente	Anualmente	Anualmente	Anualmente
		Divulgar as medidas de DFCI e de alerta do risco de incêndio	Divulgar em rádios de âmbito local	CMTV (GTF)					
	Ausência de FGC em torno de habitações isoladas e aglomerados populacionais e Uso indevido do fogo	Promover a necessidade e procedimentos de FGC, medidas de prevenção aos incêndios e como realizar queimas	Distribuir folhetos e cartazes informativos nas juntas de freguesia e coletividades, com a necessidade e procedimentos de FGC, medidas de prevenção aos incêndios e como realizar queimas		Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro
Grupos Específicos da População		Promover a plantação de espécies florestais	Distribuir plantas e realizar visitas guiadas aos BVT e aos Viveiros municipais no Dia Mundial da Floresta	CMTV (GTF / AAFEV)	21 Março	21 Março	21 Março	21 Março	21 Março
	Falta de conhecimento da legislação em vigor e dos condicionalismos para DFCI	Promover o cumprimento das medidas de DFCI, nomeadamente defesa de pessoas e bens e uso do fogo	Realizar sessões de esclarecimento para agricultores, caçadores, proprietários florestais, trabalhadores e moradores das zonas rurais	CMTV (GTF) / ICNF / BVT / FLOREST / GNR	Junho a Outubro	Junho a Outubro	Junho a Outubro	Junho a Outubro	Junho a Outubro
	Ausência de FGC em torno de habitações isoladas e aglomerados populacionais e Uso indevido do fogo	Promover a necessidade e procedimentos de FGC, medidas de prevenção aos incêndios e como realizar queimas	Distribuição de folhetos e cartazes informativos com as medidas de DFCI nas associações de agricultores e caçadores	CMTV (GTF)	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro	Março a Outubro
População escolar	Ausência de FGC em torno de habitações isoladas e aglomerados populacionais	Divulgar a necessidade e procedimentos de FGC	Publicação de editais para a execução das FGC		Outubro a Março	Outubro a Março	Outubro a Março	Outubro a Março	Outubro a Março
	Falta de conhecimento do setor florestal e dos condicionalismos para DFCI	Sensibilizar a população escolar do 1º ciclo para a preservação das árvores e da floresta e da importância dos recursos hídricos	Quinzena da Floresta e da Água	CMTV (GTF/CEA/AAFEV)	2ª quinzena de Março	2ª quinzena de Março	2ª quinzena de Março	2ª quinzena de Março	2ª quinzena de Março
		Realizar ações de sensibilização florestal	Articular com o PROSEP - Projeto de sensibilização da População Escolar, a realização de atividades lúdico-pedagógicas de sensibilização florestal- Clube da Floresta	CMTV (CEA)/PROSEP	Anualmente	Anualmente	Anualmente	Anualmente	Anualmente
		Realizar ações de sensibilização sobre as árvores e a floresta	Sessões de sensibilização sobre a "Floresta" - 1º ciclo	CMTV (CEA)	Setembro a Junho	Setembro a Junho	Setembro a Junho	Setembro a Junho	Setembro a Junho
		Realizar Concursos anuais sobre a floresta	Realizar Concursos anuais sobre a floresta						
		Sensibilizar a população escolar do secundário para a importância da floresta no país e no concelho, medidas de DFCI e o período crítico	Ações de sensibilização sobre a importância da floresta no país e no concelho, medidas de DFCI e o período crítico para alunos do ensino secundário	CMTV (GTF)	Anualmente	Anualmente	Anualmente	Anualmente	Anualmente
	Preservação das espécies autóctones	Incentivar o uso de espécies florestais autóctones	Plantar e doar espécies autóctones na Semana da Reflorestação Nacional	CMTV (GTF, AAFEV)	3ª semana de Novembro	3ª semana de Novembro	3ª semana de Novembro	3ª semana de Novembro	3ª semana de Novembro

Quadro 15. Fiscalização - Metas e indicadores.

Metas	Ações a desenvolver	Responsáveis	Indicador	Data				
				2015	2016	2017	2018	2019
Fiscalização do cumprimento das FGC em todo o concelho	Fiscalizar todas áreas sujeitas a intervenção, de acordo com calendarização do PMDFCI	GNR/SEPNA CMTV (GTF/FM)	% de FGC em incumprimento	<15	<15	<10	<10	<10
Vigilância do cumprimento das medidas de DFCI durante o período crítico (queimas, queimadas e fogueiras)	Percorrer, durante o período crítico, nas UF de Campelos e Outeiro da Cabeça, Maxial e Monte Redondo e a freguesia do Ramalhal	CMTV (Sapadores Florestais)	% de dias de vigilância realizada pelos sapadores florestais com temperaturas superiores a 28°C	100	100	100	100	100
Fiscalização da proibição do uso do fogo durante o período crítico	Fiscalizar todo o concelho durante o período crítico	GNR/SEPNA CMTV (FM)	N.º de autos	5	5	5	5	5
Fiscalização do cumprimento do uso do fogo (falta de licença para queimadas) fora do período crítico	Fiscalizar todas áreas sujeitas a intervenção, de acordo com calendarização do PMDFCI	GNR/SEPNA	N.º de autos	2	2	2	2	2
Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações	Aumentar o n.º de ocorrências investigadas	GNR/SEPNA	% de ocorrências investigadas face ao n.º total de ocorrências do concelho	5	10	15	20	25

5.3.4 ORÇAMENTOS E RESPONSÁVEIS

Quadro 16. Sensibilização da população - Estimativa de orçamento e responsáveis.

Grupo-Alvo	Metas	Ações a desenvolver	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)					
				2015	2016	2017	2018	2019	Total
Público generalista	Disponibilizar informação atualizada na internet sobre a legislação em vigor e os condicionalismos para a DFCI	Atualizar na página da Internet do município na secção "Floresta"	CMTV (GTF)	-	-	-	-	-	-
	Divulgar as medidas de DFCI e de alerta do risco de incêndio	Publicar no Boletim Municipal	CMTV (GTF)	-	-	-	-	-	-
		Divulgar em jornais de âmbito local	CMTV (GTF)	500	500	500	500	500	2500
	Promover a importância da floresta no país e no concelho e divulgar as medidas de DFCI e o período crítico	Ações de sensibilização sobre a importância da floresta no país e no concelho, medidas de DFCI e o período crítico	CMTV (GTF) / ICNF / BVT / FLOREST / GNR	-	-	-	-	-	-
	Divulgar as medidas de DFCI e de alerta do risco de incêndio	Divulgar em rádios de âmbito local	CMTV (GTF)	500	500	500	500	500	2500
	Promover a necessidade e procedimentos de FGC, medidas de prevenção aos incêndios e como realizar queimas	Distribuir folhetos e cartazes informativos nas juntas de freguesia e coletividades, com a necessidade e procedimentos de FGC, medidas de prevenção aos incêndios e como realizar queimas	CMTV (GTF)	500	500	500	500	500	2500
Grupos Específicos da População	Promover a plantação de espécies florestais	Distribuir plantas e realizar visitas guiadas aos BVT e aos Viveiros municipais no Dia Mundial da Floresta	CMTV (GTF)	500	500	500	500	500	2500
	Promover o cumprimento das medidas de DFCI, nomeadamente defesa de pessoas e bens e uso do fogo	Realizar sessões de esclarecimento para agricultores, caçadores, proprietários florestais, trabalhadores e moradores das zonas rurais	CMTV (GTF) / ICNF / BVT / FLOREST / GNR	50	50	50	50	50	250
	Promover a necessidade e procedimentos de FGC, medidas de prevenção aos incêndios e como realizar queimas	Distribuição de folhetos e cartazes informativos com as medidas de DFCI nas associações de agricultores e caçadores	CMTV (GTF)	150	150	150	150	150	750
População escolar	Divulgar a necessidade e procedimentos de FGC	Publicação de editais para a execução das FGC	CMTV (GTF)	75	75	75	75	75	375
	Sensibilizar a população escolar do 1º ciclo para a preservação das árvores e da floresta e da importância dos recursos hídricos	Quinzena da Floresta e da Água	CMTV (GTF/CEA/AAFEV)	1500	1500	1500	1500	1500	7500
	Realizar ações de sensibilização florestal	Articular com o PROSEP - Projeto de sensibilização da População Escolar, a realização de atividades lúdico-pedagógicas de sensibilização florestal- Clube da Floresta	CMTV (CEA)	-	-	-	-	-	0
	Realizar ações de sensibilização sobre as árvores e a floresta	Sessões de sensibilização sobre a "Floresta" - 1º ciclo	CMTV (CEA)	-	-	-	-	-	0
	Realizar concursos anuais sobre a floresta	Realizar Concursos anuais sobre a floresta	CMTV (CEA)	-	-	-	-	-	0
	Sensibilizar a população escolar do secundário para a importância da floresta no país e no concelho, medidas de DFCI e o período crítico	Ações de sensibilização sobre a importância da floresta no país e no concelho, medidas de DFCI e o período crítico para alunos do ensino secundário	CMTV (GTF)	-	-	-	-	-	0
TOTAL	Incentivar o uso de espécies florestais autóctones	Plantar e doar espécies autóctones na Semana da Reflorestação Nacional	CMTV (GTF, AAFEV)	550	550	550	550	550	2750
				4325	4325	4325	4325	4325	21625

As ações de sensibilização da população compreendem 3 tipos de investimento: material de divulgação, recursos humanos e deslocações.

Os valores apresentados no quadro anterior constituem uma mera estimativa do custo de todo o material de sensibilização necessário. Apenas será possível obter um valor concreto para o custo deste material mediante a solicitação de orçamentos para este fim. Para algumas das ações, não se apresentam custos associados porque não se possui essa informação.

O quadro seguinte apresenta a estimativa de orçamento e responsáveis para a fiscalização.

Os valores apresentados são meramente indicativos e têm como base o vencimento estimado de cada elemento.

Quadro 17. Fiscalização - Estimativa de orçamento e responsáveis

Metas	Ações a desenvolver	Responsáveis	Estimativa de Orçamentos (€)					
			2015	2016	2017	2018	2019	Total
Fiscalização do cumprimento das FGC em todo o concelho	Fiscalizar todas áreas sujeitas a intervenção, de acordo com calendarização do PMDFCI	GNR/SEPNA CMTV (GTF/FM)	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	60.000
Vigilância do cumprimento das medidas de DFCI durante o período crítico (queimas, queimadas e fogueiras)	Percorrer, durante o período crítico, nas UF de Campelos e Outeiro da Cabeça, Maxial e Monte Redondo e a freguesia do Ramalhal	CMTV Sapadores Florestais)	4.800	4.800	4.800	4.800	4.800	24.000
Fiscalização da proibição do uso do fogo durante o período crítico	Fiscalizar todo o concelho durante o período crítico	GNR/SEPNA CMTV (FM)	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	30.000
Fiscalização do cumprimento do uso do fogo (falta de licença para queimadas) fora do período crítico	Fiscalizar todas áreas sujeitas a intervenção, de acordo com calendarização do PMDFCI	GNR/SEPNA	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	12.000
Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações	Aumentar o n.º de ocorrências investigadas	GNR/SEPNA	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	12.000
Total			27.600	27.600	27.600	27.600	27.600	138.000

6. 3º EIXO ESTRATÉGICO - MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS

Neste eixo estratégico de atuação, pretende-se organizar o dispositivo operacional de forma a prever a mobilização preventiva dos meios e recursos disponíveis, de forma a garantir a rápida deteção e extinção dos incêndios, para que estes não atinjam grandes proporções.

A organização antecipada de todos os agentes e meios envolvidos, bem como as suas responsabilidades e competências, contribuirá para uma maior eficácia na resposta efetiva à problemática dos incêndios florestais.

Para definir as metas e os indicadores para as ações que consubstanciam este eixo estratégico, deve ter-se em conta a informação base relativa à caracterização climática e análise do histórico e casualidade dos incêndios, bem como a informação relativa à RDFCI.

Para melhorar a eficácia do ataque e da gestão de incêndios são definidos como **objetivos estratégicos** a articulação dos sistemas de vigilância e deteção com meios de 1ª intervenção; adequar a capacidade de 1ª intervenção e melhorar a eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio. Os **objetivos operacionais** passam pela estruturação e gestão da vigilância e a deteção como um sistema integrado; estruturação do nível municipal de 1ª intervenção; garantia da correta e eficaz execução do rescaldo e vigilância pós-incêndio e integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.

Com vista à concretização dos objetivos definidos anteriormente no concelho de Torres Vedras, deverão desenvolver-se as seguintes **ações**: execução da inventariação dos meios e recursos existentes; definição de setores territoriais de DFCl e Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE) para as ações de vigilância e deteção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio; identificação e/ou definição de todos os sistemas de vigilância e deteção e identificação dos elementos do território relevantes para o apoio à decisão.

6.1 VIGILÂNCIA E DETEÇÃO

A vigilância dos espaços rurais visa contribuir para a redução do número de ocorrências de incêndios florestais, identificando potenciais agentes causadores e dissuadindo comportamentos que propiciem a ocorrência de incêndios. Os Postos de Vigia visam assegurar a deteção imediata de um foco de incêndio, a sua localização e a comunicação rápida da ocorrência às entidades responsáveis pela 1ª intervenção.

Atualmente o concelho de Torres Vedras conta exclusivamente com um posto de vigia, situado na UF Maxial e Monte Redondo. No entanto, para além deste posto, o concelho é também visualizado a partir dos postos fixos da Tapada de Mafra e do Cabeço de Montachique, bem como pelos postos móveis no alto da Serra do Socorro, assegurado pela equipa da AFOCELCA e no Outeiro da Cabeça (depósito da água), assegurado pela Equipa de Sapadores Florestais.

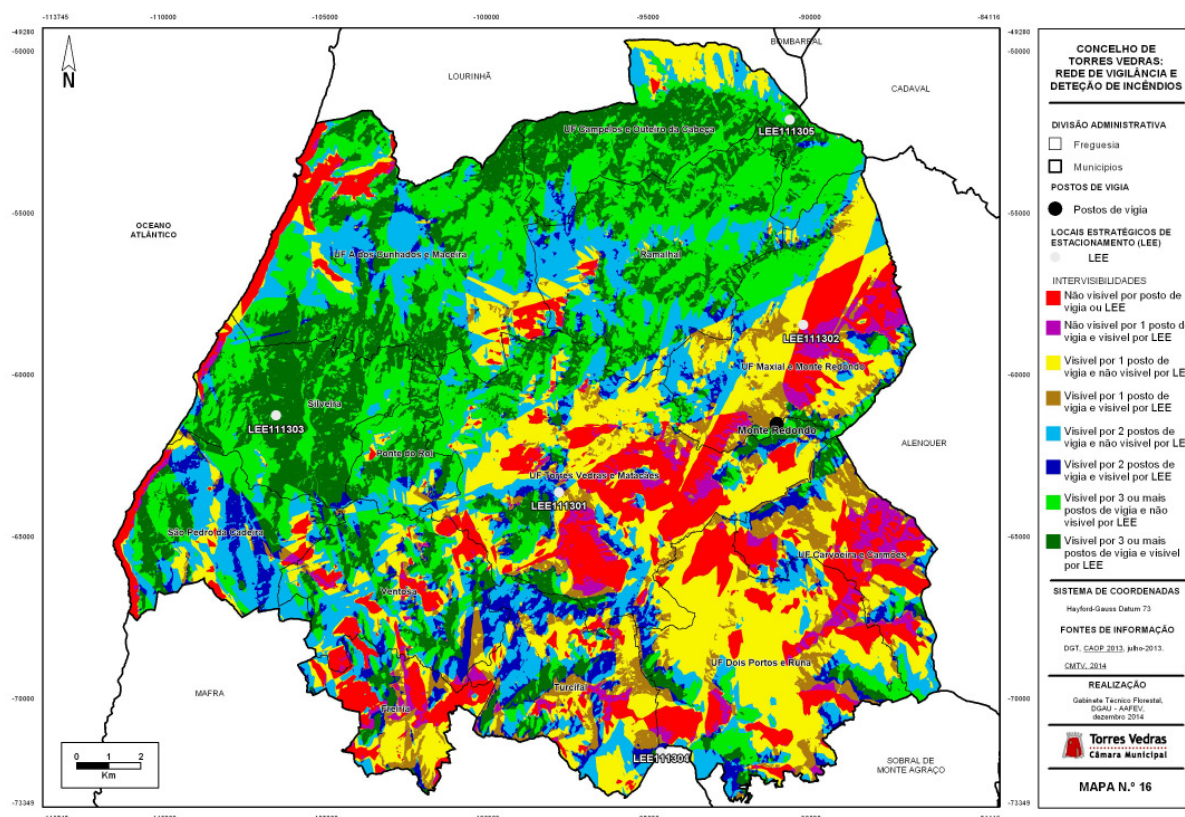
A vigilância móvel e deteção de incêndios são asseguradas no concelho pela GNR-NPA, a Equipa de Sapadores Florestais (SF-07-16B) e a uma equipa AFOCELCA (durante o período crítico). As associações de caçadores também fazem vigilância no decorrer das suas atividades de fiscalização diárias.

A coordenação do posto de vigia, assim como do restante dispositivo de vigilância e deteção de incêndios florestais, é da responsabilidade da Guarda Nacional Republicana (serviço NPA) sedeadada no posto de Torres Vedras. Esta equipa dispõe de 6 elementos, o seu horário de atuação é inopinado e tem como responsabilidade a vigilância em 3 municípios.

A Equipa de Sapadores Florestais efetua a vigilância fixa, em dias de alerta amarelo ou superior e sempre que se justifique, no LEE sedeadado no depósito de água de Outeiro da Cabeça. Sempre que se considere pertinente, e no decorrer das ações de silvicultura preventiva a equipa efetua vigilância móvel por todo concelho, este tipo de vigilância tem essencialmente um papel dissuasor e de sensibilização.

No mapa 16 encontram-se as bacias de visibilidade associadas aos postos de vigia e locais estratégicos de estacionamento. A localização destes LEE's foi efetuada de acordo com as

bacias de visibilidade e com o tempo de deslocação a todos os espaços florestais, permitindo uma 1.ª intervenção mais eficaz. Os LEE funcionam nos dias de alerta amarelo ou superior e sempre que se justifique.



Mapa 16 - Mapa da rede de vigilância e deteção no concelho de Torres Vedras

Analisando as bacias de visibilidade dos postos de vigia e LEE, verifica-se que existem várias áreas de espaços florestais, ocupadas essencialmente com mato, que não são visíveis de nenhum posto de vigia ou LEE, pelo que carecem de uma atenção redobrada ao nível da vigilância móvel.

Quadro 18. Índice entre o número de incêndios florestais e equipas de vigilância e deteção para 2011 a 2013

			2011			2012			2013		
			Nº Incêndios	Nº Equipas	Índice	Nº Incêndios	Nº Equipas	Nº Equipas	Nº Incêndios	Nº Equipas	Índice
Fases de Perigo	Alfa	1 jan. - 14 mai.	3	2	1,5	1	2	0,5	1	2	0,5
	Bravo	15 mai. - 14 jun.	2	2	1,0	0	2	0,0	0	2	0,0
		15 jun. - 30 jun.	0	3	0,0	2	2	1,0	1	2	0,5
	Charlie	1 jul. - 30 set.	11	4	2,8	15	4	3,8	11	4	2,8
	Delta	1 out. - 15 out.	6	3	2,0	2	3	0,7	3	3	1,0
		16 out. - 30 out.	5	2	2,5	0	2	0,0	1	2	0,5
	Echo	1 nov. - 31 dez	1	2	0,5	0	2	0,0	11	2	5,5

6.2 1ª INTERVENÇÃO

Os fatores de sucesso intrínsecos à 1ª intervenção são, essencialmente, a mobilidade e a rapidez de intervenção de meios devidamente dimensionados ao risco e guarnecidos por elementos com a formação adequada.

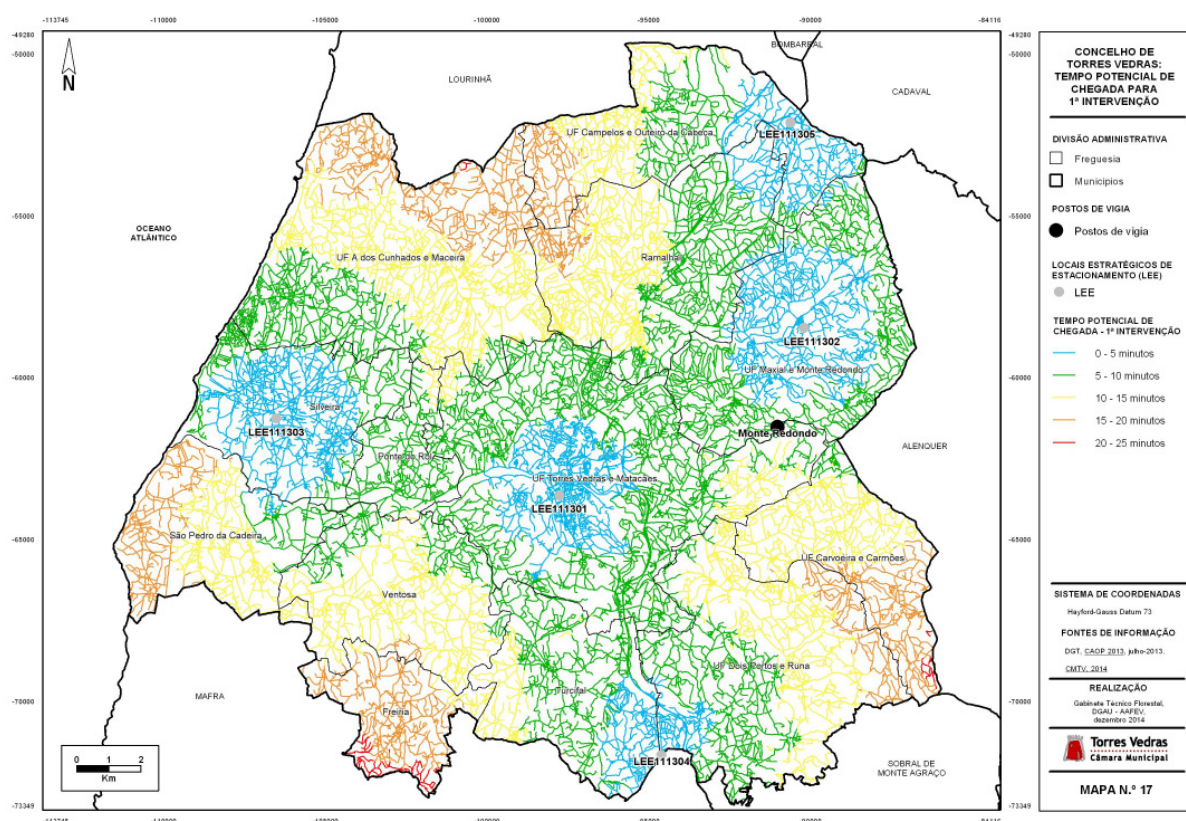
A solicitação para a primeira intervenção é feita de duas formas: através do alerta direto à central dos BVTV, por parte de populares ou outras entidades, ou por informação proveniente do CDOS. A autarquia possui um plano de comunicações próprio, que consiste numa rede de rádios que permite a comunicação entre as diferentes entidades (BVTV e respetivas secções, SMPC, forças de segurança e hospital).

As entidades que fazem a primeira intervenção, no concelho de Torres Vedras são a Corporação dos BVTV e as suas 2 secções (Maxial e Silveira), a Equipa de Sapadores Florestais e a Equipa da AFOCELCA.

O Mapa 17 do Anexo I apresenta o tempo potencial de chegada para a 1ª intervenção e os LEE para o concelho de Torres Vedras.

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

TORRES VEDRAS



Mapa 17 - Mapa do Tempo de Chegada para a 1ª Intervenção, no concelho de Torres Vedras

Quadro 19. Índice entre o número de incêndios florestais e equipas e número de elementos para a 1ª intervenção para 2013

			2011					2012					2013				
			Nº Incêndios	Nº Equipas	Nº Elementos	Índice Nº Incêndios/Nº Equipas	Índice Nº Incêndios/Nº Elementos	Nº Incêndios	Nº Equipas	Nº Elementos	Índice Nº Incêndios/Nº Equipas	Índice Nº Incêndios/Nº Elementos	Nº Incêndios	Nº Equipas	Nº Elementos	Índice Nº Incêndios/Nº Equipas	Índice Nº Incêndios/Nº Elementos
Fases de Perigo	Alfa	1 jan. - 14 mai.	3	1	5	3,0	0,6	1	1	5	1,0	0,2	1	1	5	1,0	0,2
	Bravo	15 mai. - 14 jun.	2	1	5	2,0	0,4	0	1	5	0,0	0,0	0	2	10	0,0	0,0
		15 jun. - 30 jun.	0	2	10	0,0	0,0	2	1	5	2,0	0,4	1	2	10	0,5	0,1
	Charlie	1 jul. - 30 set.	11	5	25	2,2	0,4	15	5	25	3,0	0,6	11	5	25	2,2	0,4
	Delta	1 out. - 15 out.	6	4	20	1,5	0,3	2	3	15	0,7	0,1	3	3	15	1,0	0,2
		16 out. - 30 out.	5	3	15	1,7	0,3	0	3	15	0,0	0,0	1	3	15	0,3	0,1
	Echo	1 nov. - 31 dez.	1	1	5	1,0	0,2	0	1	5	0,0	0,0	11	1	5	11,0	2,2

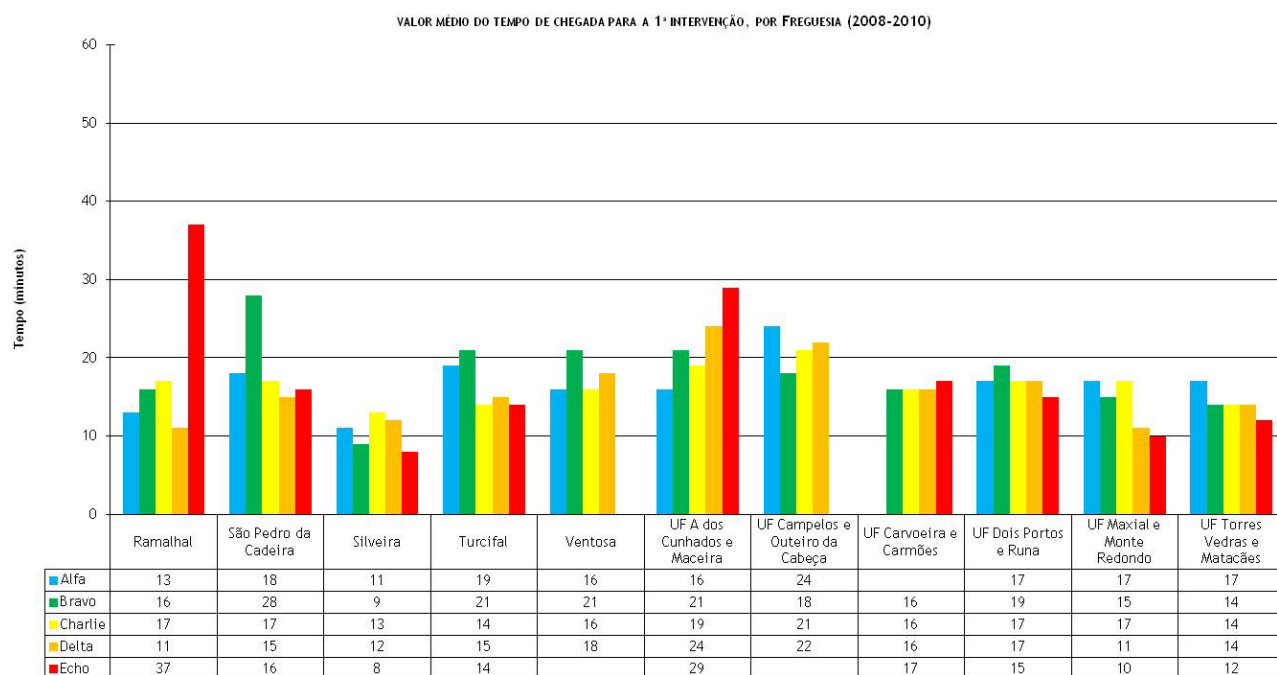


Figura 2. Valor médio do tempo de chegada para a 1ª intervenção, por freguesia, para o período 2008 a 2010 no concelho de Torres Vedras

Fonte: SGIF

6.3 RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS- INCÊNDIO

O rescaldo é uma fase crucial do combate, pelo que o responsável da operação tem de garantir a sua execução correta e eficaz, devendo ser efetuada cuidadosa e rapidamente de modo a evitar eventuais reacendimentos.

O rescaldo faz parte integrante do combate ao incêndio, sendo efetuado pela equipa que se encontra no combate direto às chamas. Esta equipa só abandona o local depois de assegurar que eliminou toda a combustão na área ardida ou quando o material, ainda em combustão, se encontra devidamente isolado e circunscrito, não constituindo assim perigo de reacendimento.

Quando o Comandante das Operações de Socorro solicitar a presença de maquinaria pesada para as ações de rescaldo, estas irão ser disponibilizadas contando com a colaboração do SMPC.

O rescaldo e vigilância pós-incêndio poderão ser também realizados pela Equipa de Sapadores Florestais e Equipa AFOCELCA.

A vigilância pós-incêndio deve ser garantida pelo responsável da operação através dos elementos dos bombeiros presente no Teatro de Operações (TO) de modo a ser possível intervir rapidamente em situação de eventual reacendimento. Preferencialmente, esta vigilância deverá ser efetuada por elementos que tiveram uma participação menos ativa no combate.

Quadro 20. Número de Reacendimentos por ano, para o período 2002 a 2013, no concelho de Torres Vedras

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº reacendimentos	10	3	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0

Na última década no concelho de Torres praticamente não se verificam reacendimentos, o que demonstra uma boa eficiência no rescaldo e vigilância pós-incêndio.

6.4 PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 3º EIXO ESTRATÉGICO

6.4.1 METAS E INDICADORES

Quadro 21. Metas e Indicadores - 3º eixo estratégico

ACÇÃO	RESPONSÁVEIS	METAS	UNIDADES	INDICADORES				
				2015	2016	2017	2018	2019
Vigilância e deteção	GNR e SF 07-16B	Aumento da cobertura das zonas sombra	%	5	10	10	15	15
		Redução do nº de ocorrências	Nº de ocorrências por ano	290	270	250	230	200
1ª Intervenção	BVTV, SF 07- 16B, Equipa Afocelca	Ocorrências com tempo de chegada para 1ª intervenção <20min	Ocorrências com tempo de chegada para 1ª intervenção <20min	80%	80%	80%	90%	90%
Combate		Redução área ardida	Área ardida por ano	160ha	130ha	100ha	78ha	78ha
		Redução do nº de ocorrências com tempo de intervenção superior a 12horas	Nº de ocorrências com tempo de intervenção superior a 12 horas	2	2	2	1	1
		Eliminar incêndios com áreas superiores a 100ha	Nº de ocorrências superiores a 100ha	0	0	0	0	0
Rescaldo		Reduzir para menos de 0,5% do número de reacendimentos	Nº de reacendimentos	2	2	2	1	1
Vigilância pós- incêndio		Diminuição do tempo de deteção dos reacendimentos	Minutos	12	10	8	6	5

6.4.2 ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

Quadro 22. Orçamento e responsáveis - 3º eixo estratégico

AÇÃO	RESPONSÁVEIS	METAS	ESTIMATIVA DE ORÇAMENTOS (€)					Total
			2015	2016	2017	2018	2019	
Vigilância e deteção	GNR e SF 07-16B	Aumento da cobertura das zonas sombra	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	50.000
		Redução do nº de ocorrências						
1ª Intervenção	BVTV, SF 07-16B, Equipa Afocelca	Ocorrências com tempo de chegada para 1ª intervenção <20min	210.000	224.200	238.684	253.458	268.527	1.204.869
Combate		Redução área ardida						
		Redução do nº de ocorrências com tempo de intervenção superior a 12horas						
		Eliminar incêndios com áreas superiores a 100ha						
Rescaldo		Reduzir para menos de 0,5% do número de reacendimentos						
Vigilância pós-incêndio		Diminuição do tempo de deteção dos reacendimentos						
Total			220.000	234.200	248.684	263.458	278.527	1.254.869

Todas as metas propostas não dependem de um acréscimo no orçamento das entidades envolvidas, mas sim de um aumento da eficácia.

A estimativa de orçamento apresentada pela GNR teve em conta os custos de gasóleo e em recursos humanos.

A autarquia tem um papel importante no financiamento dos BVTV, contribuindo anualmente com apoios financeiros na ordem dos 353.997€; só com esta verba é possível aos BVTV terem o desempenho dos últimos anos, possuindo meios materiais e humanos especializados para as situações de emergência. Os BVTV dispõem de um grupo de primeira intervenção durante todos os dias úteis do ano, constituído por 10 elementos das 9h-18h, financiado pela Associação Humanitária dos BVTV e CMTV. No restante período, os serviços são assegurados por voluntários.

Os BVTV inseridos no dispositivo de combate a incêndios têm apoios governamentais durante o período crítico, para fazer face a despesas extraordinárias com os fogos florestais.

O orçamento geral de associação dos BVTV é na ordem de 1.500.000€, não existindo orçamento específico para cada tipo de ações desenvolvidas.

Segundo o comandante dos BVTV estima-se que, anualmente, o orçamento para os fogos florestais seja de 200.000€, tendo em conta uma inflação de 0,2%/ano.

7. 4º EIXO ESTRATÉGICO - RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS

O PMDFCI visa diminuir a suscetibilidade da floresta aos incêndios, identificar situações de risco e minimizar os efeitos da passagem do fogo. Neste âmbito, é importante promover a rearborização e a reabilitação das áreas percorridas por incêndios.

A recuperação de áreas ardidas deverá ter em vista o aumento futuro da sua resiliência e deve desenvolver-se em dois tempos: o primeiro, relacionado com a proteção dos recursos e infraestruturas e o segundo, de médio prazo, dirigido para a requalificação dos espaços florestais dentro dos princípios da DFCI.

As **normas gerais** a serem respeitadas passam por:

- Sempre que a superfície do terreno apresente elementos que possam contrariar a erosão, as operações de exploração florestal devem ser feitas de modo a garantir a sua conservação, não danificando o que possa constituir um obstáculo ao escoamento hídrico superficial e não entupindo as valas;
- Nas faixas de proteção às linhas de água, com largura de 10 m para cada lado, não devem circular máquinas de exploração florestal nem o arraste de troncos e toros;
- Em áreas com risco de erosão muito elevado (declives acentuados) - e sem prejuízo de poderem mesmo ser interditados o abate ou a remoção de material lenhoso - não devem igualmente ser permitidas nem a circulação de máquinas de exploração florestal nem o arraste de toros;
- O empilhamento não deve ser feito nas faixas de proteção às linhas de água;
- Os carregadouros devem localizar-se sempre a mais de 20 m das linhas de água e das zonas frequentemente inundáveis; caso a sua instalação implique movimentação de terras, aquela distância deverá ser aumentada para 50m;
- As operações de manutenção de máquinas e veículos deverão ser efetuadas em local apropriado, fora da zona de proteção de albufeiras e envolvente das linhas de água.

O objetivo estratégico deste eixo consiste em recuperar e reabilitar os ecossistemas e o objetivo operacional corresponde à avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo.

As ações a desenvolver são:

- Identificação das necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo;
- Definição de tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas na fase de avaliação, promovendo o controlo de erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa das infraestruturas e das estações e habitats mais sensíveis.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, que aprova o PNDFCI, a elaboração de planos de reabilitação dos ecossistemas afetados pelos incêndios deve incidir em áreas ardidas superiores a 500ha. Tendo em conta que o concelho de Torres Vedras não apresenta áreas ardidas superiores a 500ha, a CMDF responsabiliza-se pelo cumprimento da legislação vigente caso se venham a verificar áreas ardidas com esta dimensão, incorporando no POM a realização deste eixo estratégico. No entanto ressalva-se que, em áreas ardidas com área inferior a este valor, o GTF apoiará quer a nível técnico quer com a divulgação de linhas de orientação (de acordo com a legislação em vigor), os proprietários dessas áreas ardidas, no sentido de reflorestá-las com espécies mais resistentes ao fogo e adaptadas ao local.

7.1 AVALIAÇÃO

7.1.1 ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

A definição das áreas com necessidade de estabilização de emergência deve atender, designadamente, aos seguintes objetivos: conservação da água e solo e conservação da rede viária florestal e infra - estruturas hidráulicas.

Nas intervenções de emergência é importante o estabelecimento de prioridades e tipos de intervenção em função dos impactos dos incêndios. No concelho, na última década, não se verificou a necessidade da realização de ações de estabilização de emergência, uma vez que não houve nenhum incêndio com áreas superiores a 500ha e, nos incêndios decorridos, tem-se verificado uma excelente resposta do solo com base na sua capacidade de regeneração da vegetação. Deste modo, não é possível elaborar um mapa com as áreas sujeitas a estabilização de emergência.

7.1.2 REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E HABITATS FLORESTAIS

Para a reabilitação de povoamentos e habitats florestais devem ser definidas as áreas que atendam aos seguintes objetivos: conservação de espécies e habitats florestais e proteção da regeneração natural e controlo de espécies invasoras.

Atualmente não está prevista, no concelho, a reabilitação de povoamentos e habitats florestais. Contudo, dada a dinâmica do território e do presente PMDFCI, sempre que seja detetado algum caso específico que tenha necessidade de ser reabilitado, a CMDF realizará um plano de intervenção para o efeito.

7.2 PLANEAMENTO

Os quadros seguintes apresentam, de uma forma genérica, a tipologia das ações, os tipos de intervenção, as entidades intervenientes e fontes de financiamento em caso de necessidade de estabilização de emergência e reabilitação de povoamentos e habitats florestais.

Quadro 23 - Tipologia das ações a desenvolver

	Tipologia de ações
Curto Prazo	Erosão:
	1. Identificação das áreas de risco de erosão após a ocorrência do incêndio.
	2. Medidas para a minimização da erosão:
	2.1. Construção de banquetas e paliçadas, em curvas de nível, a partir do material lenhoso ardido;
	2.2. Limpeza de valetas e de pontões para escoamento de água;
	2.3. Hidrossementeira de pequenas zonas em declives mais acentuados; 2.4. Instalação de um medidor de caudais e de sedimentos para monitorização da erosão.
	Património:
	1. Avaliação dos danos (em infraestruturas, caminhos, etc.) e das necessidades de adaptações de acessos.
	2. Medidas de recuperação urgente: recuperação dos caminhos danificados.
	Vegetação:
	1. Avaliação técnica:
	1.1. Avaliação de áreas com capacidade de regeneração natural para o seu aproveitamento na recuperação ambiental;
	1.2. Levantamento das áreas e de volumes do arvoredo a extrair.
	2. Medidas de intervenção de curto prazo:
	2.1. Colheita e propagação de sementes locais das espécies adaptadas ao concelho;
	2.2. Construção de protetores para regeneração em áreas prioritárias.
Médio Prazo	1.Revisão e adaptação do plano operacional de prevenção e do plano operacional de vigilância e de deteção;
	2.Elaboração de um plano operacional de recuperação das áreas ardidas;
	3.Acções de reflorestação, com espécies adaptadas às condições edafo-climáticas do concelho;
	4.Monitorização do estado sanitário dos povoamentos florestais.

Quadro 24 -Procedimentos a adotar por tipologia de intervenção, entidades responsáveis e participantes e fontes de financiamento

Tipo de Intervenção	Descrição	Entidades Intervinentes/ participantes	Fontes de financiamento
Intervenção ou estabilização de emergência	No curto prazo, decorre logo após (ou ainda mesmo durante) a fase de combate de incêndio e visa, não só o controlo da erosão e a proteção da rede hidrográfica, mas também a defesa das infraestruturas e das estações e habitats mais sensíveis.	Administração Central (APA, ICNF, etc.) e municípios, mas também pode ser efetuada por privados. As orientações técnicas são dadas por diferentes entidades: APA e ICNF.	A fonte de financiamento pode ser nacional, municipal e privada (fundos de emergência).
Reabilitação de povoamentos e habitats florestais	Efetuada nos dois anos seguintes, em que se procede, entre outras ações, à avaliação dos danos e da reação dos ecossistemas, à recolha de salvados e, eventualmente, ao controlo fitossanitário, a ações de recuperação biofísica e mesmo já à reflorestação de zonas mais sensíveis.	Esta ação é feita pelo Estado, municípios e organizações de produtores florestais. As orientações técnicas são dadas por diferentes entidades: APA e ICNF.	O financiamento é proveniente da União Europeia (fundo de solidariedade), da Administração Central, dos municípios e dos privados.
Recuperação	Realiza-se a longo prazo (após 2-3 anos), e é onde são planeados e implementados os projetos de recuperação/reflorestação, normalmente a partir dos três anos após a passagem do fogo.	Esta ação é feita pela Administração Central, municípios, Organizações de Produtores Florestais e pelos proprietários. As orientações técnicas provêm da Comissão Nacional de Reflorestação	O financiamento é proveniente da União Europeia (fundo de solidariedade), da Administração Central, dos municípios e dos privados.

7.2.1 ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Face ao exposto na avaliação, atualmente não é possível planear ações concretas de estabilização de emergência. No entanto, caso haja necessidade, durante o período de vigência do presente PMDFCI, este pode ser revisto de forma a incluir ações referentes à conservação da água e do solo, conservação da rede viárias e infra - estruturas hidráulicas.

7.2.2 REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E HABITATS FLORESTAIS

As medidas a serem propostas para a reabilitação de povoamentos florestais passam por remover a madeira morta das áreas e promover a reflorestação, por forma a fixar os solos e voltar a criar riqueza paisagística e económica.

8. 5º EIXO ESTRATÉGICO - ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

A concretização das ações definidas no PMDFCI apenas será possível através da articulação e convergência de esforços dos diferentes organismos na defesa da floresta. Esta articulação requer uma organização que viabilize o trabalho de equipa e avalie os resultados das suas ações.

A atribuição de responsabilidades no âmbito da DFCI à AFN, ANPC e GNR obriga a que, em cada entidade, seja definida uma organização interna funcional, capaz de satisfazer de forma coerente e com elevado nível de resposta o cumprimento das missões que lhes são atribuídas. Ao nível municipal, a CMDF é a estrutura de articulação entre as diferentes entidades e tem como missão a coordenação de ações, no que se refere à definição de políticas e orientações no âmbito da DFCI. O PMDFCI é o instrumento orientador do planeamento integrado dessas ações.

Para a concretização deste eixo estratégico é definido como objetivo estratégico operacionalizar a CMDFCI e como objetivo operacional fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico e logístico. Com vista à concretização dos objetivos definidos anteriormente deverão desenvolver-se as seguintes ações:

- Identificar as entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diversas ações;
- Planificar a formação das entidades intervenientes no SDFCI;
- Promover a articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM;
- Promover a harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões fronteira entre concelhos;
- Elaborar o cronograma das reuniões da CMDF;
- Estabelecer a data de aprovação do POM, que não deve ultrapassar o dia 15 abril;
- Explicitar o período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o referido no regulamento;
- Integrar o planeamento anual de cada entidade, tendo também em conta a visão supramunicipal e monitorizar as ações de DFCI.

Com a implementação deste eixo estratégico pretende-se definir uma forma de organização interna nas entidades envolvidas capaz de satisfazer, de forma consequente, a um elevado nível de resposta, no cumprimento das missões que lhes são atribuídas. Pretende-se, ainda, identificar necessidades de formação e propor formas de as suprir.

8.1 AVALIAÇÃO

8.1.1 NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DOS AGENTES LOCAIS DO SFDCI

O objetivo da formação consiste em aumentar o nível de conhecimento e de competências para as funções a desempenhar, pelos vários elementos das entidades intervenientes na SFDCI, no quadro seguinte encontra-se a identificação das necessidades de formação e do n.º de elementos de cada entidade.

Quadro 25- Identificação das necessidades de formação e do n.º de elementos para os diferentes agentes de DFCI

Formação	Entidade	N.º Elementos
Coordenação	CMTV	3
Sensibilização	CMTV e Sapadores Florestais Municipais	3 +5
	JF	13
Sistemas de Informação Geográfica	CMTV	3
	Bombeiros Voluntários de Torres Vedras	10
Vigilância e Deteção	Sapadores Florestais Municipais	5
	JF	13
	GNR (Postos de Vigia)	2
Primeira Intervenção	Sapadores Florestais Municipais	5
	JF	13
Combate	Bombeiros Voluntários de Torres Vedras	30
Rescaldo e Vigilância pós Incêndio	Sapadores Florestais Municipais	5
	JF	13
Curso avançado em gestão e recuperação de áreas ardidas	CMTV	2
Curso sobre recuperação de habitats e áreas ardidas	CMTV	2

8.2 PLANEAMENTO DAS AÇÕES

A política de prevenção e protecção e socorro deverá ser assente no pressuposto que, para a protecção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce. O nível distrital constitui-se como um patamar de comando operacional único, profissional e permanente garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu distrito com reflexo a nível nacional.

8.2.1 PROGRAMA DE FORMAÇÃO E ESTIMATIVA DE CUSTOS

No quadro seguinte apresentam-se o programa de formação e a respetiva estimativa de custos.

Quadro 26 -Programa de formação para os diferentes agentes de DFCI e orçamento

Formação	N.º elementos	Orçamento (€)				
		2015	2016	2017	2018	2019
Coordenação	3	0	1.000	0	0	0
Sensibilização	21	500	500	500	0	0
Sistemas de Informação Geográfica	13	1.000	1.000	1.000	750	0
Vigilância e Deteção	20	500	500	500	500	0
Primeira Intervenção	18	0	900	900		0
Combate	30	0	1.000	1.000	1.000	0
Rescaldo e Vigilância pós Incêndio	18	0	900	900		0
Curso avançado em gestão e recuperação de áreas ardidas	2	0	2.000	0	0	0
Curso sobre recuperação de habitats e áreas ardidas	2	0	0	2.000	0	0
Total		2.000	6.800	6.800	2.250	0

8.2.2 ORGANIZAÇÃO DO SDFCI

No quadro seguinte encontram-se as entidades intervenientes no SDFCI e identificam-se as competências na implementação das diferentes ações, por eixos estratégicos.

Quadro 27- Entidades intervenientes no SDFCI, competências de coordenação e implementação das diferentes ações.

ENTIDADES		Prevenção estrutural			Prevenção				Combate			
		Planeamento DFCI	Organização do território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e patrulhamento	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós-incêndio
ICNF	Subdirecção de DFCI	nac / dist / mun					nac / dist / mun			nac / dist / mun		
	Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo	nac / dist / mun					nac / dist / mun			nac / dist / mun		
	Coordenador Regional de DFCI de LVT	reg / mun / loc					reg / mun / loc			reg / mun / loc		
Indústrias Florestais	AltriFlorestal e PortucelSoporcel	loc			loc				loc			
	AFOCELCA (meios aéreos e equipas de 1ª intervenção)	loc			loc				loc			
Associações de produtores florestais	APAS Floresta	loc		reg / mun / loc		loc			loc			loc
	FLOREST	loc		reg / mun / loc		loc			loc			loc
Proprietários florestais e gestores florestais		loc				loc			loc			loc
Municípios	CMDF/GTF	mun		mun / loc	mun				mun			
	SMPC	mun		mun / loc					mun			
	SF 07-16B			mun / loc	mun				mun			
	Outros serviços municipais			mun / loc			mun				mun	
GNR	GIPS			dist	dist	dist	dist		dist			
	SEPNA	mun		reg / mun / loc	reg / mun / loc	reg / mun / loc	reg / mun / loc	reg / mun / loc				reg / mun / loc
	Brigadas Territoriais				mun / loc	mun / loc	mun / loc					
PSP		mun			mun / loc	mun / loc	mun / loc					
Polícia Judiciária							nac/reg/mun/loc	nac/reg/mun/loc				
ANPC	CNOS / meios aéreos	nac		nac					nac			
	CDOS	dist / mun		dist / mun	dist	dist			dist			
	Equipas de combate a incêndios								dist / mun			
BVTV		mun		mun / loc	mun / loc	mun / loc			mun / loc			
Entidades gestoras de zonas de caça			mun / loc		mun / loc	mun / loc			loc			loc
Proprietários/Privados inseridos nas FGC			loc			loc						loc
Entidades gestoras de parques de campismo e polígonos industriais			loc			loc						loc
Auto-estradas do Atlântico			loc			loc						loc
Estradas de Portugal			loc			loc						loc
REFER			loc			loc						loc
Lisboa Gás			loc			loc						loc
REN			loc			loc						loc
EDP			loc			loc						loc
ENEL			loc			loc						loc
Municípios e visitantes			loc			loc						loc

Legenda das cores:

	Sem intervenção significativa
	Com competências significativas
	Com competências de coordenação
	Deveres cívicos

Legenda das siglas:

nac	- nível nacional
reg	- nível regional
dist	- nível distrital
mun	- nível municipal
loc	- nível local

A CMDF é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes ações. Assim, será necessária a operacionalidade da CMDF. Para que essa operacionalidade seja eficaz deverá a CMDF reunir no mínimo 4 vezes por ano, sendo 2 dessas reuniões realizadas no período crítico, de forma a assentar a sua atividade da vigilância, deteção, fiscalização, 1.ª intervenção e combate, mobilizando e tirando partido de todos os agentes de DFCI.

O cronograma de reuniões da CMDF e os objetos das reuniões são os que constam no quadro seguinte.

Quadro 28 - Cronograma de reuniões da CMDF

	Ordem de trabalhos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1ª Reunião	Aprovação do POM												
2ª Reunião	Apresentação do dispositivo de DFCI e delineamento de estratégias de ação entre as diversas entidades representadas												
3ª Reunião	Reunião durante o período crítico, de modo a fazer um balanço em termos de incêndios e tomar as medidas que forem consideradas oportunas para a DFCI												
4ª Reunião	Balanço da época de incêndios e propostas de ações de DFCI												

No entanto, sempre que o Presidente da CMDF achar pertinente ou sempre que algum dos elementos solicitar, serão agendadas reuniões extraordinárias.

A técnica do GTF fica incumbida de planificar, organizar e secretariar as reuniões da CMDF.

O GTF do município, tendo em conta a multiplicidade de entidades envolvidas na DFCI, deverá recolher e reunir os contributos de todos os intervenientes em termos da DFCI e centralizar todas as tarefas técnicas, logísticas e administrativas para o perfeito exercício da CMDF, garantindo a realização de reuniões para aprovação de diversos documentos de planeamento à escala municipal. O GTF tem também um papel fundamental na elaboração do PMDFCI e do POM, conjuntamente com todas as entidades representadas na Comissão.

O GTF ficará responsável por apresentar um balanço do ano anterior, salientando os pontos positivos e negativos de forma a melhorar as atuações do ano seguinte.

Anualmente, a CMDF apresenta as suas propostas de atividade para a vigilância, deteção, fiscalização, 1ª intervenção e combate, no POM, mobilizando e tirando partido de todos os agentes na área de influência municipal.

O POM será aprovado anualmente, pela CMDF até 15 de abril.

O período de vigência do PMDFCI é de 1 de janeiro 2015 a 31 de dezembro 2019. Trata-se de um plano dinâmico, que será revisto sempre que a CMDF considere necessário.

9. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI

A estimativa de orçamento para implementação do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios é a que consta no quadro seguinte.

Quadro 29- Orçamento do PMDFCI (2015-2019)

Eixos Estratégicos	Estimativa de orçamento total (€)					
	2015	2016	2017	2018	2019	Total
1.º Eixo Estratégico	619.729,90	779.451,50	713.583,10	556.956,60	713.433,10	3.383.154
2.º Eixo Estratégico	31.925	31.925	31.925	31.925	31.925	159.625
3.º Eixo Estratégico	220.000	234.200	248.684	263.458	278.527	1.244.869
4.º Eixo Estratégico	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx
5.º Eixo Estratégico (formação)	2.000	6.800	6.800	2.250	0	17.850
Total	873.655	1.052.377	1.000.992	854.590	1.023.885	4.805.498

ANEXO I

CARTOGRAFIA

ÍNDICE DO ANEXO I:

Mapa 1 - PROF Oeste Enquadramento do Concelho de Torres Vedras

Mapa 2 - Combustíveis Florestais do Concelho de Torres Vedras

Mapa 3 - Perigosidade de Incêndio Florestal do Concelho de Torres Vedras

Mapa 3 A - Perigosidade de Incêndio Florestal - Áreas Não Abrangidas Por Condicionais à Edificação do Concelho de Torres Vedras

Mapa 4 - Risco de Incêndio Florestal do Concelho de Torres Vedras

Mapa 5 - Prioridades de Defesa do Concelho de Torres Vedras

Mapa 6 - Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível do Concelho de Torres Vedras

Mapa 6 A - Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível a Intervir no Concelho de Torres Vedras

Mapa 7 - Rede Viária do Concelho de Torres Vedras

Mapa 8 - Rede de Pontos de Água do Concelho de Torres Vedras

Mapa 9 - Silvicultura no Âmbito da DFCI no Concelho de Torres Vedras

Mapa 10 - Planeamento das Ações na Rede de Faixas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, em 2015, no Concelho de Torres Vedras

Mapa 11 - Planeamento das Ações na Rede de Faixas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, em 2016, no Concelho de Torres Vedras

Mapa 12 - Planeamento das Ações na Rede de Faixas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, em 2017, no Concelho de Torres Vedras

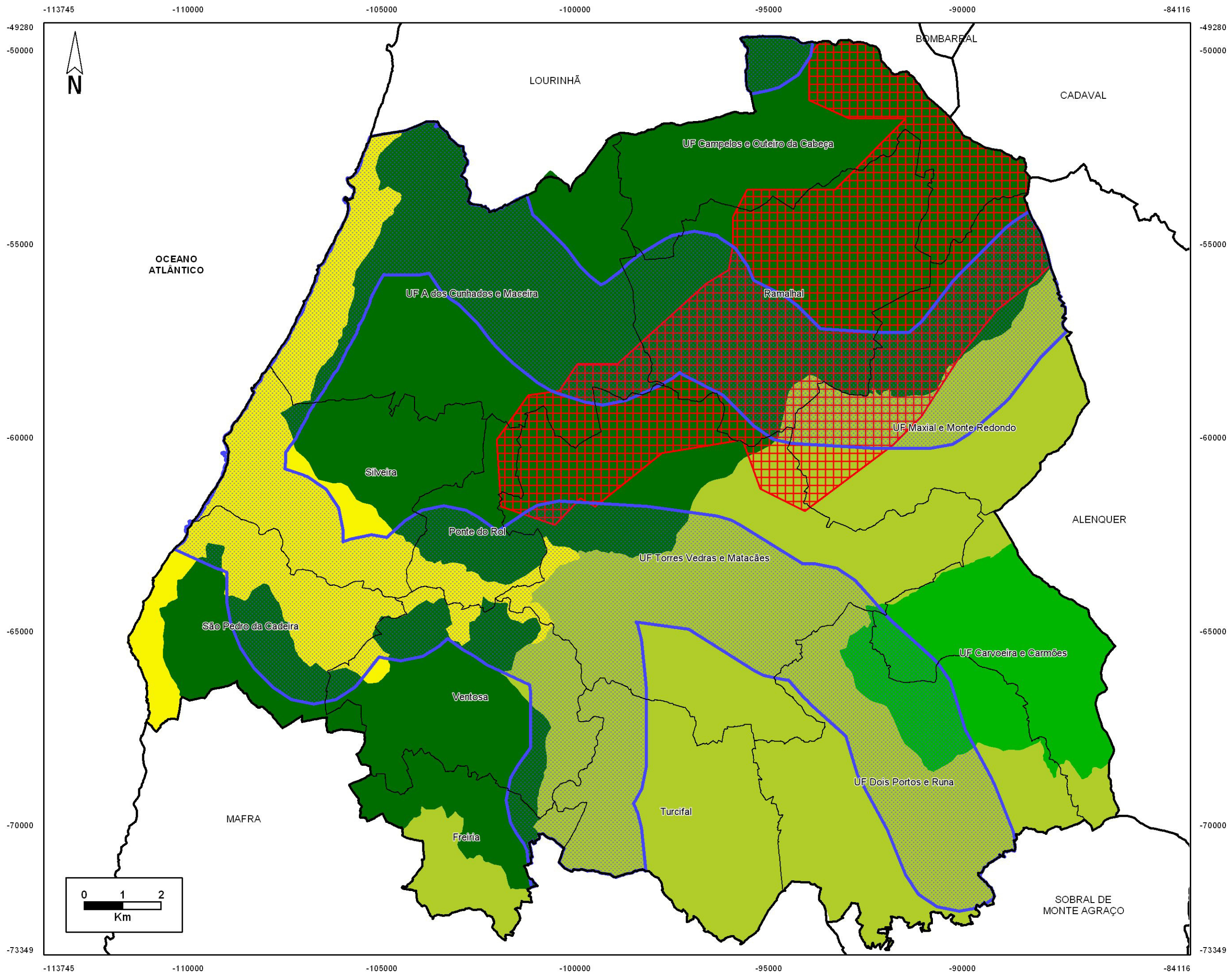
Mapa 13 - Planeamento das Ações na Rede de Faixas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, em 2018, no Concelho de Torres Vedras

Mapa 14 - Planeamento das Ações na Rede de Faixas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água, em 2019, no Concelho de Torres Vedras

Mapa 15 - Fiscalização no concelho de Torres Vedras para 2015-2019

Mapa 16 - Rede de Vigilância e Detecção no Concelho de Torres Vedras

Mapa 17 - Tempo Potencial de Chegada para a 1ª Intervenção no Concelho de Torres Vedras



CONCELHO DE TORRES VEDRAS: PROF OESTE

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Concelho
- Freguesia

PLANTA SÍNTESE DO PROF Oeste

- Corredores ecológicos
- Zonas críticas

Sub-Regiões Homogêneas

- Arribas
- Floresta do Oeste interior
- Floresta do Oeste litoral
- Região Saloia

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

DGT, CAOP 2013, julho-2013.

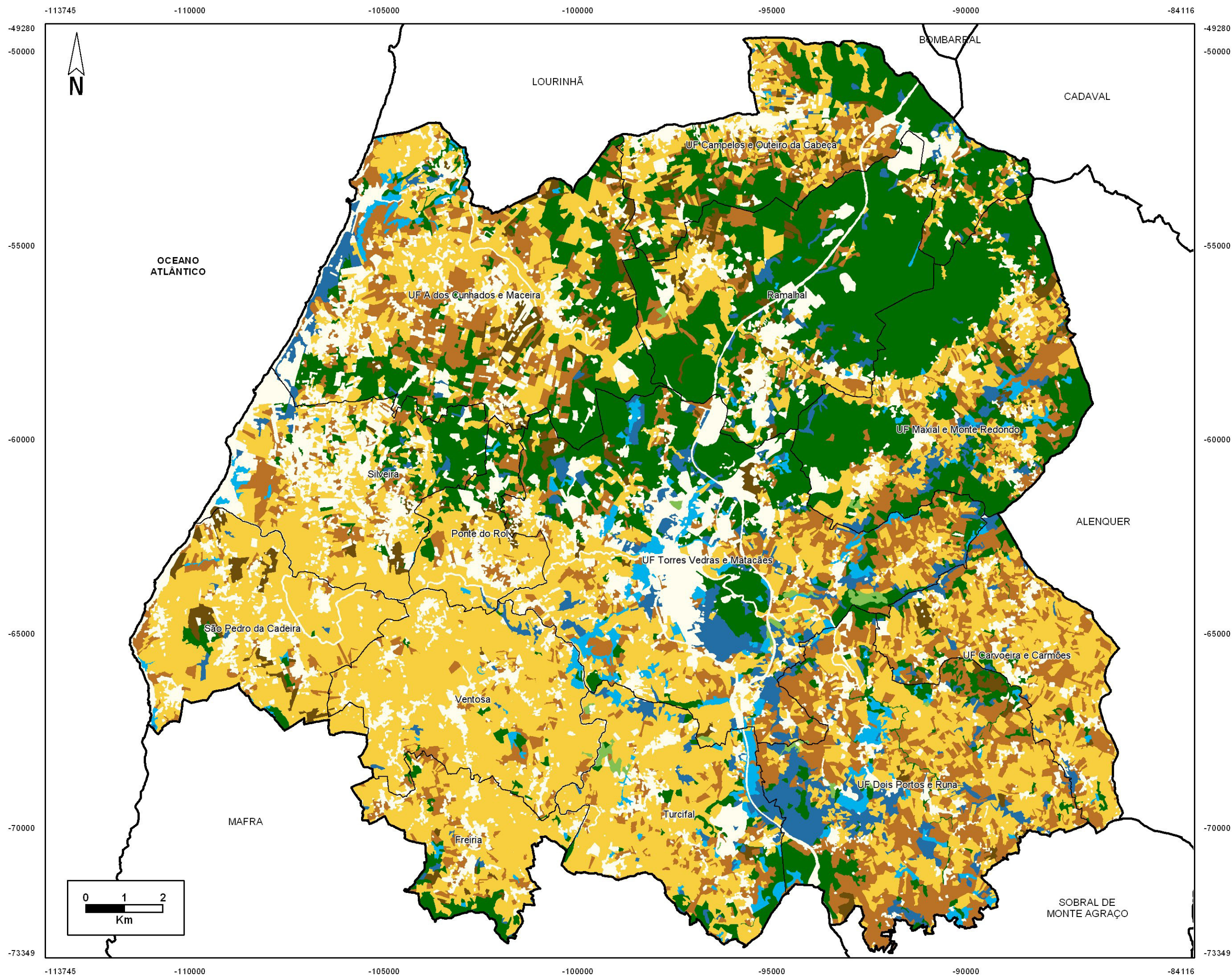
PROF Oeste, 2006

REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014



MAPA N.º 1



CONCELHO DE TORRES VEDRAS: COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Concelho
- Freguesia

MODELO DE COMBUSTÍVEL FLORESTAL

- Modelo 0
- Modelo 1
- Modelo 2
- Modelo 3
- Modelo 4
- Modelo 5
- Modelo 8
- Modelo 9

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

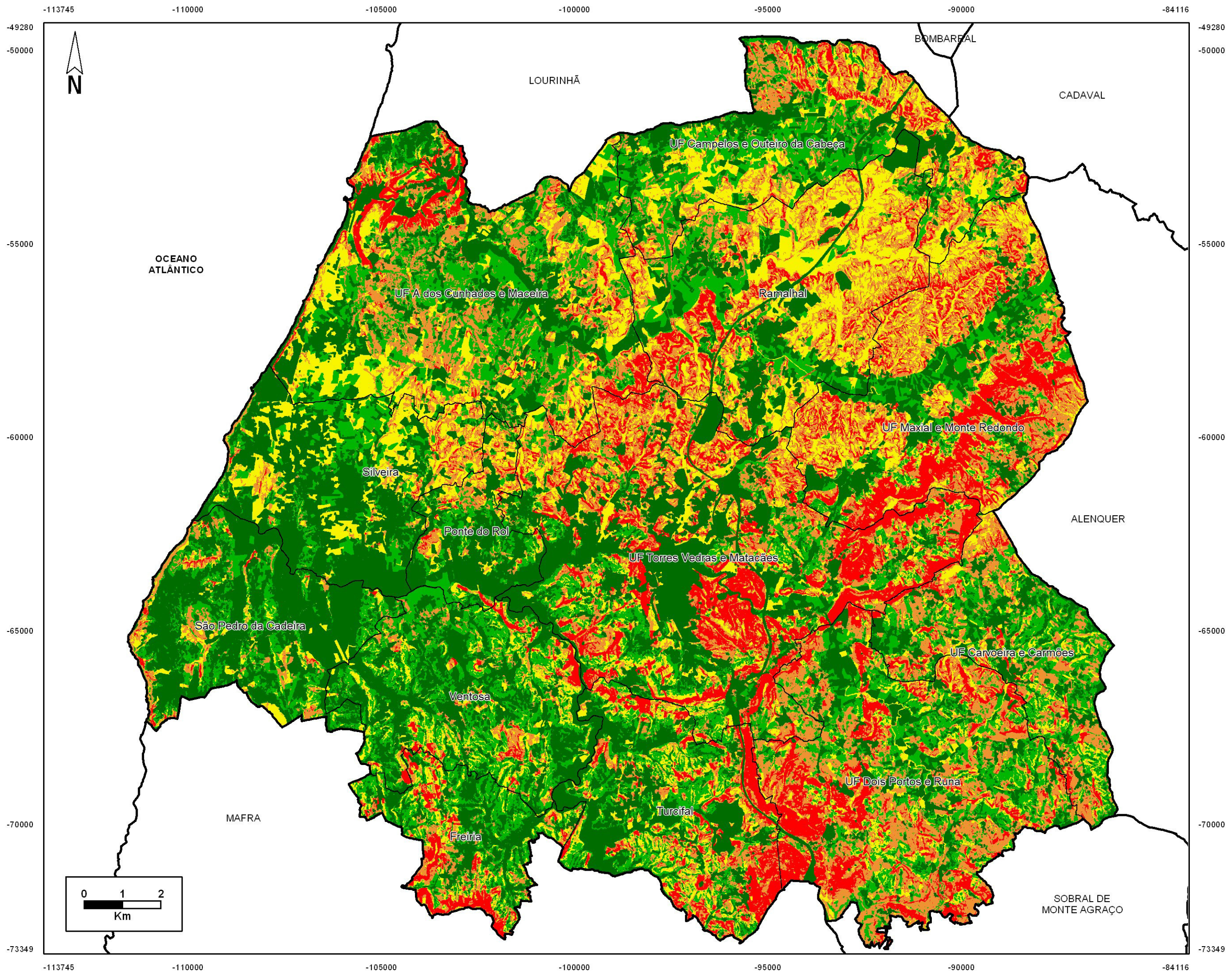
DGT, CAOP 2013, julho-2013.
DGT, COS 2007, setembro 2014
CMTV, COS 2010, dezembro 2014

REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014



MAPA N.º 2



CONCELHO DE TORRES VEDRAS: PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Concelho
- Freguesia

PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Alta
- Muito alta

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

DGT, CAOP 2013, julho-2013.

DGT, COS 2007, setembro 2014

CMTV, COS 2010, dezembro 2014

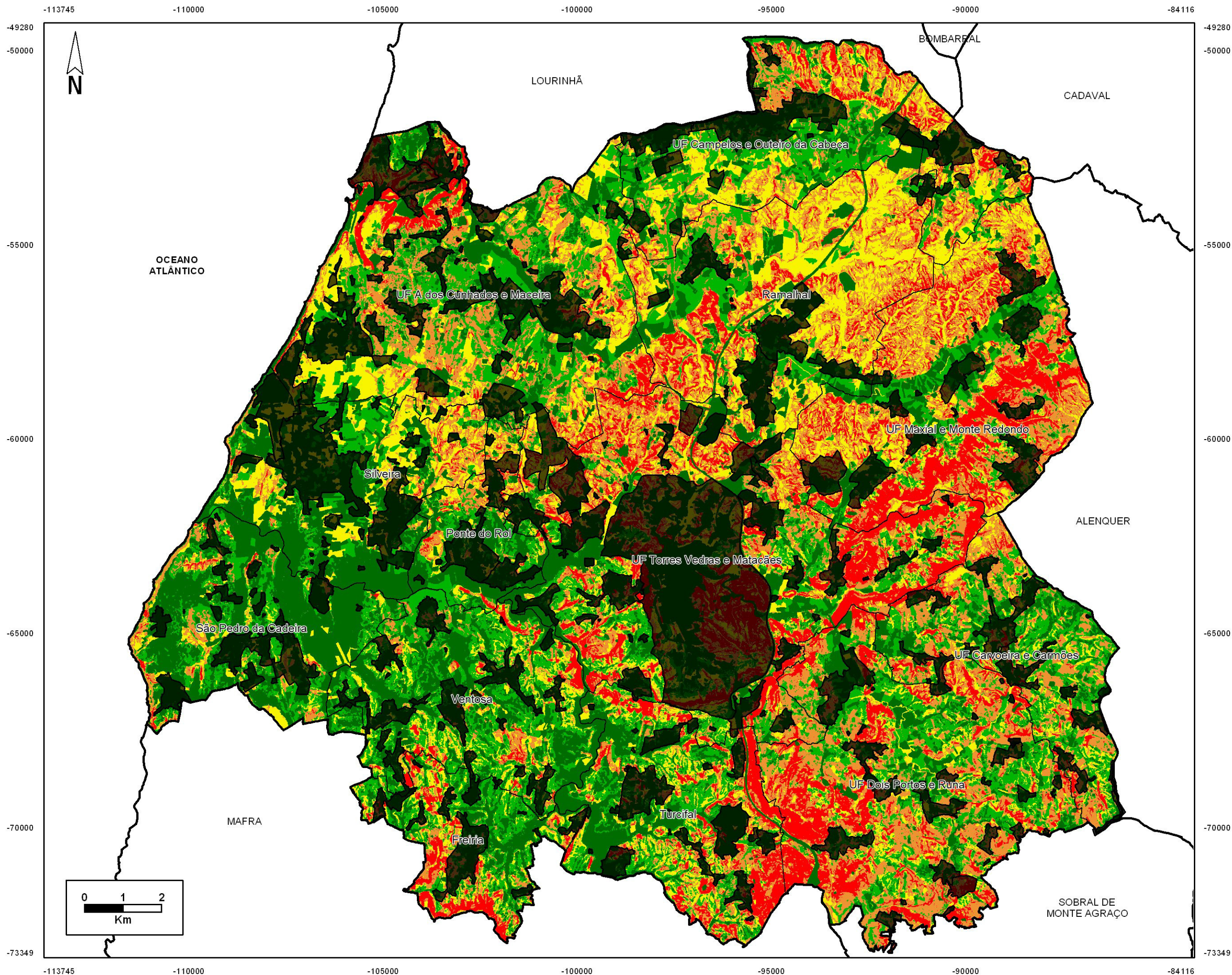
CMTV, MDT 2014, outubro 2014

REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014



MAPA N.º 3



**CONCELHO DE
TORRES VEDRAS:
PERIGOSIDADE DE
INCÊNDIO FLORESTAL
ÁREAS NÃO ABRANGIDAS
POR CONDICIONALISMOS
À EDIFICAÇÃO**

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

-  Concelho
-  Freguesia

**PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO
FLORESTAL**

-  Muito baixa
-  Baixa
-  Média
-  Alta
-  Muito alta

**ÁREAS NÃO SUJEITAS A
CONDICIONALISMOS À
EDIFICAÇÃO**

-  Áreas abrangidas por planos de urbanização e plano de pormenor em vigor e pela exclusão de aplicação prevista no ponto 1 do artigo 2º, do anexo IV

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

DGT, CAOP 2013, julho-2013.

DGT, COS 2007, setembro 2014

CMTV, COS 2010, dezembro 2014

CMTV, MDT 2014, outubro 2014

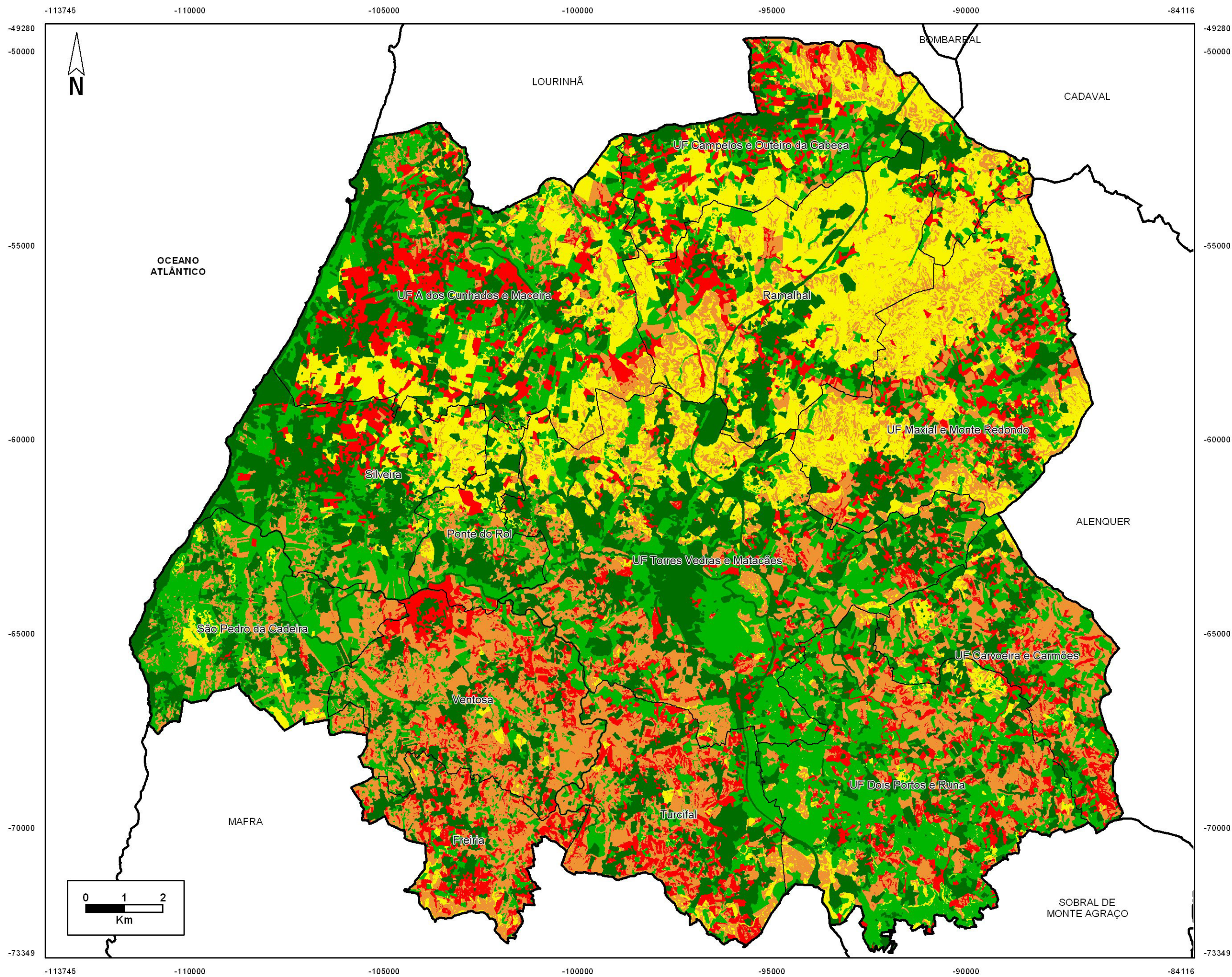
CMTV, PDM 2007, 2007

REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014



MAPA N.º 3 A



CONCELHO DE TORRES VEDRAS: RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Concelho
- Freguesia

RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

- Muito baixo
- Baixo
- Médio
- Alto
- Muito alto

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

DGT, [CAOP 2013](#), julho-2013.

DGT, [COS 2007](#), setembro 2014

CMTV, [COS 2010](#), dezembro 2014

CMTV, [MDT 2014](#), outubro 2014

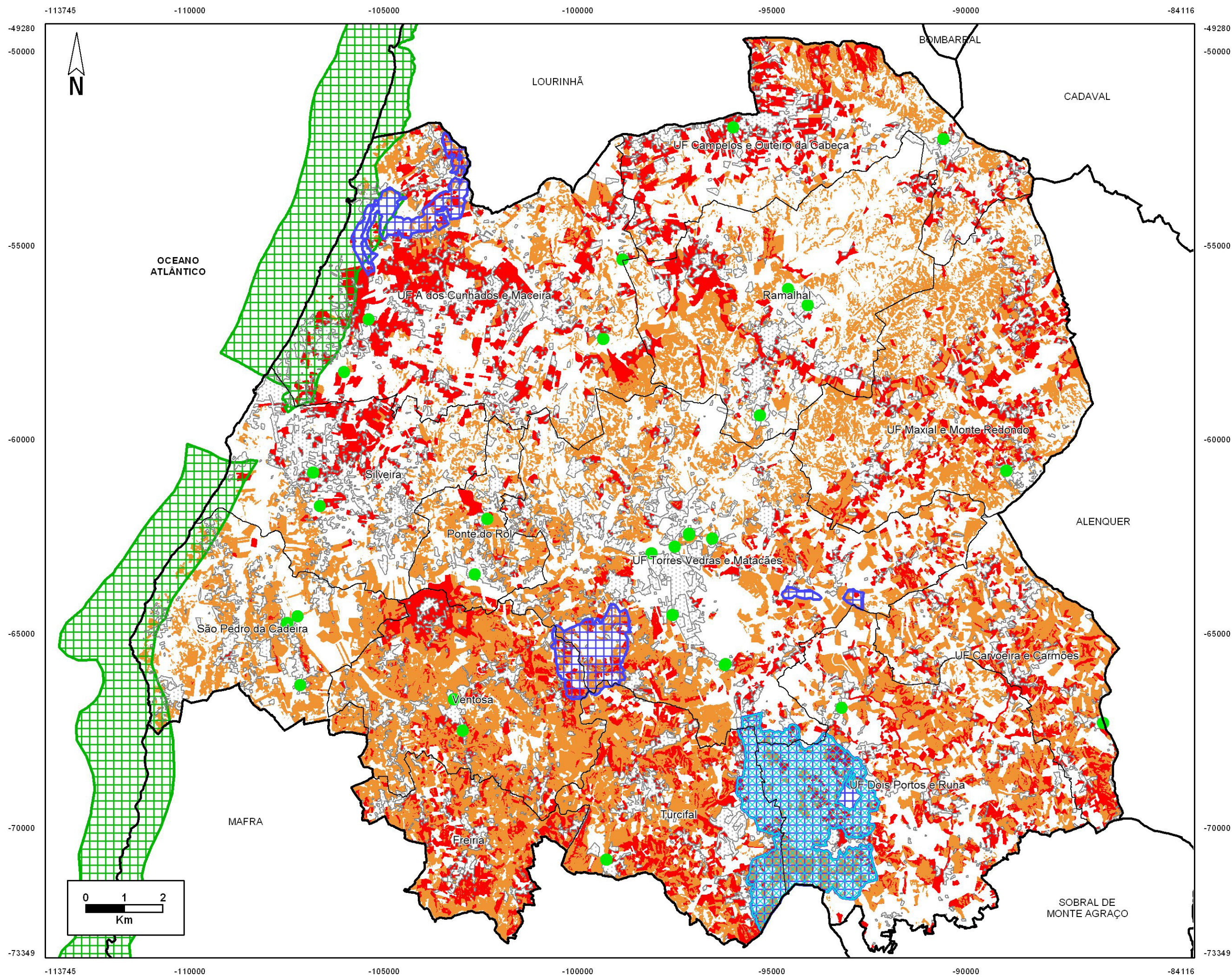
REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014



Torres Vedras
Câmara Municipal

MAPA N.º 4



**CONCELHO DE TORRES VEDRAS:
PRIORIDADES DE DEFESA**

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Concelho

Freguesia

RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

Alto

Muito alto

PRIORIDADES DE DEFESA

Bombas de Combustível

APPSSA

Património Natural

Sítios da Rede Natura 2000

Áreas Sociais a proteger

SISTEMA DE COORDENADAS
Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO
DGT, CAOP 2013, julho-2013.
DGT, COS 2007, setembro 2014
CMTV, COS 2010, dezembro 2014
CMTV, MDT 2014, outubro 2014

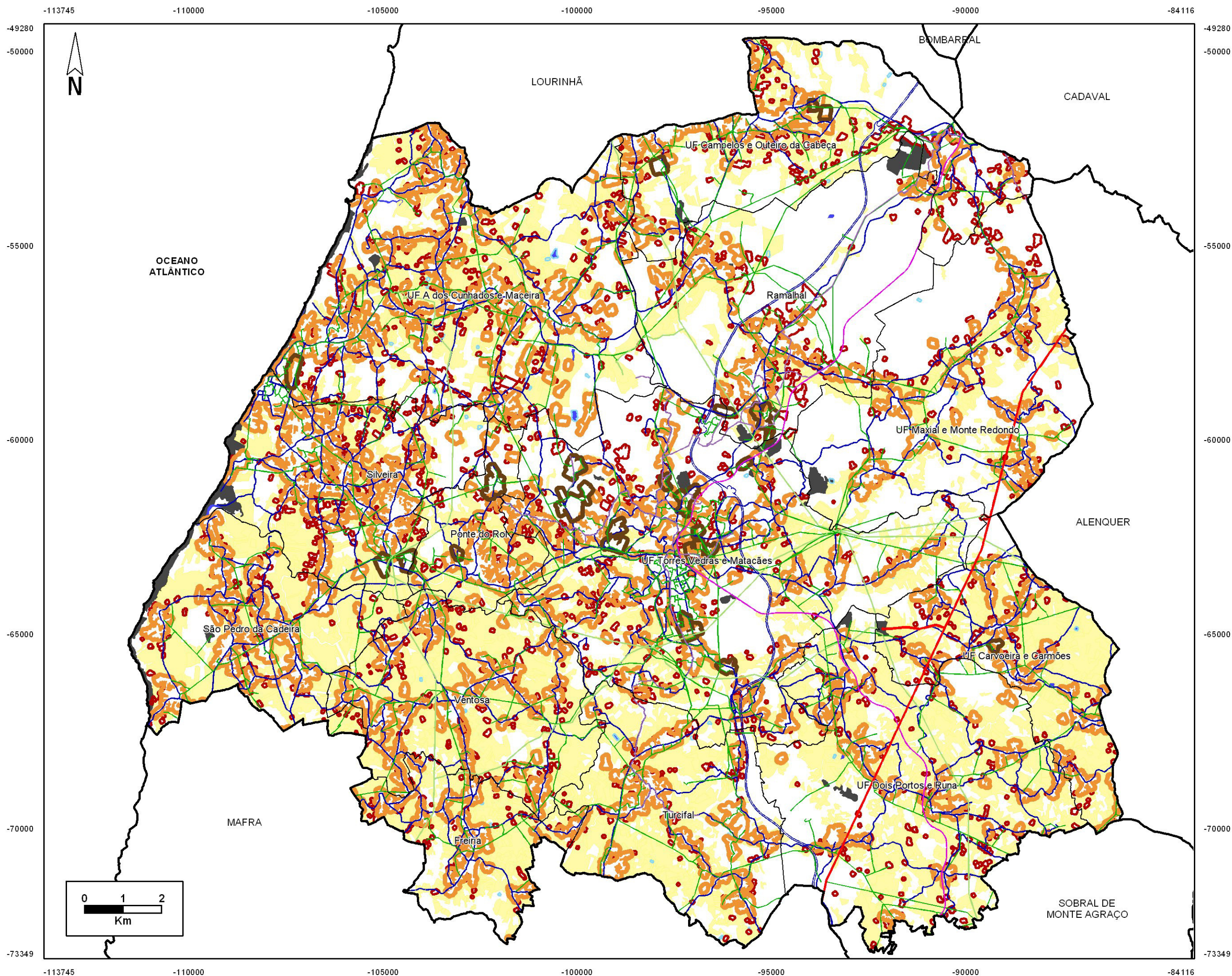
REALIZAÇÃO
Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014

 **Torres Vedras**
Câmara Municipal

MAPA N.º 5

-113745 -110000 -105000 -100000 -95000 -90000 -84116

-49280 -50000 -55000 -60000 -65000 -70000 -73349



CONCELHO DE TORRES VEDRAS: REDE DE FAIXAS E MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Concelho
- Freguesia

FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

- 1 - Edificações em Espaços Rurais
- 2 - Aglomerados Popacionais
- 3 - Parques Campismo e Polígnos Industriais
- 4 - Rede Viária Florestal
- 5 - Rede Ferroviária
- 6 - Rede Transporte Gás
- 7 - Rede Elétrica Muito Alta Tensão
- 10 - Rede Elétrica Média Tensão
- 12 - Pontos de Água
- 13 - Rede Elétrica Alta Tensão

MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

- Agricultura
- Superfície aquática
- Improdutivo

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

DGT, CAOP 2013, julho-2013.

DGT, COS 2007, setembro 2014

CMTV, COS 2010, dezembro 2014

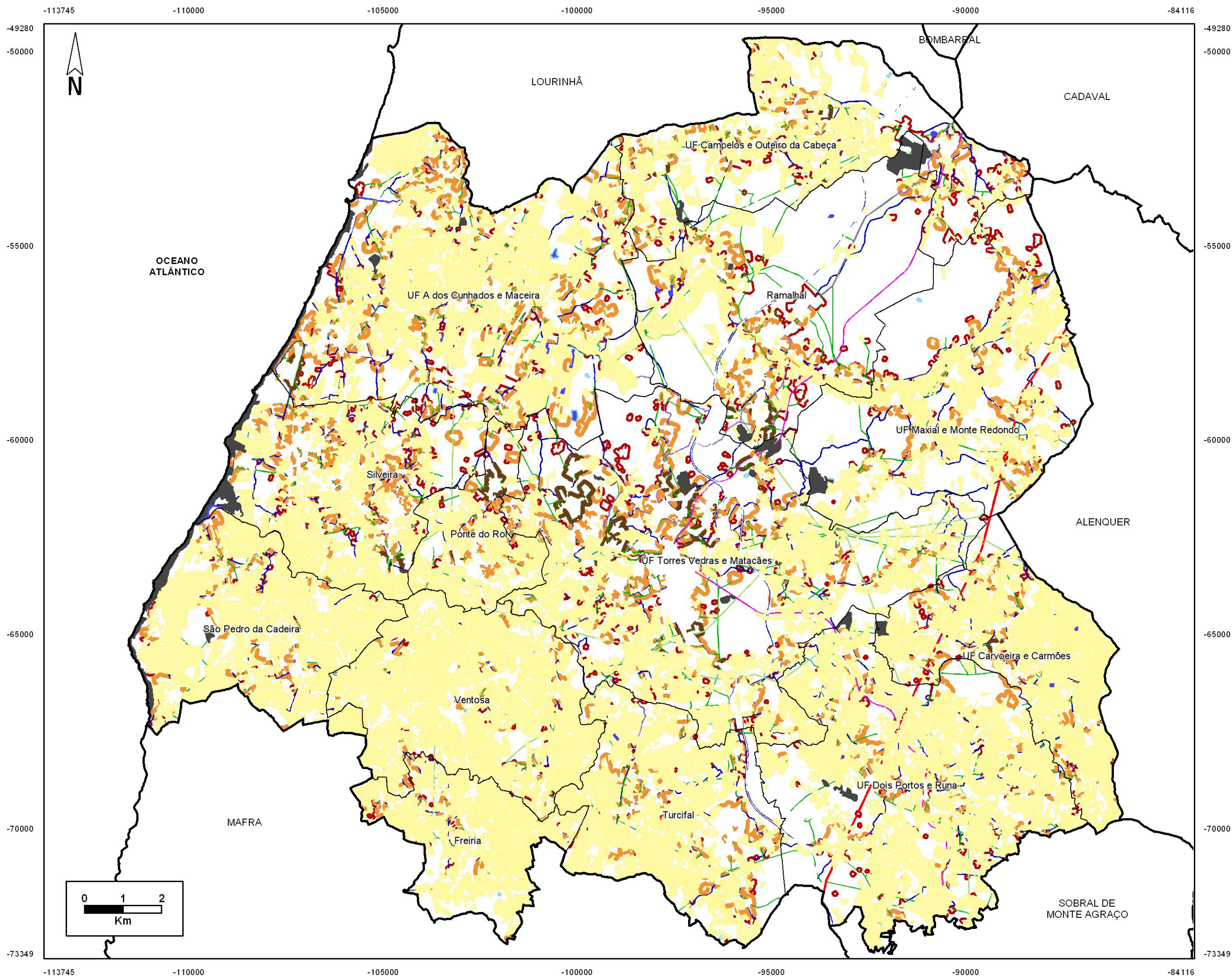
CMTV, dezembro 2014

REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014



MAPA N.º 6



CONCELHO DE TORRES VEDRAS: REDE DE FAIXAS E MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL COM INTERVENÇÃO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Concelho
- Freguesia

FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

- 1- Edificações em Espaços Rurais
- 2 - Aglomerados Populacionais
- 3 - Parques Campismo e Polígnos Industriais
- 4 - Rede Viária Florestal
- 5 - Rede Ferroviária
- 6 - Rede Transporte Gás
- 7 - Rede Elétrica Muito Alta Tensão
- 10 - Rede Elétrica Média Tensão
- 12 - Pontos de Água
- 13 - Rede Elétrica Alta Tensão

MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

- Agricultura
- Superfície aquática
- Improdutivo

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

DGT, CAOP 2013, julho-2013.

DGT, COS 2007, setembro 2014

CMTV, COS 2010, dezembro 2014

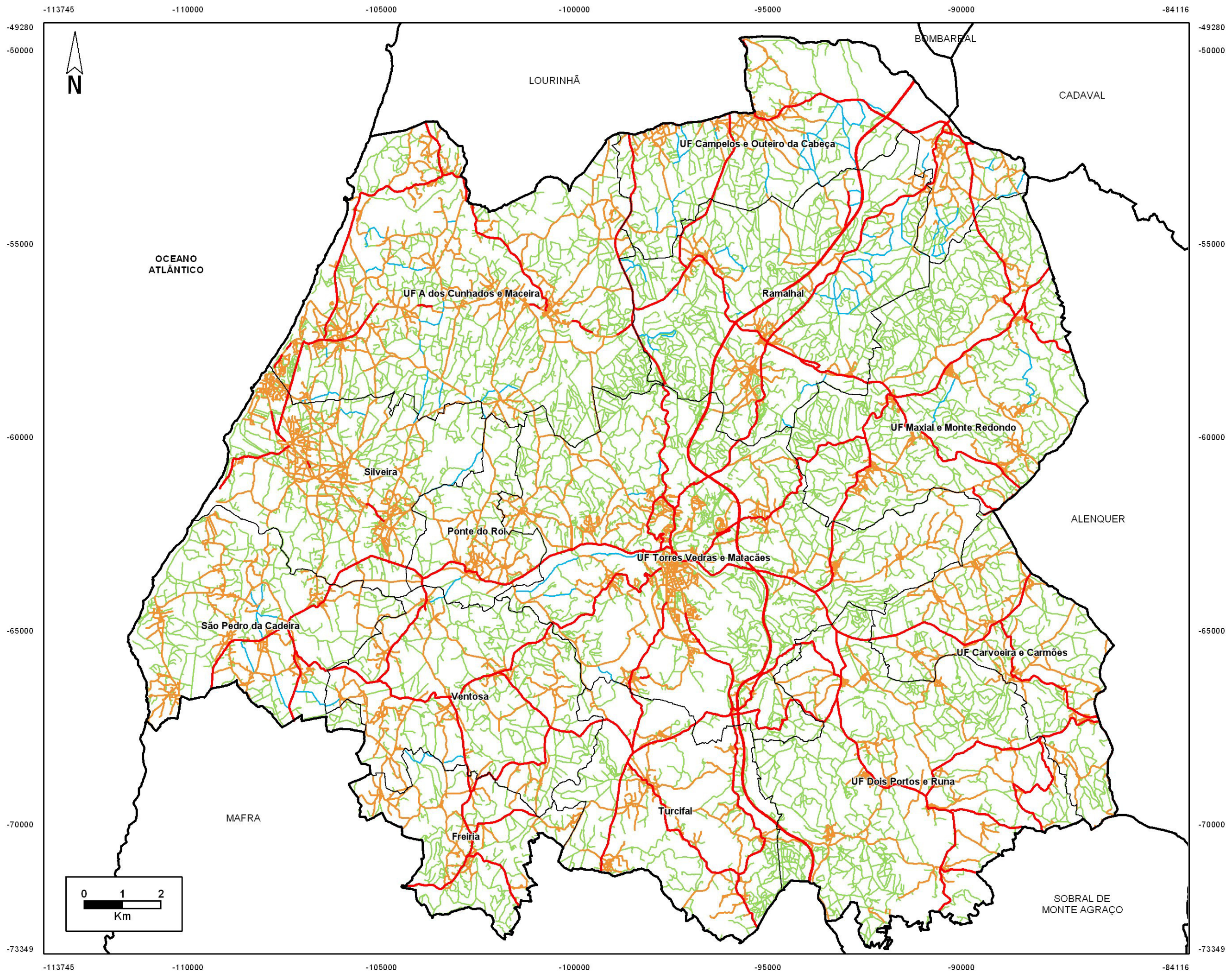
CMTV, dezembro 2014

REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014



MAPA N.º 6A



**CONCELHO DE TORRES VEDRAS:
REDE VIÁRIA FLORESTAL**

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Concelho

Freguesia

REDE VIÁRIA FLORESTAL

1A Ordem

1B Ordem

2ª Ordem

3ª Ordem

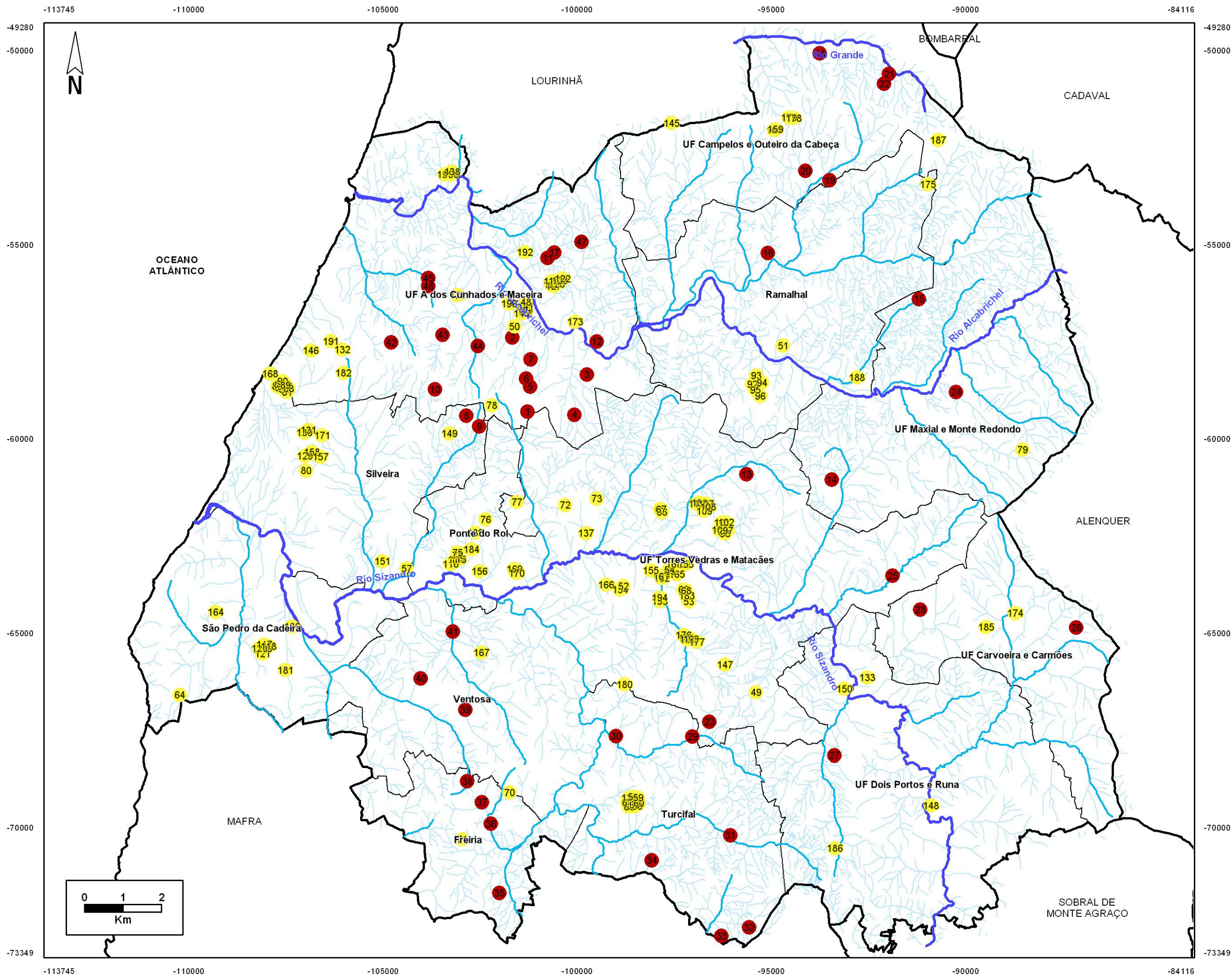
SISTEMA DE COORDENADAS
Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO
DGT, CAOP 2013, julho-2013.
CMTV, 2014

REALIZAÇÃO
Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014

 **Torres Vedras**
Câmara Municipal

MAPA N.º 7



CONCELHO DE TORRES VEDRAS: REDE DE PONTOS DE ÁGUA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Concelho
- Freguesia

PONTO DE ÁGUA

- Aéreo
- Terrestre

HIDROGRAFIA

- Curso de água permanente
- Rio (não navegável)
- Curso de água não permanente
- Linha de água classificada
- Linha de água

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

DGT, CAOP 2013, julho-2013.

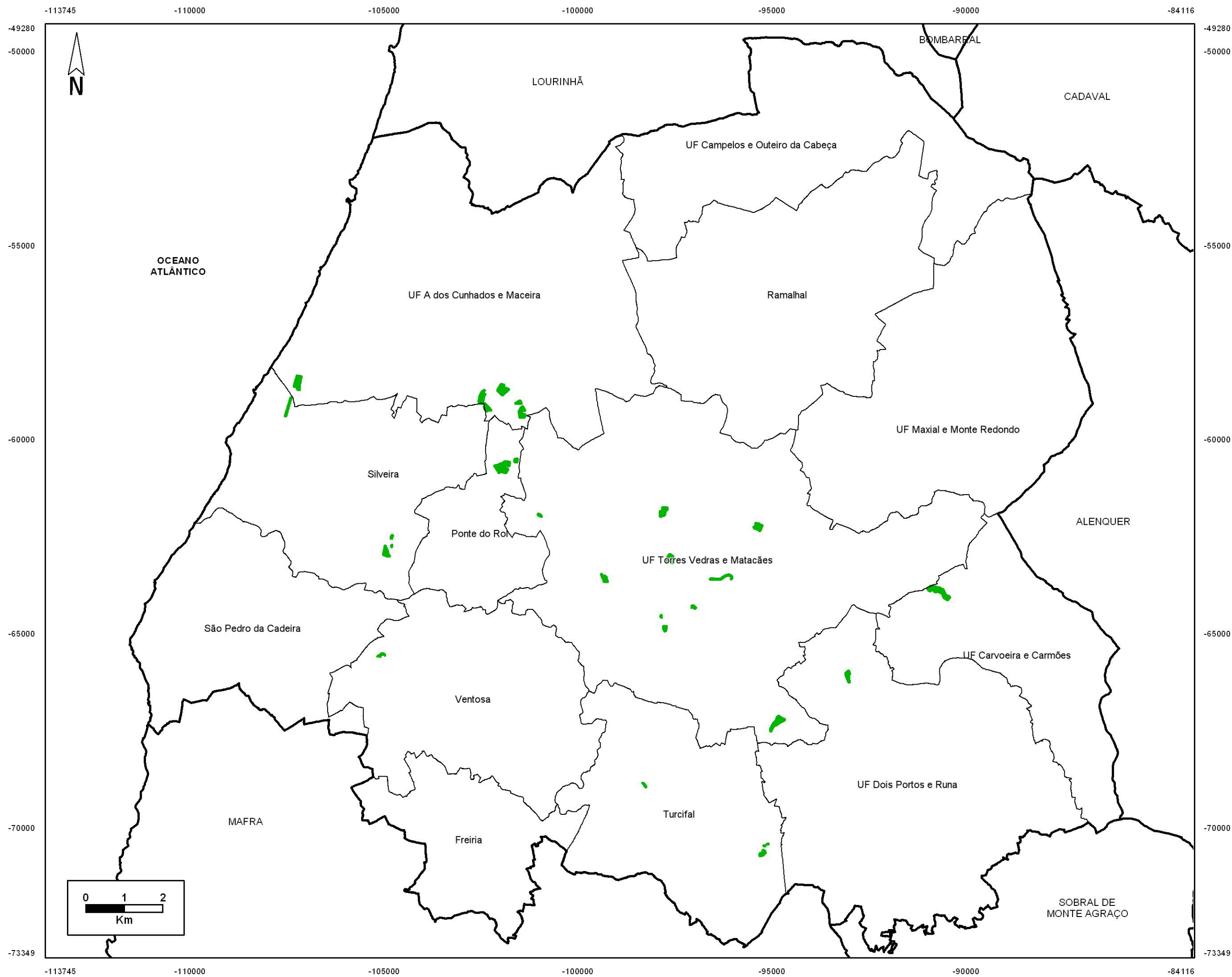
CMTV, 2014

REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014



MAPA N.º 8



**CONCELHO DE
TORRES VEDRAS:
SILVICULTURA NO
ÂMBITO DA DFCI 2013**

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

-  Concelho
-  Freguesia

**SILVICULTURA NO ÂMBITO
DA DFCI**

-  SF 07-16B - 2013

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

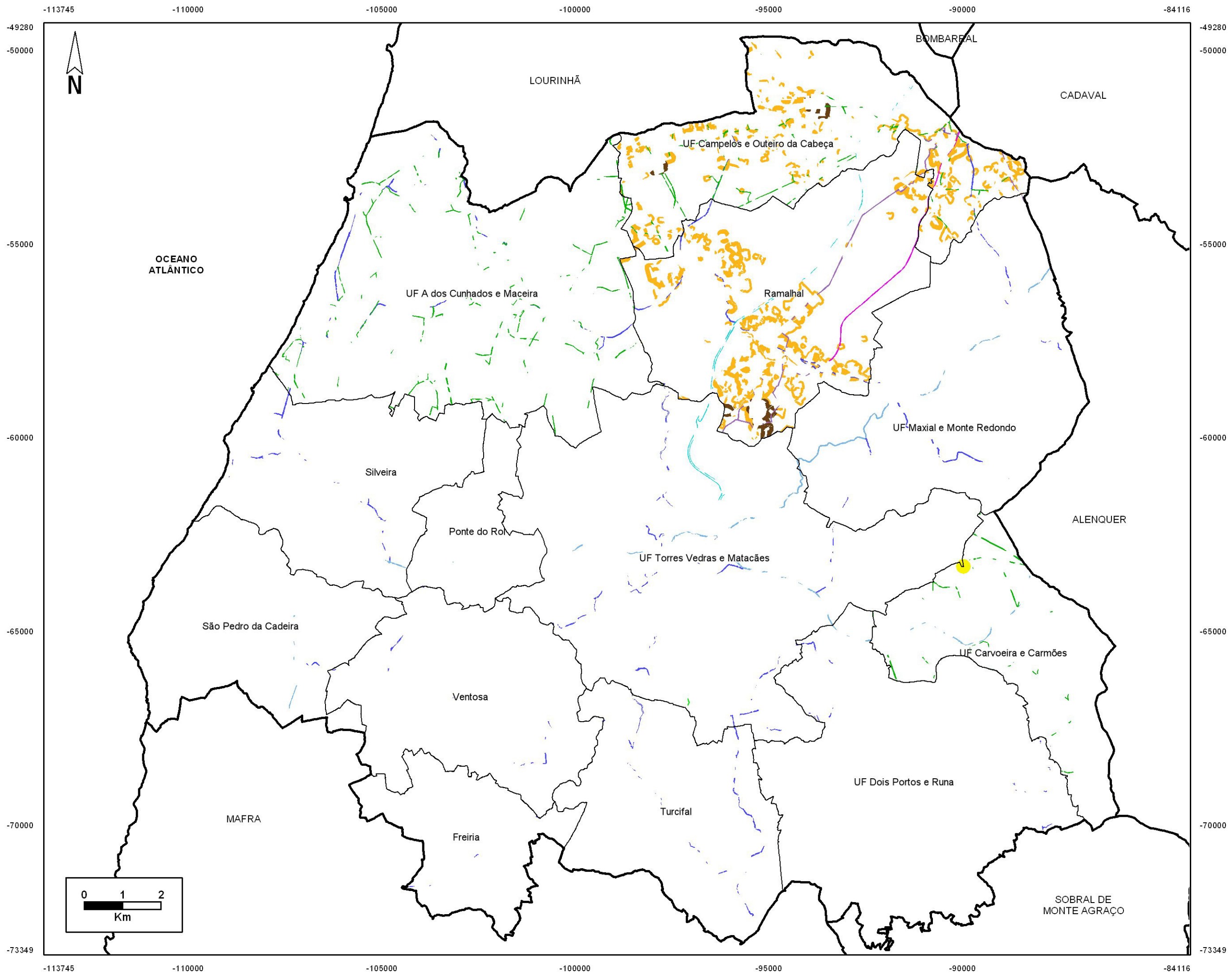
DGT, CAOP 2013, julho-2013.
DGT, COS 2007, setembro 2014
CMTV, COS 2010, dezembro 2014
CMTV, dezembro 2014

REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014



MAPA N.º 9



**CONCELHO DE
TORRES VEDRAS:
PLANEAMENTO DAS AÇÕES
NA REDE DE FAIXAS DE
GESTÃO DE COMBUSTÍVEL,
REDE VIÁRIA FLORESTAL E
REDE DE PONTOS DE ÁGUA
2015**

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Concelho
- Freguesia

FGC - RESPONSÁVEL GC

- 10 - ENEL
- 6 - LisboaGás
- 4 - Auto-Estradas do Atlântico
- 5 - REFER
- 10 e 13 - EDP
- 4 - Estradas de Portugal
- 3 - Entidade gestora
- 4 - CMTV
- 1 e 2 - Proprietários

RPA - CLASSE PA

- Terrestre / Construção

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

DGT, CAOP 2013, julho-2013.

DGT, COS 2007, setembro 2014

CMTV, COS 2010, dezembro 2014

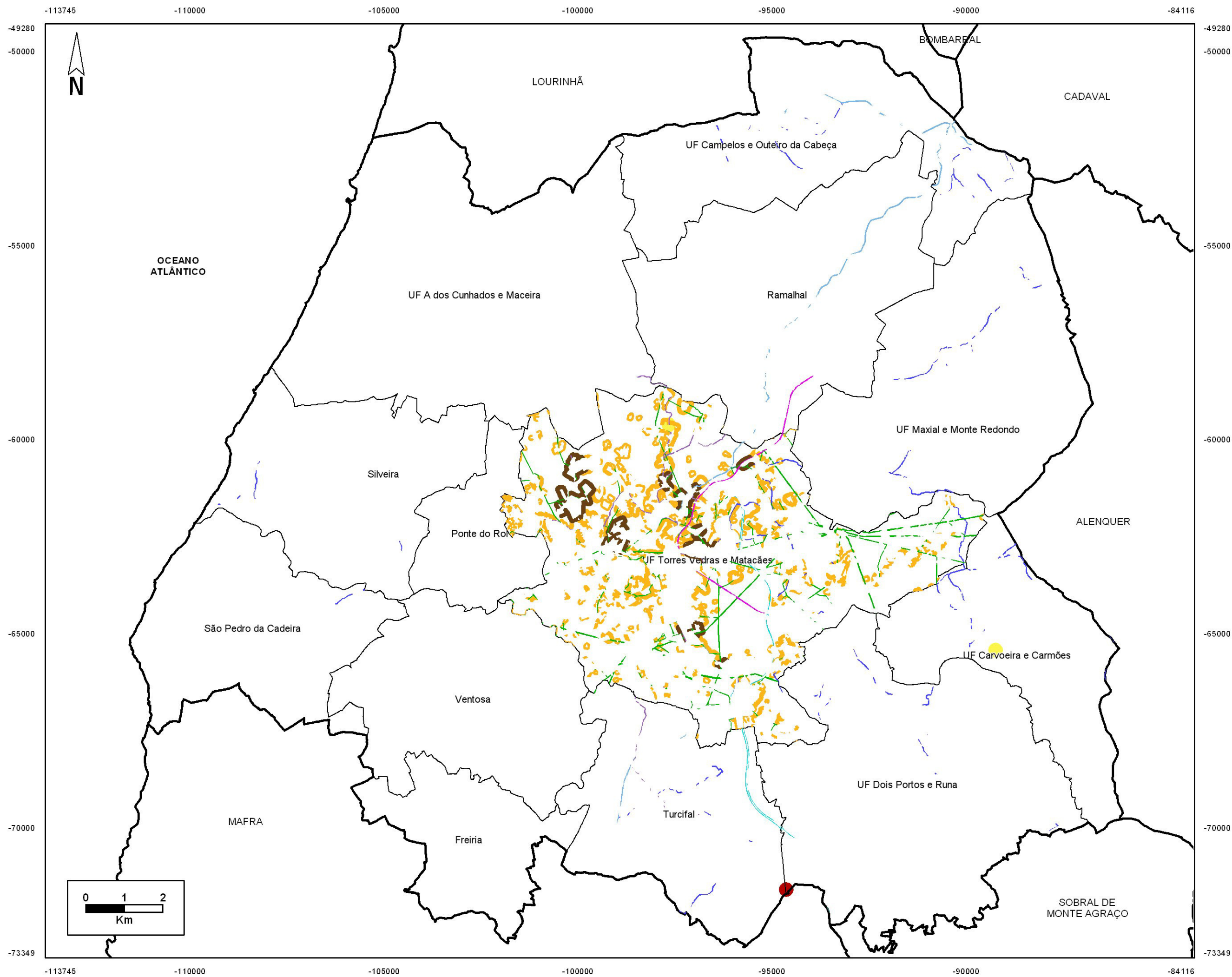
CMTV, dezembro 2014

REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014



MAPA N.º 10



CONCELHO DE TORRES VEDRAS:
PLANEAMENTO DAS AÇÕES
NA REDE DE FAIXAS DE
GESTÃO DE COMBUSTÍVEL,
REDE VIÁRIA FLORESTAL E
REDE DE PONTOS DE ÁGUA
2016

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Concelho

Freguesia

FGC - RESPONSÁVEL GC

6 - LisboaGás

4 - Auto-Estradas do Atlântico

5 - REFER

10 e 13 - EDP

4 - Estradas de Portugal

3 - Entidade gestora

4 - CMTV

1 e 2 - Proprietários

RPA - CLASSE PA

Terrestre / Construção

Misto / Construção

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

DGT, [CAOP 2013](#), julho-2013.

DGT, [COS 2007](#), setembro 2014

CMTV, [COS 2010](#), dezembro 2014

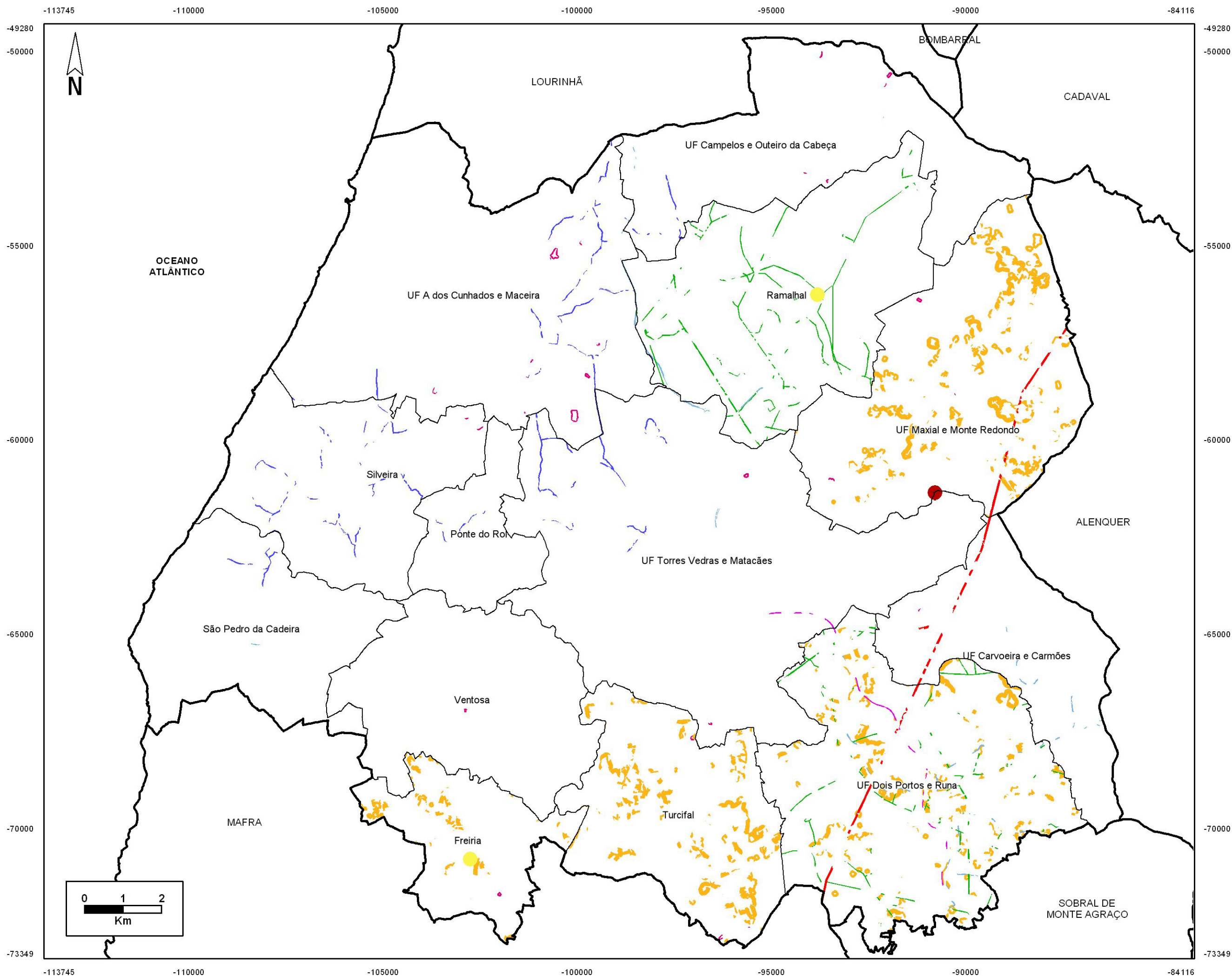
CMTV, dezembro 2014

REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014

 **Torres Vedras**
Câmara Municipal

MAPA N.º 11



CONCELHO DE TORRES VEDRAS:
PLANEAMENTO DAS AÇÕES
NA REDE DE FAIXAS DE
GESTÃO DE COMBUSTÍVEL,
REDE VIÁRIA FLORESTAL E
REDE DE PONTOS DE ÁGUA
2017

DIVISÃO ADMINISTRATIVA
□ Concelho
□ Freguesia

FGC - RESPONSÁVEL GC
■ 7 - REN
■ 5 - REFER
■ 10 e 13 - EDP
■ 4 - Estradas de Portugal
■ 4 - CMTV
■ 1 e 2 - Proprietários
■ 12 - Privado

RPA - CLASSE PA
● Terrestre / Construção
● Misto / Construção

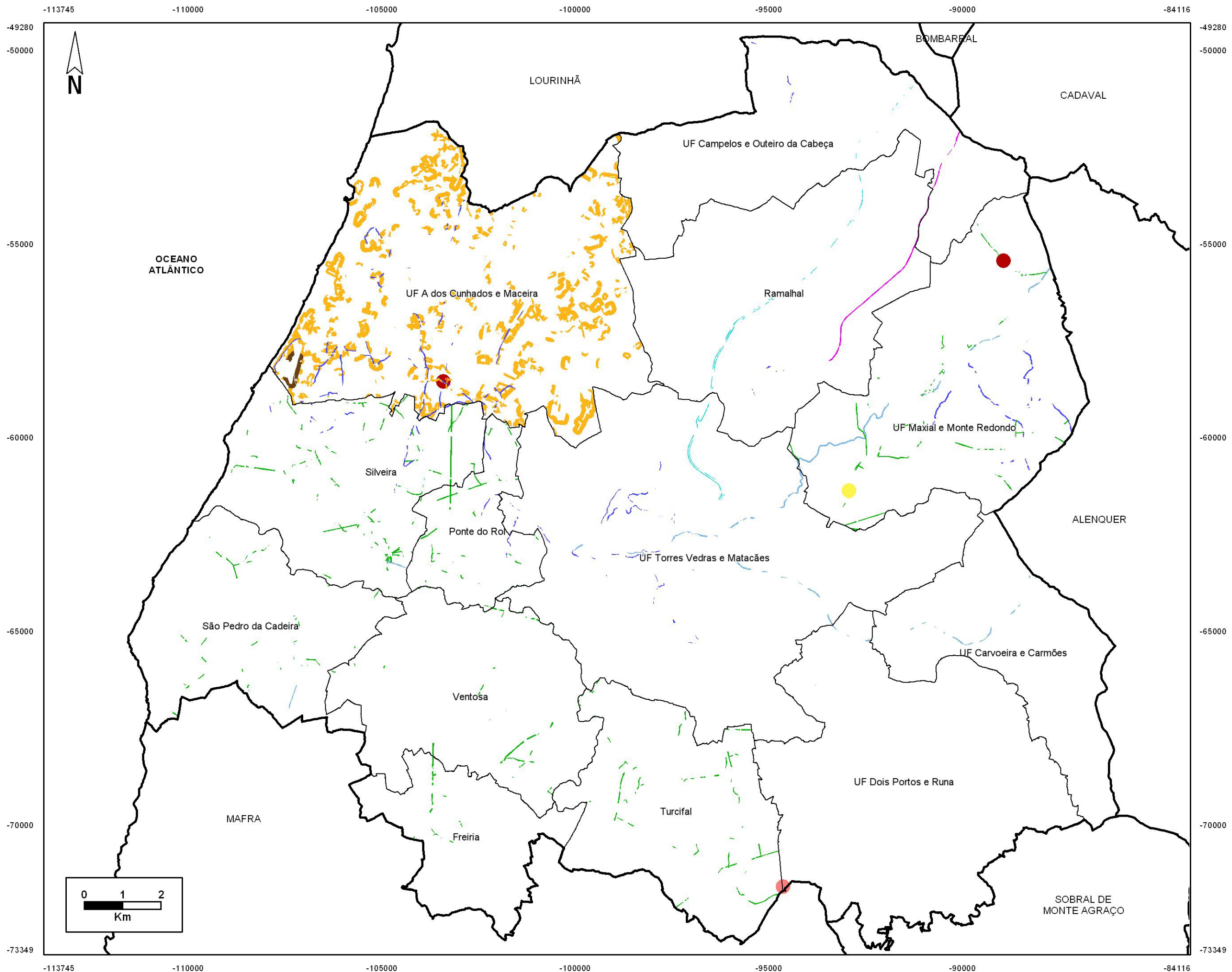
SISTEMA DE COORDENADAS
Hayford-Gauss Datum 73

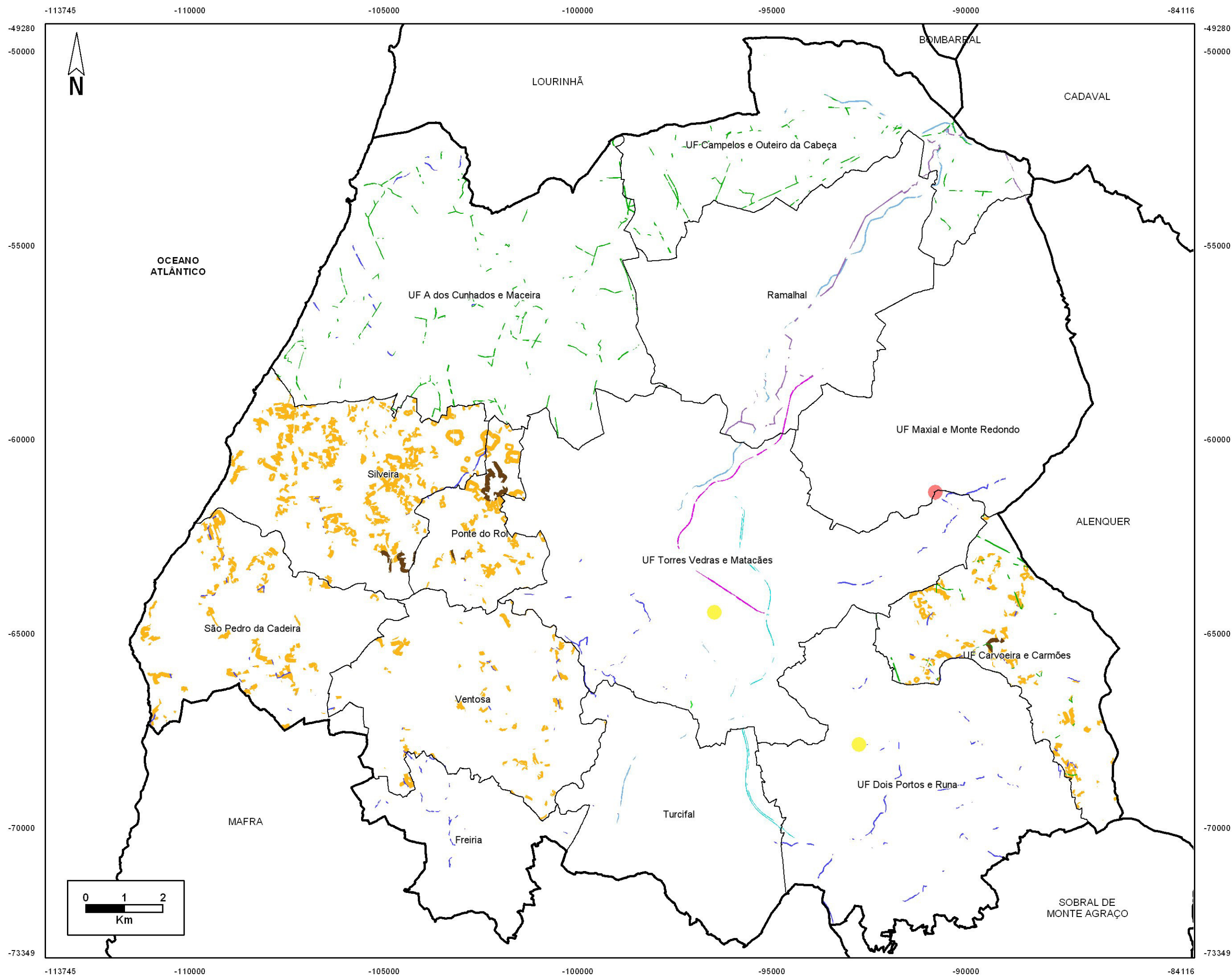
FONTES DE INFORMAÇÃO
DGT, CAOP 2013, julho-2013.
DGT, COS 2007, setembro 2014
CMTV, COS 2010, dezembro 2014
CMTV, dezembro 2014

REALIZAÇÃO
Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014

**Torres Vedras**
Câmara Municipal

MAPA N.º 12





CONCELHO DE TORRES VEDRAS:
PLANEAMENTO DAS AÇÕES
NA REDE DE FAIXAS DE
GESTÃO DE COMBUSTÍVEL,
REDE VIÁRIA FLORESTAL E
REDE DE PONTOS DE ÁGUA
2019

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Concelho
- Freguesia

FGC - RESPONSÁVEL GC

- 10 - ENEL
- 6 - LisboaGás
- 4 - Auto-Estradas do Atlântico
- 5 - REFER
- 10 e 13 - EDP
- 4 - Estradas de Portugal
- 3 - Entidade gestora
- 4 - CMTV
- 1 e 2 - Proprietários

RPA - CLASSE PA

- Terrestre / Construção
- Misto / Manutenção

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

DGT, CAOP 2013, julho-2013.

DGT, COS 2007, setembro 2014

CMTV, COS 2010, dezembro 2014

CMTV, dezembro 2014

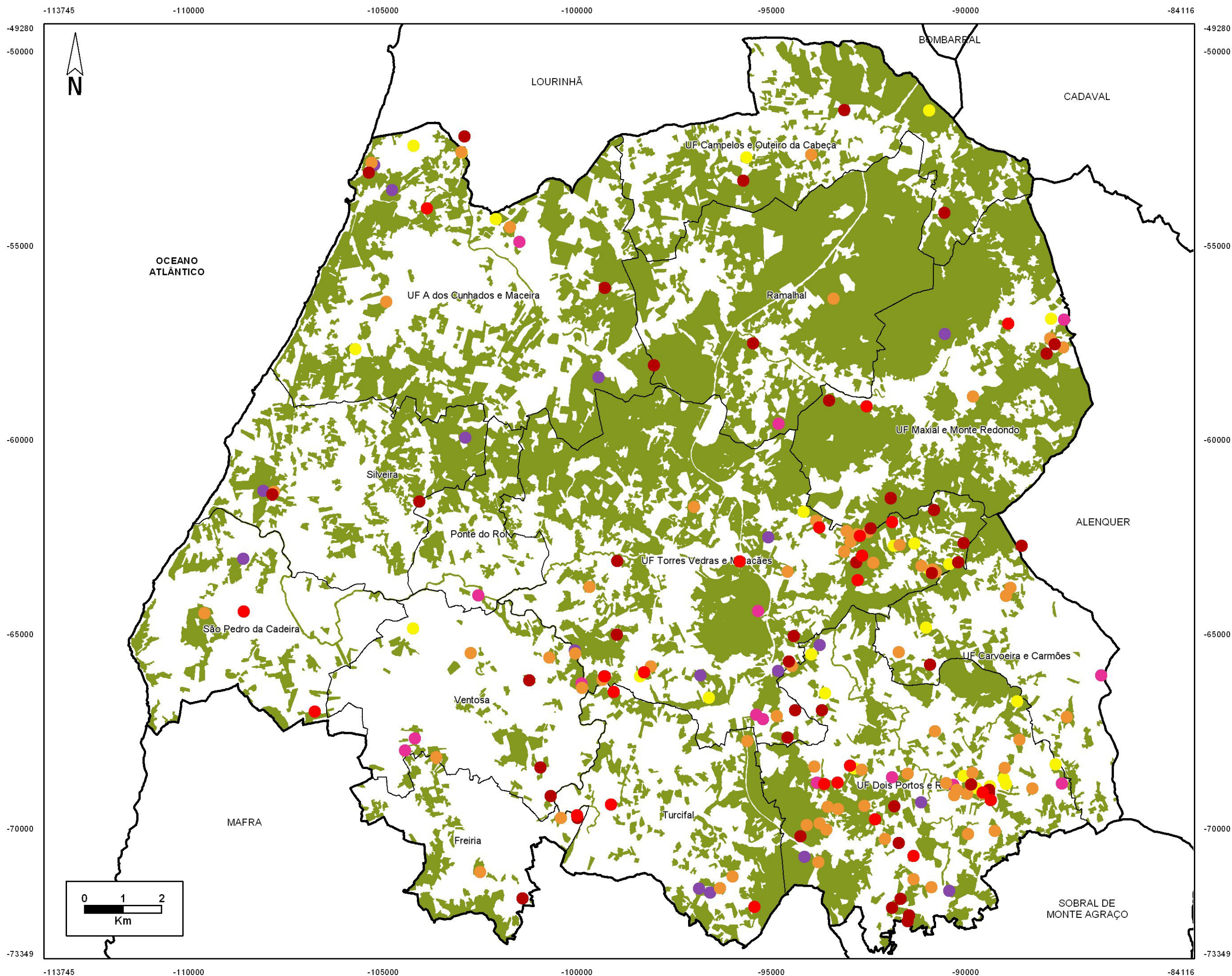
REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014



Torres Vedras
Câmara Municipal

MAPA N.º 14



CONCELHO DE TORRES VEDRAS: ZONAS PRIORITÁRIAS DE DISSUAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Concelho
- Freguesia

ZONAS PRIORITÁRIAS DE DISSUAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

- Espaço Florestal

PONTO DE INÍCIO - ANO

- 2013
- 2012
- 2011
- 2010
- 2009
- 2008

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

DGT, [CAOP 2013](#), julho-2013.

DGT, [COS 2007](#), setembro 2014

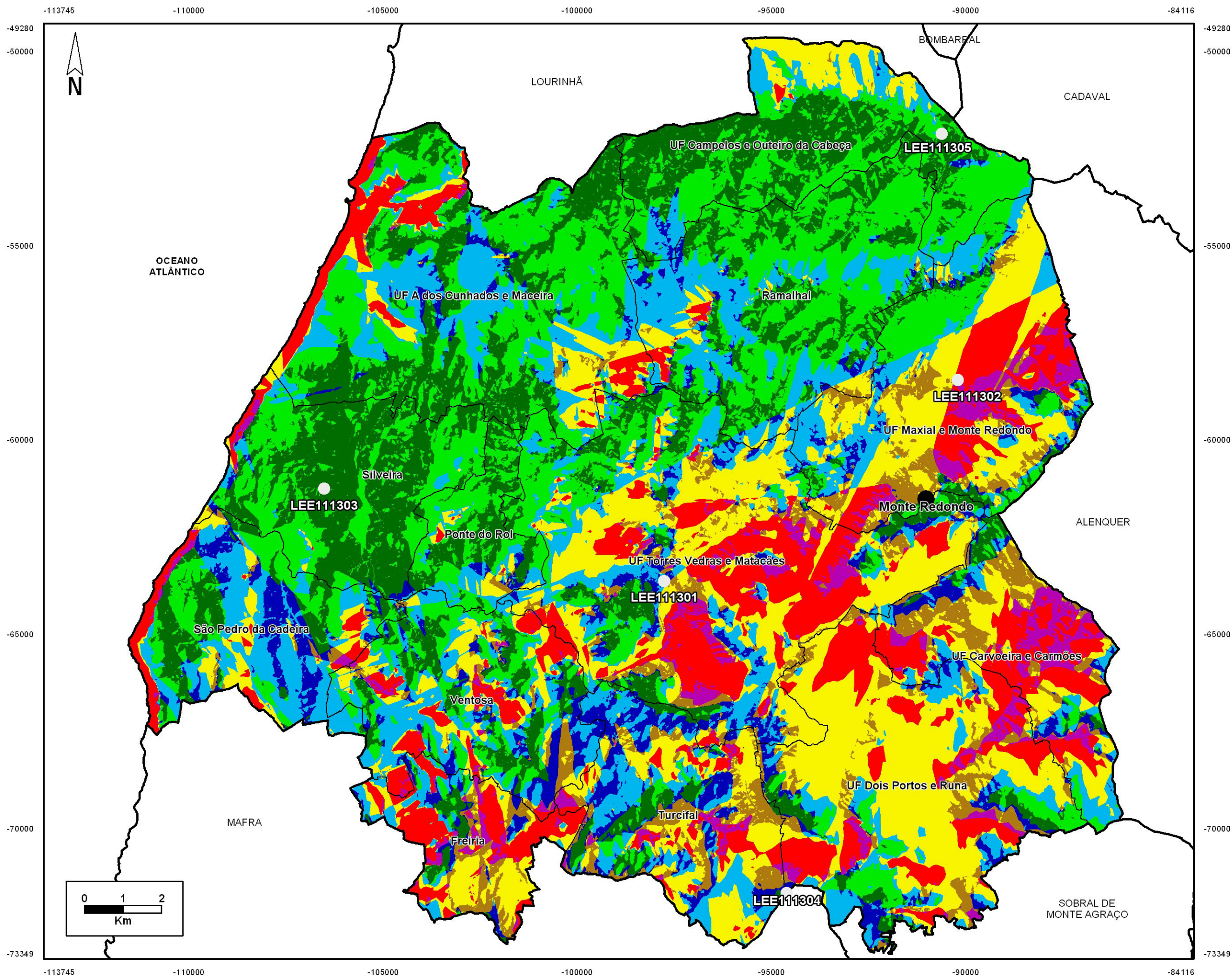
CMTV, [COS 2010](#), dezembro 2014

REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014



MAPA N.º 15



CONCELHO DE TORRES VEDRAS: REDE DE VIGILÂNCIA E DETECÇÃO DE INCÊNDIOS

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Freguesia
- Municípios

POSTOS DE VIGIA

- Postos de vigia

LOCAIS ESTRATÉGICOS DE ESTACIONAMENTO (LEE)

- LEE

INTERVISIBILIDADES

- Não visível por posto de vigia ou LEE
- Não visível por 1 posto de vigia e visível por LEE
- Visível por 1 posto de vigia e não visível por LEE
- Visível por 1 posto de vigia e visível por LEE
- Visível por 2 postos de vigia e não visível por LEE
- Visível por 2 postos de vigia e visível por LEE
- Visível por 3 ou mais postos de vigia e não visível por LEE
- Visível por 3 ou mais postos de vigia e visível por LEE

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

DGT, CAOP 2013, julho-2013.

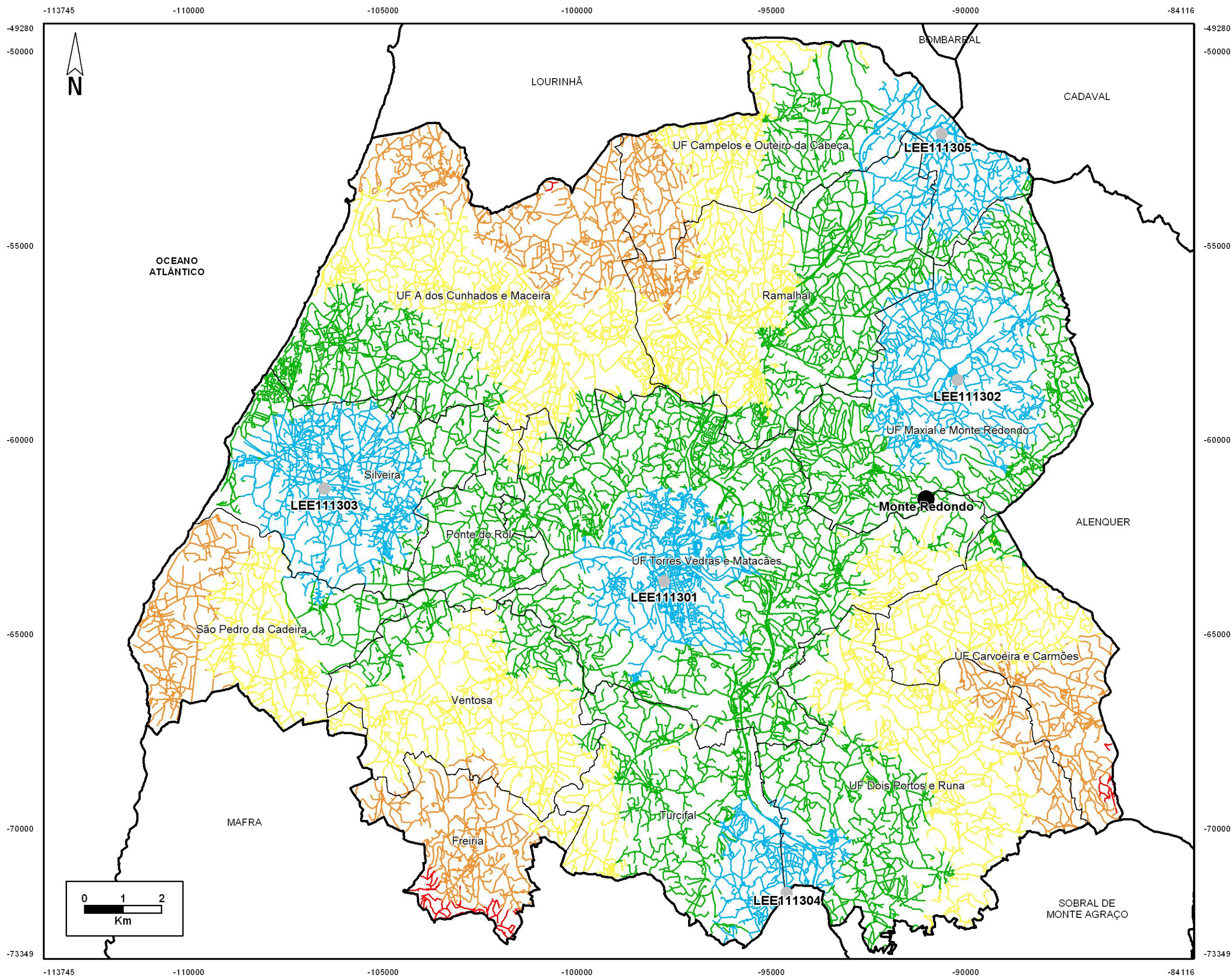
CMTV, 2014

REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014



MAPA N.º 16



CONCELHO DE TORRES VEDRAS: TEMPO POTENCIAL DE CHEGADA PARA 1ª INTERVENÇÃO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Freguesia
- Municípios

POSTOS DE VIGIA

- Postos de vigia

LOCAIS ESTRATÉGICOS DE ESTACIONAMENTO (LEE)

- LEE

TEMPO POTENCIAL DE CHEGADA - 1ª INTERVENÇÃO

- 0 - 5 minutos
- 5 - 10 minutos
- 10 - 15 minutos
- 15 - 20 minutos
- 20 - 25 minutos

SISTEMA DE COORDENADAS

Hayford-Gauss Datum 73

FONTES DE INFORMAÇÃO

DGT, CAOP 2013, julho-2013.

CMTV, 2014

REALIZAÇÃO

Gabinete Técnico Florestal,
DGAU - AAFEV,
dezembro 2014



MAPA N.º 17

ANEXO II

Quadros de Apoio

Quadro 1. Reclassificação dos Modelos de Combustíveis Florestais em função da Carta de Ocupação do Solo (COS 2007 - nível V), para o Concelho de Torres Vedras

COS 2007 - Nível V	Modelo de Combustíveis Florestais
1.1.1.01.1 Tecido urbano contínuo predominantemente vertical	0
1.1.1.02.1 Tecido urbano contínuo predominantemente horizontal	0
1.1.1.03.1 Áreas de estacionamento e logradouros	0
1.1.2.01.1 Tecido urbano descontínuo	0
1.1.2.02.1 Tecido urbano descontínuo esparso	0
1.2.1.01.1 Indústria	0
1.2.1.02.1 Comércio	0
1.2.1.03.1 Instalações agrícolas	0
1.2.1.04.1 Equipamentos públicos e privados	0
1.2.1.07.1 Infra-estruturas de tratamento de resíduos e águas residuais	0
1.2.2.01.1 Rede viária e espaços associados	0
1.2.2.02.1 Rede ferroviária e espaços associados	0
1.2.4.02.1 Aeródromos	0
1.3.1.02.1 Pedreiras	0
1.3.2.02.1 Lixeiras e Sucatas	0
1.3.3.01.1 Áreas em construção	0
1.4.1.01.1 Parques e jardins	0
1.4.1.02.1 Cemitérios	0
1.4.2.01.1 Campos de golfe	0
1.4.2.01.2 Outras instalações desportivas	0
1.4.2.02.1 Parques de campismo	0
1.4.2.02.2 Outros equipamentos de lazer	0
1.4.2.03.1 Equipamentos culturais e zonas históricas	0
2.1.1.01.1 Culturas temporárias de sequeiro	2
2.1.1.02.1 Estufas e Viveiros	0
2.1.2.01.1 Culturas temporárias de regadio	1
2.2.1.01.1 Vinhas	1
2.2.1.02.1 Vinhas com pomar	1
2.2.1.03.1 Vinhas com olival	1
2.2.2.01.1 Pomares de frutos frescos	1
2.2.2.01.6 Outros pomares	1
2.2.2.02.1 Pomares de frutos frescos com vinha	1
2.2.2.03.1 Pomares de frutos frescos com olival	1
2.2.2.03.6 Outros pomares com olival	1
2.2.3.01.1 Olivais	2
2.3.1.01.1 Pastagens permanentes	3
2.4.1.01.1 Culturas temporárias de sequeiro associadas a vinha	2
2.4.1.01.2 Culturas temporárias de sequeiro associadas a pomar	2
2.4.1.01.3 Culturas temporárias de sequeiro associadas a olival	2
2.4.1.02.1 Culturas temporárias de regadio associadas a vinha	2
2.4.1.02.2 Culturas temporárias de regadio associadas a pomar	2
2.4.1.02.3 Culturas temporárias de regadio associadas a olival	2
2.4.1.03.2 Pastagens associadas a pomar	1
2.4.2.01.1 Sistemas culturais e parcelares complexos	1
2.4.3.01.1 Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	3
3.1.1.01.1 Florestas de sobreiro	8
3.1.1.01.3 Florestas de outros carvalhos	8
3.1.1.01.5 Florestas de eucalipto	9

3.1.1.01.7 Florestas de outras folhosas	9
3.1.1.02.1 Florestas de sobreiro com folhosas	8
3.1.1.02.3 Florestas de outros carvalhos com folhosas	8
3.1.1.02.5 Florestas de eucalipto com folhosas	9
3.1.1.02.7 Florestas de outra folhosa com folhosas	9
3.1.2.01.1 Florestas de pinheiro bravo	9
3.1.2.01.2 Florestas de pinheiro manso	9
3.1.2.01.3 Florestas de outras resinosas	9
3.1.2.02.1 Florestas de pinheiro bravo com resinosas	9
3.1.2.02.3 Florestas de outra resinosa com resinosas	9
3.1.3.01.1 Florestas de sobreiro com resinosas	8
3.1.3.01.5 Florestas de eucalipto com resinosas	9
3.1.3.01.7 Florestas de outra folhosa com resinosas	9
3.1.3.01.8 Florestas de misturas de folhosas com resinosas	9
3.1.3.02.1 Florestas de pinheiro bravo com folhosas	9
3.1.3.02.2 Florestas de pinheiro manso com folhosas	9
3.1.3.02.3 Florestas de outra resinosa com folhosas	9
3.1.3.02.4 Florestas de misturas de resinosas com folhosas	9
3.2.1.01.1 Vegetação herbácea natural	2
3.2.2.01.1 Matos densos	4
3.2.2.02.1 Matos pouco densos	5
3.2.3.01.1 Vegetação esclerófito densa	4
3.2.3.02.1 Vegetação esclerófito pouco densa	5
3.2.4.01.1 Florestas abertas de sobreiro	8
3.2.4.01.5 Florestas abertas de eucalipto	9
3.2.4.01.7 Florestas abertas de outras folhosas	9
3.2.4.02.1 Florestas abertas de sobreiro com folhosas	8
3.2.4.02.7 Florestas abertas de outra folhosa com folhosas	9
3.2.4.03.1 Florestas abertas de pinheiro bravo	9
3.2.4.03.2 Florestas abertas de pinheiro manso	9
3.2.4.03.3 Florestas abertas de outras resinosas	9
3.2.4.05.1 Florestas abertas de sobreiro com resinosas	8
3.2.4.05.5 Florestas abertas de eucalipto com resinosas	9
3.2.4.05.8 Florestas abertas de misturas de folhosas com resinosas	9
3.2.4.06.1 Florestas abertas de pinheiro bravo com folhosas	9
3.2.4.06.2 Florestas abertas de pinheiro manso com folhosas	9
3.2.4.06.4 Florestas abertas de misturas de resinosas com folhosas	9
3.2.4.07.1 Outras formações lenhosas	9
3.2.4.08.1 Cortes rasos	9
3.2.4.08.2 Novas plantações	9
3.2.4.10.1 Aceiros e/ou corta-fogos	9
3.3.1.01.1 Praias, dunas e areais interiores	0
3.3.1.02.1 Praias, dunas e areais costeiros	0
3.3.2.01.1 Rocha nua	0
3.3.3.01.1 Vegetação esparsa	5
3.3.4.01.1 Áreas ardidas	5
4.1.1.01.1 Paúis	0
5.1.1.01.1 Cursos de água naturais	0
5.1.2.01.1 Lagos e lagoas interiores artificiais	0
5.1.2.03.2 Charcas	0
5.2.3.01.1 Oceano	0

Quadro 2. Reclassificação da Susceptibilidade, Vulnerabilidade e Valor Económico em função da Carta de Ocupação do Solo (COS 2007 - nível V), para o Concelho de Torres Vedras

COS 2007 - Nível V	Susceptibilidade	Vulnerabilidade	Valor por ha
1.1.1.01.1 Tecido urbano contínuo predominantemente vertical	0	0	0
1.1.1.02.1 Tecido urbano contínuo predominantemente horizontal	0	0	0
1.1.1.03.1 Áreas de estacionamento e logradouros	0	0	0
1.1.2.01.1 Tecido urbano descontínuo	0	0	0
1.1.2.02.1 Tecido urbano descontínuo esparso	0	0	0
1.1.2.03.1 Tecido urbano isolado	0	0	0
1.2.1.01.1 Indústria	0	0	0
1.2.1.02.1 Comércio	0	0	0
1.2.1.03.1 Instalações agrícolas	0	0	0
1.2.1.04.1 Equipamentos públicos e privados	0	0	0
1.2.1.07.1 Infra-estruturas de tratamento de resíduos e águas residuais	0	0	0
1.2.2.01.1 Rede viária e espaços associados	0	0	0
1.2.2.02.1 Rede ferroviária e espaços associados	0	0	0
1.2.4.02.1 Aeródromos	0	0	0
1.3.1.02.1 Pedreiras	0	0	0
1.3.2.02.1 Lixeiras e Sucatas	3	0,5	0
1.3.3.01.1 Áreas em construção	0	0	0
1.4.1.01.1 Parques e jardins	0	0	0
1.4.1.02.1 Cemitérios	0	0	0
1.4.2.01.1 Campos de golfe	0	0	0
1.4.2.01.2 Outras instalações desportivas	0	0	0
1.4.2.02.1 Parques de campismo	0	0	0
1.4.2.02.2 Outros equipamentos de lazer	0	0	0
1.4.2.03.1 Equipamentos culturais e zonas históricas	0	0	0
2.1.1.01.1 Culturas temporárias de sequeiro	3	0,6	100
2.1.1.02.1 Estufas e Viveiros	3	0,7	15000
2.1.2.01.1 Culturas temporárias de regadio	2	0,3	900
2.2.1.01.1 Vinhas	2	0,4	1500
2.2.1.02.1 Vinhas com pomar	2	0,4	2000
2.2.1.03.1 Vinhas com olival	2	0,4	2000
2.2.2.01.1 Pomares de frutos frescos	2	0,4	2000
2.2.2.01.6 Outros pomares	2	0,4	2000
2.2.2.02.1 Pomares de frutos frescos com vinha	2	0,4	2000
2.2.2.03.1 Pomares de frutos frescos com olival	2	0,4	3000
2.2.2.03.6 Outros pomares com olival	2	0,4	3000
2.2.3.01.1 Olivais	3	0,4	4000
2.3.1.01.1 Pastagens permanentes	3	0,6	150
2.4.1.01.1 Culturas temporárias de sequeiro associadas a vinha	3	0,6	1600
2.4.1.01.2 Culturas temporárias de sequeiro associadas a pomar	3	0,6	2600
2.4.1.01.3 Culturas temporárias de sequeiro associadas a olival	3	0,6	4100
2.4.1.02.1 Culturas temporárias de regadio associadas a vinha	2	0,3	1800
2.4.1.02.2 Culturas temporárias de regadio associadas a	2	0,3	2800

pomar			
2.4.1.02.3 Culturas temporárias de regadio associadas a olival	2	0,3	4500
2.4.1.03.2 Pastagens associadas a pomar	2	0,4	2150
2.4.2.01.1 Sistemas culturais e parcelares complexos	3	0,6	2000
2.4.3.01.1 Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	4	0,6	1500
3.1.1.01.1 Florestas de sobreiro	4	0,5	618
3.1.1.01.3 Florestas de outros carvalhos	4	0,6	87
3.1.1.01.5 Florestas de eucalipto	4	0,75	136
3.1.1.01.7 Florestas de outras folhosas	4	0,5	1507
3.1.1.02.1 Florestas de sobreiro com folhosas	4	0,5	618
3.1.1.02.3 Florestas de outros carvalhos com folhosas	4	0,6	87
3.1.1.02.5 Florestas de eucalipto com folhosas	4	0,75	136
3.1.1.02.7 Florestas de outra folhosa com folhosas	4	0,5	1507
3.1.2.01.1 Florestas de pinheiro bravo	4	1	91
3.1.2.01.2 Florestas de pinheiro manso	4	0,7	494
3.1.2.01.3 Florestas de outras resinosas	4	1	84
3.1.2.02.1 Florestas de pinheiro bravo com resinosas	4	1	91
3.1.2.02.3 Florestas de outra resinosa com resinosas	4	1	84
3.1.3.01.1 Florestas de sobreiro com resinosas	4	0,5	618
3.1.3.01.5 Florestas de eucalipto com resinosas	4	0,75	136
3.1.3.01.7 Florestas de outra folhosa com resinosas	4	0,5	1507
3.1.3.01.8 Florestas de misturas de folhosas com resinosas	4	0,5	1507
3.1.3.02.1 Florestas de pinheiro bravo com folhosas	4	1	91
3.1.3.02.2 Florestas de pinheiro manso com folhosas	4	0,7	494
3.1.3.02.3 Florestas de outra resinosa com folhosas	4	1	84
3.1.3.02.4 Florestas de misturas de resinosas com folhosas	4	0,75	821
3.2.1.01.1 Vegetação herbácea natural	4	0,3	35
3.2.2.01.1 Matos densos	4	0,4	52
3.2.2.02.1 Matos pouco densos	4	0,4	52
3.2.3.01.1 Vegetação esclerófito densa	4	0,4	52
3.2.3.02.1 Vegetação esclerófito pouco densa	4	0,4	52
3.2.4.01.1 Florestas abertas de sobreiro	4	0,5	618
3.2.4.01.5 Florestas abertas de eucalipto	4	0,75	136
3.2.4.01.7 Florestas abertas de outras folhosas	4	0,5	1507
3.2.4.02.1 Florestas abertas de sobreiro com folhosas	4	0,5	618
3.2.4.02.7 Florestas abertas de outra folhosa com folhosas	4	0,5	1507
3.2.4.03.1 Florestas abertas de pinheiro bravo	4	1	91
3.2.4.03.2 Florestas abertas de pinheiro manso	4	0,7	494
3.2.4.03.3 Florestas abertas de outras resinosas	4	1	84
3.2.4.05.1 Florestas abertas de sobreiro com resinosas	4	0,5	618
3.2.4.05.5 Florestas abertas de eucalipto com resinosas	4	0,75	136
3.2.4.05.8 Florestas abertas de misturas de folhosas com resinosas	4	0,5	1507
3.2.4.06.1 Florestas abertas de pinheiro bravo com folhosas	4	1	91
3.2.4.06.2 Florestas abertas de pinheiro manso com folhosas	4	0,7	494
3.2.4.06.4 Florestas abertas de misturas de resinosas com folhosas	4	1	84
3.2.4.07.1 Outras formações lenhosas	4	0,4	52
3.2.4.08.1 Cortes rasos	4	0,75	136
3.2.4.08.2 Novas plantações	4	0,75	136
3.2.4.10.1 Aceiros e/ou corta-fogos	4	0,75	136
3.3.1.01.1 Praias, dunas e areais interiores	2	0	0

3.3.1.02.1 Praias, dunas e areais costeiros	2	0	0
3.3.2.01.1 Rocha nua	2	0	0
3.3.3.01.1 Vegetação esparsa	4	0,4	52
3.3.4.01.1 Áreas ardidas	4	0,4	52
4.1.1.01.1 Paúis	0	0	0
5.1.1.01.1 Cursos de água naturais	0	0	0
5.1.2.01.1 Lagos e lagoas interiores artificiais	0	0	0
5.1.2.03.2 Charcas	0	0	0
5.2.3.01.1 Oceano	0	0	0

ANEXO III

**Metodologia
utilizada para
elaboração da
Cartografia de
risco, passo a passo**

Abaixo descreve-se a metodologia utilizada para a elaboração da cartografia de risco, passo a passo:

Cálculo da probabilidade:

1º Utilizaram-se as áreas ardidas oficiais disponíveis no ICNF, para um período de treze anos (2000-2013) e também as áreas cartografadas pelo Gabinete Técnico Florestal desde 2006, estas áreas foram separadas por ano e foi criado um ficheiro *vectorial* para cada ano. Em seguida converteram-se a informação em *formato vectorial* para *formato raster* com pixéis de 5mx5m, que de seguida foi reclassificado, atribuindo-se o valor 0 aos pixéis que não tinham qualquer valor.

2º Foram somados todos os anos em *formato raster* e o resultado da soma foi multiplicado por 100 e dividido pelos catorze anos, alvo de estudo. Desse cálculo utilizou-se apenas o valor inteiro, ignorando-se as casas decimais. Em seguida foi reclassificado o *raster* de probabilidade de modo a que todas as áreas que arderam apenas uma vez foram igualadas às que nunca arderam, de modo a isolar-se fenómenos sem recorrência. As áreas que nunca arderam foram reclassificadas de zero para um, de modo a não funcionar como elemento absorvente.

Cálculo da susceptibilidade:

1º Foi criado o modelo digital do terreno (MDT 5mx5m), do qual se derivaram os declives, estes foram reclassificados em 5 classes (em graus), sendo que à classe de 0 a 5 foi atribuído o valor 2, à classe de 5 a 10, foi atribuído o valor 3, à classe de 10 a 15, foi atribuído o valor 4, à classe de 15 a 20, foi atribuído o valor 5 e à classe de 20 e superiores, foi atribuído o valor 6.

2º Foi convertida a ocupação do solo em *formato vectorial* para *formato raster* com pixéis de 5mx5m, tendo sido reclassificado o *raster* por classes de susceptibilidade conforme o Quadro 2 do Anexo II.

3º Multiplicou-se os *formatos raster* reclassificados, de ocupação do solo pelos declives.

Cálculo da perigosidade:

4º O resultado da multiplicação anterior foi utilizado, para multiplicar pela probabilidade já anteriormente calculada, em seguida efectuou-se a reclassificação dessa multiplicação, por quantis com 5 classes, tendo sido esse o resultado encontrado para a perigosidade.

Cálculo da vulnerabilidade:

5º Utilizou-se a cartografia anteriormente validada de ocupação do solo e seguindo a tabela do guia técnico, atribuiu-se um valor de vulnerabilidade a cada elemento de risco, ou seja, a cada tipificação de ocupação do solo de acordo com o Quadro 2 do Anexo II, tendo sido convertida essa informação para formato *raster* com pixels de 5mx5m.

Cálculo do valor económico:

5º Da mesma forma como foi obtida a vulnerabilidade, assim se obteve o valor económico, utilizando o guia técnico e nos casos que este não apresta valores, foi efectuada uma pesquisa para obter esses valores em falta, sendo que nas ocupações agrícolas o valor atribuído equivale apenas a 10% da perda. Foi efectuado um raster de 5mx5m correspondente ao valor económico associado a cada pixel de 25m².

Cálculo do dano potencial:

6º Foi efetuada a multiplicação dos *raster* da vulnerabilidade pelo valor económico, da qual resultou o dano potencial.

Cálculo do risco:

7º Utilizou-se o ficheiro da perigosidade em formato *raster*, por reclassificar e multiplicou-se esse *raster* pelo que foi convertido no passo descrito anteriormente (dano potencial). O resultado obtido, desta multiplicação foi o risco de incêndio. Para definição das classes de risco de incêndio florestal foi utilizado o método dos quintais para reclassificar o raster anterior.

ANEXO IV

NORMAS PARA EDIFICAÇÃO EM ESPAÇO RURAL

A presente norma será publicitada no sítio da Internet da Câmara Municipal de Torres Vedras.

Em Portugal a evolução da floresta está intimamente relacionada com a atividade humana, constituindo um dos recursos mais importante do país. Em Portugal continental existem 6 milhões de hectares de espaços florestais, dos quais 3 milhões correspondem a povoamentos florestais, o que equivale a uma das taxas de arborização mais elevadas da União Europeia.

Tradicionalmente centrada na produção de recursos lenhosos, a floresta é hoje entendida como um sistema complexo, fornecedor de diversos bens e serviços e desempenha funções socioeconómicas, ambientais, ecológicas e culturais.

A dimensão e o potencial destrutivo dos incêndios, colocaram a problemática dos incêndios florestais em Portugal na agenda política, social, económica e ambiental. E foi neste contexto que, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006 se aprovou o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI).

O Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, define a necessidade de elaboração de um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) como forma de implementação do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI), seguindo a estrutura tipo definida pelo Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março, compatibilizando-o também com os instrumentos de planeamento e gestão territorial, nomeadamente os planos regionais de ordenamento do território e de ordenamento florestal, planos setoriais da Rede Natura 2000, planos de ordenamento da orla costeira, entre outros.

A presente norma estabelece os condicionalismos à edificação em espaço rural, nos termos previstos no artigo 16º, do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação.

Assim, e para efeitos do n.º 3 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na sua atual redação, considera-se que durante o período de vigência do PMDFCI, deverão vigorar os seguintes condicionalismos à edificação:

Artigo 1º - Âmbito

A presente norma é aplicável fora das áreas edificadas consolidadas e das áreas abrangidas por planos de urbanização ou planos de pormenor em vigor.

Artigo 2º - Definições

Para efeitos da presente norma, entende-se por:

1. Áreas edificadas consolidadas – as áreas que possuem uma estrutura consolidada ou compactação de edifícios, onde se incluem as áreas urbanas consolidadas e outras áreas edificadas em solo rural classificadas deste modo pelos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares. As áreas edificadas consolidadas compreendem o solo urbano, com exceção do solo afeto à estrutura ecológica, e as áreas de edificação em solo rural, os espaços industriais em solo rural e os espaços de usos múltiplos, conforme delimitados no Plano Diretor Municipal de Torres Vedras, na sua atual redação;
2. Edificação – a atividade ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com caráter de permanência;
3. Espaços florestais - os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional, não correspondendo à classe dos espaços florestais definida no Plano Diretor Municipal de Torres Vedras, publicado pela Resolução de Conselho de Ministros nº. 144/2007, de 26 de setembro, na sua atual redação;
4. Espaços rurais - os espaços florestais, conforme definido na alínea anterior, e terrenos ocupados com agricultura.

Artigo 3º - Novas Edificações em Espaço Rural fora das Áreas Edificadas Consolidadas

1. As novas edificações em espaços rurais, fora das áreas edificadas consolidadas, têm de salvaguardar na sua implantação no terreno, a garantia de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior da edificação, a qual, tem que ser salvaguardada dentro dos limites da propriedade, e a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndio no edifício e respetivos acessos, de acordo com n.º 3 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na sua atual redação.
2. Quando não for possível a salvaguarda da distância prevista no número anterior, por razões que se relacionem com a dimensão da propriedade e/ ou sua configuração, poderão ser admitidas distâncias até um mínimo de 30 metros às extremas da propriedade, desde que não confinem com espaços florestais e sejam tomadas medidas adicionais relativas à disponibilidade de meios complementares de combate a incêndios e à gestão do combustível na respetiva faixa de proteção e acessos.
3. Para contabilização da distância referida nos números anteriores, serão considerados espaços exteriores à propriedade, nomeadamente estradas, arruamentos e ou caminhos, ou quaisquer outros espaços que possuam características construtivas suscetíveis de serem impeditivas da normal progressão do fogo, desde que referenciados e caracterizados nos elementos instrutórios dos pedidos de licenciamento de obras de edificação, designadamente, levantamentos topográficos, plantas de implantação e memórias descritivas.
4. A alteração da ocupação do solo nos termos do n.º 2 do artigo 5º do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na sua atual redação, poderá conduzir à alteração da classe de zonamento prevista no n.º 1 da mesma norma, refletindo-se a mesma na alteração dos condicionalismos a ela associados.

Artigo 4º - Gestão de Combustíveis na Faixa de Proteção e acessos à Edificação

Na gestão de combustíveis na faixa de proteção e acessos à edificação aplicam-se os critérios constantes do Anexo ao Decreto-Lei n.º 124/2006, 28 de Junho, na sua atual redação.

Artigo 5º - Responsáveis pela Gestão de Combustíveis na Faixa de Proteção e acessos à Edificação

Os proprietários das edificações em espaços rurais são os únicos responsáveis por desenvolver os mecanismos necessários para a obtenção das medidas definidas no artigo 3º da presente norma.

Artigo 6º - Integração de Lacunas e Interpretação

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e na aplicação da presente norma serão resolvidos nos termos da lei.

Artigo 7º - Entrada em Vigor

A presente norma entra em vigor 30 (trinta) dias após a aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Torres Vedras.

Artigo 8º - Publicitação

A presente norma será publicitada no sítio da Internet da Câmara Municipal de Torres Vedras.

ANEXO V

Pontos de Água para Meios Aéreos

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A1.001
NOME	Hortafina
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Palhagueiras
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	Tito Rodrigues
MORADA	Palhagueiras
CONTACTO	91 866 10 20/1
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 7'42.52"N	CARTA MILITAR (Nº)	361
LONGITUDE	9°18'14.87"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		30m	
LARGUA (m)	50m	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	100m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		100m	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	3m	CAPTAÇÃO Bombagem			
ÁREA UTIL (m2)	5 000m2				
VOLUME UTIL (m3)	15 000m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

$\left\{ \begin{array}{ll} M & \square \\ A & \blacksquare \\ T & \square \end{array} \right.$

CLASSE PA

$\left\{ \begin{array}{ll} 1^{\text{a}} \text{ ORDEM} & \blacksquare \\ 2^{\text{o}} \text{ ORDEM} & \square \end{array} \right.$

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A2.002
NOME	Sobreiro Curvo
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Palhagueiras/Sobreiro
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	António Mota
MORADA	Sobreiro Curvo
CONTACTO	96 54 70 709
DATA ACTUALIZAÇÃO	Jan 2007



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 8'43.44"N	CARTA MILITAR (N°)	361
LONGITUDE	9°18'33.80"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		-	
LARGUA (m)	25m	DISTANCIA A FIOS (m)		1m	
COMPRIMENTO (m)	40m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		30m	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	3m	CAPTAÇÃO Nascente			
ÁREA UTIL (m2)	1000 m2				
VOLUME UTIL (m3)	3000 m3				

CLASSIFICAÇÃO PA { M ☐
A ☒
T ☐

CLASSE PA { 1ª ORDEM ☐
2º ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES : **Fios sob a charca**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.003
NOME	Casal da Figueira
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Casal da Figueira
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	Natália Carimbo
MORADA	Casal da Figueira
CONTACTO	261 312 547
DATA ACTUALIZAÇÃO	Jan 2007



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 8'14.01"N	CARTA MILITAR (Nº)	361
LONGITUDE	9°17'10.65"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	10
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	224	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		15m			
LARGUA (m)	15m	DISTANCIA A FIOS (m)		-			
COMPRIMENTO (m)	80m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	2,5m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Queda gravítica</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Queda gravítica
CAPTAÇÃO	Queda gravítica						
ÁREA UTIL (m2)	1 200 m2						
VOLUME UTIL (m3)	3 000 m3						

CLASSIFICAÇÃO PA

M	☐
A	☒
T	☐

CLASSE PA

1ª ORDEM	☐
2º ORDEM	☒

OBSERVAÇÕES: **Outra charca de menores dimensões a 25m.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A1.004
NOME	Aviários Valouro
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Quinta da Lapa
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	Sociedade Agrícola, Quinta da Freiria, S.A
MORADA	A dos Cunhados
CONTACTO	261 981 395 / 93 563 48 91 Raquel Martins
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 7'42.67"N	CARTA MILITAR (Nº)	361
LONGITUDE	9°17'25.34"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	10
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		Presentes nas margens			
LARGUA (m)	110m	DISTANCIA A FIOS (m)		-			
COMPRIMENTO (m)	220m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	4m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Nascente</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Nascente
CAPTAÇÃO	Nascente						
ÁREA UTIL (m2)	24 200m2						
VOLUME UTIL (m3)	96 800m3						

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☒
 2ª ORDEM ☐

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.005
NOME	Lar Palhagueiras
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Casal das Palhagueiras
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	António Filipe
MORADA	Rua do Sol
CONTACTO	261 98 11 26
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 8'3.48"N	CARTA MILITAR (N°)	361
LONGITUDE	9°18'13.24"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		-			
LARGUA (m)	20m	DISTANCIA A FIOS (m)		-			
COMPRIMENTO (m)	55m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		100m			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	7m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Queda gravítica</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Queda gravítica
CAPTAÇÃO	Queda gravítica						
ÁREA UTIL (m2)	1 100m2						
VOLUME UTIL (m3)	7 700m3						

CLASSIFICAÇÃO PA

M	☐
A	☒
T	☐

CLASSE PA

1ª ORDEM	☐
2º ORDEM	☒

OBSERVAÇÕES: **Quantidade insuficiente de água para abastecimento de HEB. Outra charca de menores dimensões a 20m.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.006
NOME	Cabeça Ruiva
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Casal do Retiro/Cabeça Ruiva
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	Luís Fernandes
MORADA	Casal do Retiro
CONTACTO	96 80 75 815
DATA ACTUALIZAÇÃO	Jan 2007



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 8'10.18"N	CARTA MILITAR (N°)	361
LONGITUDE	9°18'16.96"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		10m	
LARGUA (m)	25m	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	75m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	4m	CAPTAÇÃO Queda gravítica/Canalização			
ÁREA UTIL (m2)	1 875m2				
VOLUME UTIL (m3)	7 500m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐

A ☒

T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐

2ª ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.007
NOME	Os Linos
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Palhagueiras
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	Lino
MORADA	Casal Vale Mouro
CONTACTO	91 540 346
DATA ACTUALIZAÇÃO	Jan 2007



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 8'27.17"N	CARTA MILITAR (N°)	361
LONGITUDE	9°18'12.69"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		-	
LARGUA (m)	25m	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	45m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		25m	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	7m	CAPTAÇÃO Queda gravítica			
ÁREA UTIL (m2)	1 125m2				
VOLUME UTIL (m3)	7 875m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐
 2ª ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.008
NOME	Agroviplanta
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Silveira
LUGAR	Casal Cabeça Ruiva
CÓDIGO INE	111316
NOME PROPRIETÁRIO	Loureiro
MORADA	Casal Cabeça Ruiva
CONTACTO	261 982 489 / 91 669 28 24
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-12-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 7'37.73"N	CARTA MILITAR (N°)	374
LONGITUDE	9°19'19.88"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		5m			
LARGUA (m)	25m	DISTANCIA A FIOS (m)		-			
COMPRIMENTO (m)	50m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		Estufas a 5m			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	8m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Bombagem</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Bombagem
CAPTAÇÃO	Bombagem						
ÁREA UTIL (m2)	1 250m2						
VOLUME UTIL (m3)	10 000m3						

CLASSIFICAÇÃO PA { M ☐
A ☒
T ☐

CLASSE PA { 1ª ORDEM ☐
2º ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.009
NOME	Palhagueiras
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Silveira
LUGAR	Vale de Gru
CÓDIGO INE	111316
NOME PROPRIETÁRIO	Pedro António Rodrigues
MORADA	Vale de Gru
CONTACTO	91 426 12 58
DATA ACTUALIZAÇÃO	Jan 2007



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 7'29.67"N	CARTA MILITAR (N°)	374
LONGITUDE	9°19'7.24"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		10m			
LARGUA (m)	40m	DISTANCIA A FIOS (m)		-			
COMPRIMENTO (m)	70m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		Estufas a 15m			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	12m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Queda gravítica</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Queda gravítica
CAPTAÇÃO	Queda gravítica						
ÁREA UTIL (m2)	2 800m2						
VOLUME UTIL (m3)	33 600m3						

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐
 2ª ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.010
NOME	Campoeste
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Alto de Estiveiras
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	Avelino Ferreira
MORADA	Alto de Estiveiras
CONTACTO	93 54 02 150
DATA ACTUALIZAÇÃO	Jan 2007



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 7'58.66"N	CARTA MILITAR (Nº)	361
LONGITUDE	9°19'53.98"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		-	
LARGUA (m)	50m	DISTANCIA A FIOS (m)		Alta Tensão passa sobre a charca	
COMPRIMENTO (m)	100m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		25m	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	8m		CAPTAÇÃO Queda gravítica/Canalização		
ÁREA UTIL (m2)	5 000m2				
VOLUME UTIL (m3)	40 000m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐
 2ª ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES: **Charca de excelentes dimensões. O maior obstáculo ao abastecimento de meios aéreos é uma linha de alta tensão que passa exactamente sobre a charca. O Proprietário já pediu à EDP o desvio da linha**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A1.011
NOME	Mertangil
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Mertagil/Carrascal
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	José Carlos
MORADA	Mertagil/Carrascal
CONTACTO	91 820 49 78
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 9'52.06"N	CARTA MILITAR (N°)	361
LONGITUDE	9°17'55.10"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		25m	
LARGUA (m)	30m	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	75m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	5m	CAPTAÇÃO Nascente			
ÁREA UTIL (m2)	2 250m2				
VOLUME UTIL (m3)	11 250m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

$\left\{ \begin{array}{ll} \text{M} & \square \\ \text{A} & \color{red}\square \\ \text{T} & \square \end{array} \right.$

CLASSE PA

$\left\{ \begin{array}{ll} 1^{\text{a}} \text{ ORDEM} & \color{red}\square \\ 2^{\text{o}} \text{ ORDEM} & \square \end{array} \right.$

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A2.012
NOME	Casal do Rego
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Casal do Rego – Junto às bombas
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	Pedro Martinho
MORADA	Casal do Rego
CONTACTO	916 130 912
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-15-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 8'40.61"N	CARTA MILITAR (N°)	361
LONGITUDE	9°16'59.62"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	10
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG
FORMATO	Circular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		50m	
LARGUA (m)	-	DISTANCIA A FIOS (m)		5m	
COMPRIMENTO (m)	-	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	25m	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	4m	CAPTAÇÃO Nascente			
ÁREA UTIL (m2)	490m2				
VOLUME UTIL (m3)	1 963m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐
 2ª ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A1.013
NOME	Aldeia Nova
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Santa Maria
LUGAR	Casal do Lúcio
CÓDIGO INE	111313
NOME PROPRIETÁRIO	-
MORADA	Casal do Lúcio
CONTACTO	-
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 6'52.96"N	CARTA MILITAR (Nº)	375
LONGITUDE	9°14'19.83"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	16
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG
FORMATO	Circular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)			-
LARGUA (m)	-	DISTANCIA A FIOS (m)			-
COMPRIMENTO (m)	-	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)			-
DIÂMETRO (m)	50m	DISTANCIA A OUTROS (m)			-
PROFUNDIDADE (m)	5m	CAPTAÇÃO Nascente			
ÁREA UTIL (m2)	1 963m2				
VOLUME UTIL (m3)	9 817m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☒
 2ª ORDEM ☐

OBSERVAÇÕES: **Propriedade sem exploração/abandonada.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A1.014
NOME	Quinta das Lapas
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Monte Redondo
LUGAR	Quinta das Lapas
CÓDIGO INE	111309
NOME PROPRIETÁRIO	José Maria Leal
MORADA	Quinta das Lapas
CONTACTO	96 77 19 326
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 6'46.76"N	CARTA MILITAR (Nº)	375
LONGITUDE	9°12'46.65"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	17
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Circular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		2m numa das margens	
LARGUA (m)	-	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	-	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		50m	
DIÂMETRO (m)	70m	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	5m	CAPTAÇÃO Queda gravítica			
ÁREA UTIL (m2)	3 848m2				
VOLUME UTIL (m3)	19 242m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐

A ☒

T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☒

2º ORDEM ☐

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A2.015
NOME	Casal dos Apupos
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Maxial
LUGAR	Casal dos Apupos
CÓDIGO INE	111308
NOME PROPRIETÁRIO	
MORADA	
CONTACTO	
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-17-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 9'20.69"N	CARTA MILITAR (Nº)	362
LONGITUDE	9°11'15.92"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	11
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		Presente nas margens	
LARGUA (m)	20m	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	65m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	?	CAPTAÇÃO Nascente			
ÁREA UTIL (m2)	1 300m2				
VOLUME UTIL (m3)					

CLASSIFICAÇÃO PA { M ☐
A ☒
T ☐

CLASSE PA { 1ª ORDEM ☐
2º ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A1.016
NOME	Quinta do Pisão
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Ramalhal
LUGAR	Quinta do Pisão
CÓDIGO INE	111311
NOME PROPRIETÁRIO	Hidalgo Barardo
MORADA	Quinta do Pisão
CONTACTO	919 43 70 15
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 9'57.87"N	CARTA MILITAR (N°)	362
LONGITUDE	9°14'1.05"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	11
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		30m	
LARGUA (m)	50m	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	110m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	5m	CAPTAÇÃO Nascente			
ÁREA UTIL (m2)	5 500m2				
VOLUME UTIL (m3)	27 500m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☒
 2ª ORDEM ☐

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A1.017
NOME	Casal Vale Pereiro
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Casal Vale Pereiro
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	Mário Ribeiro
MORADA	Casal Vale Pereiro
CONTACTO	91 724 11 56
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 9'56.28"N	CARTA MILITAR (Nº)	361
LONGITUDE	9°17'47.79"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		Presente nas margens	
LARGUA (m)	70m	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	150m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	5m	CAPTAÇÃO Nascente			
ÁREA UTIL (m2)	10 500m2				
VOLUME UTIL (m3)	52 500m3				

CLASSIFICAÇÃO
PA

$\left\{ \begin{array}{ll} M & \square \\ A & \blacksquare \\ T & \square \end{array} \right.$

CLASSE PA

$\left\{ \begin{array}{ll} 1^{\text{a}} \text{ ORDEM} & \blacksquare \\ 2^{\text{o}} \text{ ORDEM} & \square \end{array} \right.$

OBSERVAÇÕES: **A vegetação em redor das margens foi cortada em 2008.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A1.018
NOME	Quinta das Abegoarias
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Campelos
LUGAR	Quinta das Abegoarias
CÓDIGO INE	111302
NOME PROPRIETÁRIO	Ulisses Cortes
MORADA	Quinta das Abegoarias
CONTACTO	91 720 74 42
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39°12'44.91"N	CARTA MILITAR (N°)	362
LONGITUDE	9°13'7.97"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	6
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		5m num canto			
LARGUA (m)	50m	DISTANCIA A FIOS (m)		-			
COMPRIMENTO (m)	80m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	7m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Nascente</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Nascente
CAPTAÇÃO	Nascente						
ÁREA UTIL (m2)	4 000m2						
VOLUME UTIL (m3)	28 000m3						

CLASSIFICAÇÃO PA { M ☐
A ☒
T ☐

CLASSE PA { 1ª ORDEM ☒
2º ORDEM ☐

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A2.019
NOME	Ribeiro dos Juncais
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Campelos
LUGAR	Casal da Amieira
CÓDIGO INE	111302
NOME PROPRIETÁRIO	Cerâmica Avelar – José Cosmo
MORADA	Outeiro da Cabeça
CONTACTO	91 94 94 312
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39°10'58.73"N	CARTA MILITAR (N°)	362
LONGITUDE	9°12'53.66"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	6
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG
FORMATO	Circular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)			-
LARGUA (m)	-	DISTANCIA A FIOS (m)			-
COMPRIMENTO (m)	-	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)			-
DIÂMETRO (m)	35m	DISTANCIA A OUTROS (m)			-
PROFUNDIDADE (m)	5m	CAPTAÇÃO Nascente			
ÁREA UTIL (m2)	962m2				
VOLUME UTIL (m3)	4 810m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐
 2ª ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES: **Tem pouca água.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.020
NOME	Charqueirão
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Campelos
LUGAR	Charqueirão
CÓDIGO INE	111302
NOME PROPRIETÁRIO	Fernando Jorge
MORADA	Charqueirão
CONTACTO	91 763 94 79
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-18-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39°11'6.72"N	CARTA MILITAR (Nº)	362
LONGITUDE	9°13'21.60"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	6
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)			-		
LARGUA (m)	15m	DISTANCIA A FIOS (m)			10m de uma margem		
COMPRIMENTO (m)	40m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)			-		
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)			-		
PROFUNDIDADE (m)	5m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Queda gravítica</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Queda gravítica
CAPTAÇÃO	Queda gravítica						
ÁREA UTIL (m2)	600m2						
VOLUME UTIL (m3)	3 000m3						

CLASSIFICAÇÃO
PA

$\left\{ \begin{array}{ll} \text{M} & \square \\ \text{A} & \blacksquare \\ \text{T} & \square \end{array} \right.$

CLASSE PA

$\left\{ \begin{array}{ll} 1^{\text{a}} \text{ ORDEM} & \square \\ 2^{\text{o}} \text{ ORDEM} & \blacksquare \end{array} \right.$

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.021
NOME	Quinta do Bom Sucesso 1
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Campelos
LUGAR	Quinta do Bom Sucesso
CÓDIGO INE	111302
NOME PROPRIETÁRIO	Nuno Bebiano Correia
MORADA	Quinta do Bom Sucesso
CONTACTO	93 620 34 48
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39°12'26.23"N	CARTA MILITAR (N°)	362
LONGITUDE	9°11'52.13"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	6
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		10m de uma margem	
LARGUA (m)	15m	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	100m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		15m talude	
PROFUNDIDADE (m)	6m	CAPTAÇÃO Queda gravítica			
ÁREA UTIL (m2)	1 500m2				
VOLUME UTIL (m3)	9 000m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

{ M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

{ 1ª ORDEM ☐
 2º ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A2.022
NOME	Quinta do Bom Sucesso 2
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Campelos
LUGAR	Quinta do Bom Sucesso
CÓDIGO INE	111302
NOME PROPRIETÁRIO	Nuno Bebiano Correia
MORADA	Quinta do Bom Sucesso
CONTACTO	93 620 34 48
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39°12'20.11"N	CARTA MILITAR (N°)	362
LONGITUDE	9°11'54.99"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	6
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		10m de uma margem			
LARGUA (m)	25m	DISTANCIA A FIOS (m)		-			
COMPRIMENTO (m)	50m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	6m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Nascente</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Nascente
CAPTAÇÃO	Nascente						
ÁREA UTIL (m2)	1 250m2						
VOLUME UTIL (m3)	7 500m3						

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐
 2ª ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A1.023
NOME	Quinta do Calvel
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Santa Maria
LUGAR	Carvalhal
CÓDIGO INE	111313
NOME PROPRIETÁRIO	Maria Adelaide Andrade
MORADA	Quinta do Calvel
CONTACTO	261 951 256 / 91 271 30 30
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 3'26.01"N	CARTA MILITAR (Nº)	374
LONGITUDE	9°14'54.91"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	22
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		-			
LARGUA (m)	25m	DISTANCIA A FIOS (m)		-			
COMPRIMENTO (m)	50m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	5m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Queda gravítica</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Queda gravítica
CAPTAÇÃO	Queda gravítica						
ÁREA UTIL (m2)	1 250m2						
VOLUME UTIL (m3)	6 250m3						

CLASSIFICAÇÃO PA

M	☐
A	☒
T	☐

CLASSE PA

1ª ORDEM	☒
2ª ORDEM	☐

OBSERVAÇÕES: **Seca no Verão com alguma frequência.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A2.024
NOME	Pailepos - Maxial
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Maxial
LUGAR	Maxial
CÓDIGO INE	111308
NOME PROPRIETÁRIO	José Chixorro
MORADA	
CONTACTO	969084999
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-01-22



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 8'3.72"N	CARTA MILITAR (N°)	362
LONGITUDE	9°10'35.38"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	11
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		10m num canto	
LARGUA (m)	25m	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	50m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	4m	CAPTAÇÃO Nascente			
ÁREA UTIL (m2)	1250m2				
VOLUME UTIL (m3)	5000m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

$\left\{ \begin{array}{ll} \text{M} & \square \\ \text{A} & \blacksquare \\ \text{T} & \square \end{array} \right.$

CLASSE PA

$\left\{ \begin{array}{ll} 1^{\text{a}} \text{ ORDEM} & \square \\ 2^{\text{o}} \text{ ORDEM} & \blacksquare \end{array} \right.$

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A2.025
NOME	Aldeia de Cima
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Matacães
LUGAR	Aldeia de Cima
CÓDIGO INE	111307
NOME PROPRIETÁRIO	José Inácio Dias
MORADA	Ribeira de Matacães
CONTACTO	261 325 966
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-22-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 5'29.77"N	CARTA MILITAR (N°)	375
LONGITUDE	9°11'40.87"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	17
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		Presentes nas margens			
LARGUA (m)	20m	DISTANCIA A FIOS (m)		-			
COMPRIMENTO (m)	35m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	4	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Nascente</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Nascente
CAPTAÇÃO	Nascente						
ÁREA UTIL (m2)	700m2						
VOLUME UTIL (m3)	2 800m3						

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐
 2ª ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A2.026
NOME	Quinta do Paço
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Carvoeira
LUGAR	Quinta do Paço
CÓDIGO INE	111304
NOME PROPRIETÁRIO	Manuel Boto Pimentel
MORADA	Quinta do Paço
CONTACTO	261 748 060 / 938 511 822
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-21-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 4'49.16"N	CARTA MILITAR (Nº)	375
LONGITUDE	9° 8'25.82"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	18
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		Caníços presentes nas margens			
LARGUA (m)	25m	DISTANCIA A FIOS (m)		-			
COMPRIMENTO (m)	50m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	8m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Nascente</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Nascente
CAPTAÇÃO	Nascente						
ÁREA UTIL (m2)	1 250m2						
VOLUME UTIL (m3)	10 000m3						

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐

A ☒

T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐

2ª ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A1.027
NOME	Irmãos Rodrigues
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Dois Portos
LUGAR	Caixaria
CÓDIGO INE	111305
NOME PROPRIETÁRIO	Hélder Rodrigues
MORADA	Caixaria – Runa
CONTACTO	91 97 00 790
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 3'0.14"N	CARTA MILITAR (Nº)	375
LONGITUDE	9°12'41.82"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	23
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)			-
LARGUA (m)	25m	DISTANCIA A FIOS (m)			15m de uma margem
COMPRIMENTO (m)	70m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)			-
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)			-
PROFUNDIDADE (m)	6m	CAPTAÇÃO Bombagem			
ÁREA UTIL (m2)	1 750m2				
VOLUME UTIL (m3)	10 500m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☒
 2ª ORDEM ☐

OBSERVAÇÕES: **Seca com frequência. A 200m existe outra charca de maiores dimensões mas possui arborização nas margens e linhas eléctricas a 30m.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A1.028
NOME	Aldeia Nossa Senhora da Glória
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Carvoeira
LUGAR	Vale dos Curiosos
CÓDIGO INE	111304
NOME PROPRIETÁRIO	João Correia
MORADA	Vale dos Curiosos
CONTACTO	91 93 189 39
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 5'1.74"N	CARTA MILITAR (N°)	375
LONGITUDE	9°11'10.33"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	24
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG
FORMATO	Circular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		-	
LARGUA (m)	-	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	-	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		15m	
DIÂMETRO (m)	30m	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	5m	CAPTAÇÃO Nascente			
ÁREA UTIL (m2)	706m2				
VOLUME UTIL (m3)	3 534m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☒
 2ª ORDEM ☐

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.029
NOME	Riberalves
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Turcifal
LUGAR	Carvalhal
CÓDIGO INE	111317
NOME PROPRIETÁRIO	Riberalves
MORADA	Carvalhal
CONTACTO	93 924 30 44
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-23-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 3'13.63"N	CARTA MILITAR (N°)	374
LONGITUDE	9°15'12.67"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	22
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		15m de uma das margens e 35m de outra margem	
LARGUA (m)	35m	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	45m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	4m	CAPTAÇÃO Queda gravítica			
ÁREA UTIL (m2)	1 575m2				
VOLUME UTIL (m3)	6 300m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M	☐
A	☒
T	☐

CLASSE PA

1ª ORDEM	☐
2º ORDEM	☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A1.030
NOME	Quinta da Viscondessa
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Turcifal
LUGAR	Carvalhal
CÓDIGO INE	111317
NOME PROPRIETÁRIO	Fialho
MORADA	Quinta da Viscondessa
CONTACTO	261 95 11 24 / 96 63 21 947
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 3'12.50"N	CARTA MILITAR (N°)	374
LONGITUDE	9°16'40.22"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	22
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		30m de uma margem	
LARGUA (m)	30m	DISTANCIA A FIOS (m)		30m de uma margem	
COMPRIMENTO (m)	150m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	5m	CAPTAÇÃO Queda gravítica			
ÁREA UTIL (m2)	4 500m2				
VOLUME UTIL (m3)	22 500m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M	☐
A	☒
T	☐

CLASSE PA

1ª ORDEM	☒
2ª ORDEM	☐

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A1.031
NOME	Campo Real
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Turcifal
LUGAR	Campo Real
CÓDIGO INE	111317
NOME PROPRIETÁRIO	José Luís Abantes
MORADA	Campo Real
CONTACTO	261 950 075/ 917 663 001
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 1'51.22"N	CARTA MILITAR (Nº)	374;375;388;389
LONGITUDE	9°14'31.50"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	22;26
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		-	
LARGUA (m)	40m	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	130m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	5m	CAPTAÇÃO Bombagem			
ÁREA UTIL (m2)	5 200m2				
VOLUME UTIL (m3)	26 000m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☒
 2ª ORDEM ☐

OBSERVAÇÕES: **Seca com frequência, essencialmente no Verão. Em redor existem mais 3 charcas, de menores dimensões que drenam as suas águas para está que é a principal. Esta é sempre a última a secar.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A2.032
NOME	Quinta da Póvoa
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Turcifal
LUGAR	Quinta da Póvoa
CÓDIGO INE	111317
NOME PROPRIETÁRIO	Miguel Gonçalves
MORADA	Quinta da Póvoa
CONTACTO	91 72 60 828
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-24-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 0'34.67"N	CARTA MILITAR (N°)	389
LONGITUDE	9°14'11.73"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	26
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG
FORMATO	Circular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		10m	
LARGUA (m)	-	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	-	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	35m	DISTANCIA A OUTROS (m)		Talude a 10m	
PROFUNDIDADE (m)	5m	CAPTAÇÃO Nascente			
ÁREA UTIL (m2)	962m2				
VOLUME UTIL (m3)	4 810m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐
 2ª ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES: **Seca com frequência.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.033
NOME	Casal Mato Cavaleiro
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Turcifal
LUGAR	Casal Mato Cavaleiro
CÓDIGO INE	111317
NOME PROPRIETÁRIO	António Neves
MORADA	Casal Mato Cavaleiro
CONTACTO	96 80 95 625
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-25-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 0'28.66"N	CARTA MILITAR (N°)	389
LONGITUDE	9°14'42.42"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	26
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		-	
LARGUA (m)	15m	DISTANCIA A FIOS (m)		50m	
COMPRIMENTO (m)	100m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	6m	CAPTAÇÃO Queda gravítica			
ÁREA UTIL (m2)	1 500m2				
VOLUME UTIL (m3)	9 000m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐
 2ª ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES: A sua forma assemelha-se à forma de uma planta de um pé. É uma espécie de 2charcas desalinhadas mas unidas.

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A1.034
NOME	Traquinas
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Turcifal
LUGAR	Traquinas
CÓDIGO INE	111317
NOME PROPRIETÁRIO	José Nobre
MORADA	Rua da Chapuceira, nº3 Freixofeira
CONTACTO	96 600 48 47
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 1'30.12"N	CARTA MILITAR (Nº)	388
LONGITUDE	9°15'56.91"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	26
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)			-
LARGUA (m)	20m	DISTANCIA A FIOS (m)			-
COMPRIMENTO (m)	50m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)			-
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)			-
PROFUNDIDADE (m)	5m	CAPTAÇÃO Queda gravítica			
ÁREA UTIL (m2)	1 000m2				
VOLUME UTIL (m3)	5 000m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M	☐
A	☒
T	☐

CLASSE PA

1ª ORDEM	☒
2º ORDEM	☐

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A2.035
NOME	Quinta da Mata
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Freiria
LUGAR	Quinta da Mata
CÓDIGO INE	111306
NOME PROPRIETÁRIO	Tiago Mota
MORADA	Quinta da Mata
CONTACTO	261 961 106 / 93 975 00 47
DATA ACTUALIZAÇÃO	Jan 2007



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 1'1.46"N	CARTA MILITAR (N°)	388
LONGITUDE	9°18'37.25"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	25
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG		
FORMATO	Triangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		Presentes numa margem			
LARGUA (m)	40m	DISTANCIA A FIOS (m)		-			
COMPRIMENTO (m)	50m + 50m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	7m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Nascente</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Nascente
CAPTAÇÃO	Nascente						
ÁREA UTIL (m2)	1 000m2						
VOLUME UTIL (m3)	7 000m3						

CLASSIFICAÇÃO PA

M	☐
A	☒
T	☐

CLASSE PA

1ª ORDEM	☐
2ª ORDEM	☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.036
NOME	Casal do Almargem
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Freiria
LUGAR	Casal do Almargem
CÓDIGO INE	111306
NOME PROPRIETÁRIO	João Soares
MORADA	Casal do Almargem
CONTACTO	963 110 753
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-26-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 1'57.99"N	CARTA MILITAR (Nº)	388
LONGITUDE	9°18'49.03"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	25
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		5m de uma margem	
LARGUA (m)	50m	DISTANCIA A FIOS (m)		50m	
COMPRIMENTO (m)	65m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	6m	CAPTAÇÃO Queda gravítica			
ÁREA UTIL (m2)	3 250m2				
VOLUME UTIL (m3)	19 500m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐

A ☒

T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐

2º ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES: **Outra charca de menores dimensões a 100 metros.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A1.037
NOME	Salgueiral
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Freiria
LUGAR	Casal do Vale Merendas
CÓDIGO INE	111306
NOME PROPRIETÁRIO	Fialho (Quinta da Viscondessa)
MORADA	Casal do Vale Merendas
CONTACTO	261 95 11 24 / 96 63 21 948
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 1'57.99"N	CARTA MILITAR (N°)	374
LONGITUDE	9°18'49.03"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	21
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Quadrangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)			-
LARGUA (m)	35m	DISTANCIA A FIOS (m)			-
COMPRIMENTO (m)	35m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)			-
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)			-
PROFUNDIDADE (m)	6m	CAPTAÇÃO Bombagem			
ÁREA UTIL (m2)	1 225m2				
VOLUME UTIL (m3)	7350m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☒
 2º ORDEM ☐

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.038
NOME	Chãos
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Freiria
LUGAR	Casal Murteira
CÓDIGO INE	111306
NOME PROPRIETÁRIO	José Sérgio
MORADA	Casal da Murteira
CONTACTO	96 20 39 462
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-26-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 2'33.98"N	CARTA MILITAR (Nº)	374
LONGITUDE	9°19'15.54"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	21
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		15m			
LARGUA (m)	25m	DISTANCIA A FIOS (m)		Presentes numa das margens, 15m de outra e 30mde outra			
COMPRIMENTO (m)	75m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	4m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Queda gravítica</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Queda gravítica
CAPTAÇÃO	Queda gravítica						
ÁREA UTIL (m2)	1 875m2						
VOLUME UTIL (m3)	7 500m3						

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐

A ☒

T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐

2ª ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES: **Presença de fios.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A2.039
NOME	Reguengo
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Ventosa
LUGAR	Bogalheira
CÓDIGO INE	111318
NOME PROPRIETÁRIO	Francisco Luís
MORADA	Bogalheira
CONTACTO	96 98 74 339
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-26-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 3'33.38"N	CARTA MILITAR (Nº)	374
LONGITUDE	9°19'19.33"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	21
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		5m de uma margem e 30m de outra			
LARGUA (m)	15m	DISTANCIA A FIOS (m)		-			
COMPRIMENTO (m)	35m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	5m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Nascente</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Nascente
CAPTAÇÃO	Nascente						
ÁREA UTIL (m2)	525m2						
VOLUME UTIL (m3)	2 625m3						

CLASSIFICAÇÃO PA { M ☐
A ☒
T ☐

CLASSE PA { 1ª ORDEM ☐
2º ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES: **Existe outra charca de menores dimensões a 20 metros.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A1.040
NOME	Casal das Carreiras
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Ventosa
LUGAR	Casal das Carreiras
CÓDIGO INE	111318
NOME PROPRIETÁRIO	Desconhecido
MORADA	Galaza
CONTACTO	Desconhecido
DATA ACTUALIZAÇÃO	Abril 2009



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 3'59.60"N	CARTA MILITAR (N°)	374
LONGITUDE	9°20'5.59"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	21
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		-	
LARGUA (m)	15m	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	40m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	4m	CAPTAÇÃO Queda gravítica			
ÁREA UTIL (m2)	600m2				
VOLUME UTIL (m3)	2 400m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐

A ☒

T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☒

2º ORDEM ☐

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.041
NOME	Casal Moinho do Frade
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	Ventosa
LUGAR	Casal Moinho do Frade
CÓDIGO INE	111318
NOME PROPRIETÁRIO	António dos Matos (Caseiro)
MORADA	Rua do Alecrim
CONTACTO	91 21 89 002
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-29-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 4'37.77"N	CARTA MILITAR (N°)	374
LONGITUDE	9°19'33.88"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	15
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		10m de uma margem			
LARGUA (m)	25m	DISTANCIA A FIOS (m)		50m de uma margem			
COMPRIMENTO (m)	40m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	5m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Bombagem</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Bombagem
CAPTAÇÃO	Bombagem						
ÁREA UTIL (m2)	1 000m2						
VOLUME UTIL (m3)	5 000m3						

CLASSIFICAÇÃO PA

M	☐
A	☒
T	☐

CLASSE PA

1ª ORDEM	☐
2ª ORDEM	☒

OBSERVAÇÕES: **Seca com frequência.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.042
NOME	Póvoa de Além
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Casal da Taberninha
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	Vítor Jorge da Silva Santos
MORADA	Póvoa de Além
CONTACTO	91 97 89 659
DATA ACTUALIZAÇÃO	Fev 2007



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 8'38.91"N	CARTA MILITAR (N°)	361
LONGITUDE	9°20'40.79"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		15m			
LARGUA (m)	27m	DISTANCIA A FIOS (m)		-			
COMPRIMENTO (m)	40m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		Estufas a 4 m de uma das margens			
PROFUNDIDADE (m)	5m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Queda gravítica</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Queda gravítica
CAPTAÇÃO	Queda gravítica						
ÁREA UTIL (m2)	1 080m2						
VOLUME UTIL (m3)	5 400m3						

CLASSIFICAÇÃO PA

M	☐
A	☒
T	☐

CLASSE PA

1ª ORDEM	☐
2º ORDEM	☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.043
NOME	Casal das Flores
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Casal das Flores
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	Luís Carvalho
MORADA	Casal das Flores
CONTACTO	93 34 74 383
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-29-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 8'46.26"N	CARTA MILITAR (N°)	361
LONGITUDE	9°19'45.89"W	ORTOFOTOMAPA (N°)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		Presentes em toda a margem	
LARGUA (m)	30m	DISTANCIA A FIOS (m)		30m de uma margem e 80m de outra	
COMPRIMENTO (m)	65m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	6m	CAPTAÇÃO Queda gravítica			
ÁREA UTIL (m2)	1950m2				
VOLUME UTIL (m3)	11 700m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐

A ☒

T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐

2ª ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES: **Seca com frequência. Mesmo ao lado situa-se outra charca mas encontra-se inoperacional devido à existência de uma linha de alta tensão que atravessa essa mesma charca.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.044
NOME	Casal da Carrasquinha
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Casal da Carrasquinha
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	José António
MORADA	Rua Sto Isidoro, nº6 Paradas
CONTACTO	91 27 89 757
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-29-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 8'38.05"N	CARTA MILITAR (Nº)	361
LONGITUDE	9°19'9.03"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO					
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		-	
LARGUA (m)	25m	DISTANCIA A FIOS (m)		-	
COMPRIMENTO (m)	35m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		Pequeno barracão numa margem	
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-	
PROFUNDIDADE (m)	4m	CAPTAÇÃO Queda gravítica			
ÁREA UTIL (m2)	875m2				
VOLUME UTIL (m3)	3 500m3				

CLASSIFICAÇÃO PA

M ☐
 A ☒
 T ☐

CLASSE PA

1ª ORDEM ☐
 2ª ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.LG.A2.045
NOME	Casal do Arneiro
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Boavista – Casal dos Moreiras
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	Hélder Matias
MORADA	Rua Padre Ramos, nº35 2560-053
CONTACTO	93 98 11 670
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-30-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 9'33.62"N	CARTA MILITAR (Nº)	361
LONGITUDE	9°20'1.73"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Lago	CÓDIGO CADASTRO	221	CODIGO SINALIZAÇÃO	LG		
FORMATO	Triangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		Presentes em toda a margem			
LARGUA (m)	61m + 61m	DISTANCIA A FIOS (m)		Presentes numa das margens e a 30m de outra			
COMPRIMENTO (m)	75m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	6m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Nascente</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Nascente
CAPTAÇÃO	Nascente						
ÁREA UTIL (m2)	1 875m2						
VOLUME UTIL (m3)	11 250m3						

CLASSIFICAÇÃO PA

M	☐
A	☒
T	☐

CLASSE PA

1ª ORDEM	☐
2ª ORDEM	☒

OBSERVAÇÕES: **O proprietário irá proceder à limpeza das margens.**

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.046
NOME	Casal dos Moreiras
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Boavista
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	Francisco João Ferreira
MORADA	Casal dos Moreiras
CONTACTO	91 956 01 01
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-30-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39° 9'26.68"N	CARTA MILITAR (Nº)	361
LONGITUDE	9°20'2.93"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	9
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH		
FORMATO	Rectangular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		Caniços presentes numa margem			
LARGUA (m)	30m	DISTANCIA A FIOS (m)		50m de uma margem			
COMPRIMENTO (m)	100m	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	-	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	3m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Nascente</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Nascente
CAPTAÇÃO	Nascente						
ÁREA UTIL (m2)	3 000m2						
VOLUME UTIL (m3)	9 000m3						

CLASSIFICAÇÃO PA { M ☐
A ☒
T ☐

CLASSE PA { 1ª ORDEM ☐
2º ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES:

Ficha Individual de Pontos de Água

IDENTIFICAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO P. ÁGUA	TVD.CH.A2.047
NOME	Casal da Cartacheira
CONCELHO	Torres Vedras
FREGUESIA	A dos Cunhados
LUGAR	Casal da Cartacheira
CÓDIGO INE	111301
NOME PROPRIETÁRIO	José Martim
MORADA	Casal da Cartacheira
CONTACTO	91 996 52 27
DATA ACTUALIZAÇÃO	2007-30-01



LOCALIZAÇÃO			
LATITUDE	39°10'3.76"N	CARTA MILITAR (Nº)	361
LONGITUDE	9°17'18.61"W	ORTOFOTOMAPA (Nº)	5
LEVANTAMENTO GPS	Sim	CORRECÇÃO DIFERENCIAL	Sim

DESCRIÇÃO							
TIPO PONTO ÁGUA	Charca	CÓDIGO CADASTRO	214	CODIGO SINALIZAÇÃO	CH		
FORMATO	Circular	DISTÂNCIA A ÁRVORES (m)		Presentes numa margem e a 30m de outra			
LARGUA (m)	-	DISTANCIA A FIOS (m)		20m de uma margem			
COMPRIMENTO (m)	-	DISTANCIA A EDIFICAÇÕES (m)		-			
DIÂMETRO (m)	35m	DISTANCIA A OUTROS (m)		-			
PROFUNDIDADE (m)	6m	<table><tr><td>CAPTAÇÃO</td><td>Bombagem</td></tr></table>				CAPTAÇÃO	Bombagem
CAPTAÇÃO	Bombagem						
ÁREA UTIL (m2)	962m2						
VOLUME UTIL (m3)	5 772m3						

CLASSIFICAÇÃO PA { M ☐
A ☒
T ☐

CLASSE PA { 1ª ORDEM ☐
2º ORDEM ☒

OBSERVAÇÕES:

Comissão Municipal de Defesa da Floresta

Financiado Pelo Fundo Florestal Permanente



grupo
Portucel Soporcel